



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

LUIZA AMÉLIA OLIVEIRA BATISTA

**O tráfico de aves silvestres em Fortaleza: implicações
bioéticas e vivências de compradores.**

FORTALEZA - CEARÁ
2010

Luiza Amélia Oliveira Batista

O tráfico de aves silvestres em Fortaleza: implicações bioéticas e vivências de compradores.

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos

Fortaleza - Ceará
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- B337t Batista, Luiza Amélia Oliveira.
O tráfico de aves silvestres em Fortaleza : implicações bioéticas e vivências de compradores /
Luiza Amélia Oliveira Batista. – 2010.
166 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Fortaleza, 2010.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Orientação: Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos.
1. Aves. 2. Bioética. 3. Animais – Proteção. I. Título.

Universidade Federal do Ceará

Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente/ PRODEMA
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

O tráfico de aves silvestres em Fortaleza: implicações bioéticas e
vivências de compradores.

Luiza Amélia Oliveira Batista

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Kelma Socorro Lopes de Matos
Universidade Federal do Ceará
Orientadora

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. José Ricardo de Figueiredo
Universidade Estadual do Ceará

À minha amada mãe, D. Yêda, que com tanto amor me gerou, nutriu e acalentou, ensinando-me na prática o significado mais profundo da paciência e da fé. Ao meu amado pai, Sr. Ramón, que ensinou-me a ler e a escrever, que sempre acreditou em meu potencial, mostrando-me que sou capaz de ir além do que eu poderia supor.

AGRADECIMENTOS

À divina essência que permeia tudo e todos no universo, sem a qual nenhuma manifestação de vida, beleza e grandiosidade seriam possíveis.

Aos meus pais, por terem sido o vínculo que me trouxe a este mundo, *gracias por la vida*.

À profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos, por acreditar nas possibilidades deste trabalho. Por ser acessível, por me ajudar a ser mais prática e a otimizar o tempo, pela atitude amiga, pelo crédito. Pelo sutil e complexo equilíbrio entre ser exigente e afetuosa.

Ao prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Cacau), pelo incentivo e interesse, pela alegria, pelo estímulo. Por compartilhar e sugerir boas idéias, por possibilitar o acesso a pessoas, contextos e leituras essenciais a esta pesquisa. Pela acessibilidade, pela simplicidade.

Ao prof. Dr. Ricardo Figueiredo, por sua solicitude e mão amiga, mas, acima de tudo, por ter me inspirado no estudo da Bioética, e por me incentivar ainda mais a acreditar que o amor aos animais é a matéria prima de um trabalho como este. Por sua luta incansável em prol da defesa e do bem-estar animal. Pelo exemplo de vida e amor ao trabalho.

Ao prof. Dr. István Major, pela singeleza ao me ouvir e expressar, com o seu modo simples, que “é uma graça de Deus” o fato de eu estar fazendo este trabalho. Pelo exemplo inspirador de amor à natureza, sobretudo às aves.

Ao Dr. Francisco de Brito, pela simplicidade e receptividade. Pela compreensão e interesse em ajudar. Por partilhar do mesmo amor e ética em relação aos animais.

Ao pessoal do IBAMA, pela solicitude no acesso e empréstimo de materiais.

À CAPES, pelo apoio prestado ao longo de todo meu curso por meio de bolsa, através da qual pude desenvolver a pesquisa de modo tranqüilo, sem precisar dividir o tempo de estudo com outras atividades laborais.

Aos meus colegas do PRODEMA, pelo companheirismo, pelo riso e pelas angústias compartilhadas. Pela troca e ajuda mútua. Pela amizade crescente.

Aos colegas do Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos da UFC, pela ajuda direta com a pesquisa, pelas experiências compartilhadas. Pela amizade nascente.

Às pessoas que aceitaram participar desta pesquisa, com seus depoimentos pessoais, sinceridade e solicitude, sem os quais eu não poderia ter realizado este trabalho.

E, especialmente, à vida dos meus irmãos alados. A todas as aves que, em vida ou que já tenham partido deste plano de existência, de forma trágica ou não, são símbolo da mais absoluta leveza e liberdade, e que tão injustamente têm sido alvo das mais cruéis formas de dominação. Assim

como a todas as formas de vida que embelezam e alegam este planeta, os meus mais apaixonados votos de uma vida mais plena e feliz. As minhas mais sinceras homenagens, e os meus mais resolutos desejos de paz. Que possamos, um dia, tratá-los exatamente do modo como gostaríamos de ser tratados.

“A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como seus animais são tratados”
(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O presente trabalho constitui-se em uma investigação sobre as vivências de determinado grupo de compradores de aves silvestres, por meio do comércio ilegal, em Fortaleza - CE, e as implicações bioéticas que esta prática fomenta. A indagação principal é: o que significa, para os sujeitos em questão, comprar aves silvestres e mantê-las em seu poder? O objetivo da pesquisa é compreender as motivações, os sentimentos e as percepções dos participantes em sua vivência como possuidores de aves silvestres, bem como as diversas relações que estabelecem com essas aves no seu cotidiano. O tráfico de animais silvestres é uma das principais causas da perda de biodiversidade em nosso país, juntamente com a caça e a destruição dos habitats naturais. Esta problemática tem sido alvo do trabalho de algumas instituições brasileiras, tais como a RENTAS, o IBAMA e a Polícia Militar. A coleta de dados foi realizada, em princípio, através de pesquisa bibliográfica, digital e documental. Posteriormente, aplicou-se um questionário e realizaram-se entrevistas com um grupo de compradores em diversos bairros da cidade. O método de análise do conteúdo de tais entrevistas seguiu a proposta de Forghieri (1997). Como resultado da investigação, alguns esclarecimentos podem ser apontados em resposta ao questionamento inicial. Os sujeitos entrevistados possuem as aves devido a dois motivos básicos. O primeiro refere-se à afetividade: as aves são, para essas pessoas, animais de estimação, que promovem bem-estar no cotidiano solitário, e cuja companhia, em alguns casos, produz efeitos terapêuticos. O segundo motivo diz respeito a influências culturais, pois a maioria dos sujeitos provém de cidades do interior do Estado, onde, desde a infância, tiveram convívio com o hábito da criação de aves silvestres em casa. A reprodução desse comportamento representa, em seu contexto atual, a continuidade de uma tradição que lhes traz boas lembranças e prazer, ao ouvir o canto das aves. Esta pesquisa é um estudo fenomenológico empírico, pois propõe uma investigação compreensiva sobre a vivência dos sujeitos. Além disso, traz considerações acerca do tráfico de aves silvestres sob o referencial teórico da Bioética, que permite um diálogo entre a ciência e a filosofia.

Palavras-chave: aves silvestres, tráfico, vivências, Bioética.

ABSTRACT

This survey developed in Fortaleza - Ceará - Brazil is about the experiences of some people who buy wild birds by means of the illegal trade and the bioethical implications of such practice. The main question is: why do the considered group of people purchase and take wild birds in captivity? The objective of this research is to understand the studied people's motivation, feeling and perception as owners of wild birds as well as the relationship between them and their birds. The illegal trade is one of the main responsible for the biodiversity reduction in our country as well as hunting and the natural habitats destruction. Some Brazilian institution such as RENTAS, IBAMA and Polícia Militar are trying to minimise that problem. At the beginning, some data were obtained from the literary, digital and documentary research. Afterwards, questionnaire and interviews were used to have some information about the buyers of wild birds from different areas of the city. The interviews were based on the Forghieri's (1997) method.

According to the initial question, some results could be discussed. The interviewees have wild birds because of two basic reasons. One of them is affection: some people consider wild birds as pets and partners, whose presence could have therapeutic effects. The other is related to the cultural influence on having birds at home, which comes from the countryside. The tradition of listening to the birds' twitter contributes for it as well. This study is an empirical phenomenological analysis focused on the considered people's routine. Besides, this research discusses the wild birds traffic according to the Bioethics in the context of science and philosophy.

Keywords: Wild birds, traffic, experiences, Bioethics.

SUMÁRIO

Resumo	08
Abstract	08
Lista de siglas	12
Introdução. Penas cinzentas: o sofrimento como marca do histórico do tráfico	14
Capítulo 1. Uma jornada com um princípio e um horizonte, como em toda migração	19
1.1. Preparando-se para alçar vôo	19
1.2. Marcando pontos do trajeto: animais silvestres nativos, silvestres exóticos e de estimação	27
1.3. O conceito de vivência	28
1.4. A Bioética como eixo norteador	30
Capítulo 2. O tráfico atual de animais silvestres no Brasil e as instituições de controle ...	43
2.1. O trabalho do IBAMA	47
2.2. O papel da Polícia Militar Ambiental	50
2.3. A RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres	53
2.4. Penas como punições: ainda precisamos de ameaças à nossa liberdade?.....	58
Capítulo 3. Relações complexas: significados da posse de avifauna silvestre	65
3.1. Penas coloridas: aves encontradas em poder dos sujeitos abordados	65
3.2. O olhar da posse: vivências dos compradores	66
3.3. O olhar questionador: quem pode falar pelos animais?	103

Capítulo 4. Asas abertas: a Bioética como perspectiva de mudanças	118
--------------------------------------------------------------------------------	------------

4.1. A Bioética na educação, ou a educação baseada na Bioética?	120
-----------------------------------------------------------------------	-----

Considerações finais	134
-----------------------------------	------------

Referências bibliográficas	138
-----------------------------------------	------------

ANEXOS

Anexo I - Questionário.....	150
-----------------------------	-----

Anexo II – Roteiro de entrevista	152
----------------------------------------	-----

Anexo III – Termo de consentimento livre e esclarecido	153
--------------------------------------------------------------	-----

Anexo IV – Espécies encontradas em poder dos compradores.....	154
---------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS:

BOVESPA - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

BVS&A - Bolsa de Valores Sociais e Ambientais

CETAS - Centros de Triagem de Animais Silvestres

CFE - Conselho Federal de Educação

CIOPS - Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança.

CPMA - Companhia de Polícia Militar Ambiental.

EUA - Estados Unidos da América

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG - Organização não-governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PRODEMA - Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PUC/Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RENTAS - Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SUDEPE - Superintendência da Pesca

SUDHEVEA - Superintendência da Borracha

TCO - Termo Circunstancial de Ocorrência

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFOR - Universidade de Fortaleza

USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

PENAS CINZENTAS: O SOFRIMENTO COMO MARCA DO HISTÓRICO DO TRÁFICO

Este trabalho trata do tráfico de aves silvestres e da vivência de determinado grupo de pessoas que as adquirem por meio desse comércio. É uma investigação acerca das motivações que levam a essa compra, tendo lugar no município de Fortaleza e parte da Região Metropolitana (Caucaia e Maracanaú). A compra dessas aves contribui para a continuidade do referido comércio, que por sua vez configura-se atualmente como a terceira atividade ilícita mais lucrativa do mundo.

O tráfico de animais silvestres movimenta cerca de dez bilhões de dólares anuais, sendo a participação do Brasil de aproximadamente um bilhão de dólares ao ano. As duas primeiras posições deste *ranking* são ocupadas pelo tráfico de drogas e de armas. No Brasil, o referido tráfico vem contribuindo de forma significativa para a perda de biodiversidade. Estima-se que cerca de 38 milhões de animais sejam retirados de seus habitats anualmente em virtude do tráfico (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – RENCTAS, 2008). Outros fatores responsáveis por essa devastação são a caça predatória e a destruição dos habitats através do desmatamento, das poluições, da exploração irresponsável dos recursos naturais e da especulação imobiliária e turística (MAIA, 2004; ROMANOWSKI, 1997).

O termo biodiversidade refere-se à totalidade de genes, espécies e ecossistemas de uma região. É uma variedade de formas de vida. Nas florestas tropicais, está organizada de modo fragmentado, pela grande heterogeneidade de ambientes físicos (microclima, solos, topografia), bem como pelas mudanças sucessivas nesses sistemas (ALMEIDA, 2000).

A perda de biodiversidade é um dos principais problemas que vêm preocupando estudiosos e ambientalistas do mundo inteiro. No Brasil, manter animais silvestres em cativeiro, em sua maioria aves, ainda é um hábito cultural. Esta prática tem origens históricas que remontam ao período pré-colonial, quando já havia certa exploração, por parte dos indígenas que aqui habitavam, de diversas espécies de animais silvestres, para obter penas e outras partes de seus corpos como ornamentos, bem como para alimentação, fabricação de instrumentos ou simplesmente para que fossem animais de estimação (RENCTAS, 2008).

Segundo Carvalho (1951), Cascudo (1973) e Spix e Martius (1981), os índios denominavam os animais silvestres que amansavam para diversão doméstica de “xerimbabos”,

que significa “coisa muito querida”. Sem nenhuma outra função, esses animais lhes traziam alegria e curiosidade aos olhos.

Dentre os xerimbabos, eram encontrados araras, papagaios, periquitos, mutuns¹, bem-te-vis, diversos primatas, quatis, veados, jibóias e muitos outros. Eram mantidos por motivos afetivos e circulavam livremente nas aldeias. A partir desse costume indígena, poderíamos questionar: seria tal comportamento comum a todas as culturas e tradições? Através desta forma de relacionamento com a fauna (domesticação) exercemos sobre os animais uma espécie de poder. Impor a outro ser vivo uma maneira de ser e viver que não a sua original é, em minha compreensão, uma espécie de arbitrariedade que se impõe pela força, e que não possui uma justificativa plausível que a legitime.

Alguns atenuantes, no entanto, podem ser apontados em relação ao comportamento indígena. Por terem perfeito conhecimento do modo de vida das espécies, os índios se preocupavam em manter a alimentação correta de cada animal. Utilizavam a fauna silvestre com critérios, sem ameaçar sua sobrevivência. Por exemplo, não abatiam fêmeas grávidas ou animais em idade reprodutiva. No entanto, esses povos modificaram suas atitudes após o contato com os colonizadores europeus. Começaram a explorar os recursos naturais mais intensamente, sendo em muitos casos usados como agentes depredadores. A racionalidade que prevalecia era a de que a biodiversidade era abundante e inesgotável. Tem início então a história da exploração comercial da fauna silvestre brasileira (NOGUEIRA-NETO, 1973; SICK, 1997b).

Segundo Sick (1997a), durante o século XVI, no qual a exploração européia lançou-se ao mundo, um grande motivo de orgulho para os viajantes consistia em retornar aos seus países com animais exóticos, comprovando deste modo a descoberta de novos continentes. De acordo com Bueno (1998a), em abril de 1500, algumas araras e papagaios, oriundos de escambo, foram enviados ao rei de Portugal, junto com amostras de plantas e minerais. A partir do deslumbre

¹ Denominação popular de um conjunto de oito espécies de aves da família dos cracídeos, dos gêneros *Crax* e *Mitu*. São aves da ordem dos galiformes, assim denominados por possuírem características semelhantes às das galinhas comuns. Porém, alcançam grande porte (até um metro de altura, de acordo com a espécie). Vivem sobre as árvores, apesar de não serem adaptadas ao voo, e associam-se em pequenos grupos, com exceção dos períodos reprodutivos, quando machos e fêmeas se mantêm aos pares. Seus ovos são brancos e granulados, medindo cerca de 86 mm de comprimento por 60,5 mm de largura. Sua alimentação se constitui de frutos, sementes, bagas, insetos e vermes. São conhecidos por denominações como mutum poranga (*Crax alector*), mutum pinima (*Crax pinima* ou *C. fasciolata*), ambos oriundos da Amazônia, e mutum vulgar (*Crax blumenbachi*), encontrado da Bahia até São Paulo, e na Região Sul do país (SANTOS, 1938). Segundo Marini e Garcia (2005), várias espécies de mutuns, incluindo-se o mutum-do-nordeste, encontram-se em vias de extinção.

causado pelas aves, por cerca de três anos o Brasil ficou conhecido como “Terra dos Papagaios”.

Iniciou-se então a exposição e o comércio desses animais nas ruas, visto que passaram a ser cobiçados para estimação. Primatas sul-americanos eram encontrados nas residências inglesas, bem como outros animais. Sua presença simbolizava riqueza, poder e nobreza perante a sociedade da época (BUENO, 1998b).

Algumas atrocidades desse período podem ser exemplificadas. Segundo Sick (1997a) e Paiva (1945), os beija-flores, mortos aos milhares, tinham suas penas exportadas para abastecer a indústria da moda, ou inteiros e embalsamados para ornamentar salas da Europa. Em 1932, vinte e cinco mil beija-flores foram mortos para que suas penas enfeitassem caixas de bombons na Itália. A demanda por penas ornamentais cresceu de tal modo que, em 1964, um canhão francês foi importado para se atirar em marrecas, aos bandos, chegando-se à morte de sessenta mil marrecas em uma única fazenda do Amapá. De acordo com Polido e Oliveira (1997), garças e guarás eram abatidos para que suas penas adornassem chapéus femininos na Europa e América do Norte. Em 1895 e 1896, a matança dessas aves foi tão excessiva que Emílio Goeldi, então diretor do Museu Paraense de História e Etnografia, protestou junto ao governo do Pará, devido ao grande número de mortes dessas espécies na Ilha de Marajó.

Paralelamente a esse processo, o comércio interno de animais silvestres foi se expandindo, pois os métodos de captura dos animais evoluíam, aliados a um desbravamento das matas e meios de transporte que facilitavam o acesso aos mais recônditos habitats, antes totalmente selvagens. Em meados do século XX, encontramos um comércio de animais silvestres totalmente consolidado e tido como normal em diversas feiras pelo país (RENCTAS, 2008).

Até o ano de 1967 não havia um controle por parte do governo brasileiro sobre a caça, a captura e a utilização de animais silvestres. No citado ano, contudo, além da criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, houve a homologação da Lei Federal nº. 5.197, a Lei de Proteção à Fauna, declarando que todos os animais da fauna silvestre nacional e seus produtos eram de propriedade do Estado e não poderiam mais ser caçados, capturados, comercializados ou mantidos sob a posse de particulares. Em meio a este progresso legal, contudo, as pessoas que viviam desse comércio tiveram de se deparar com uma instantânea mudança de realidade: sem alternativas econômicas que lhes garantissem a sobrevivência, caíram

na marginalidade. O comércio de animais silvestres passou a ser atividade clandestina, ou seja, a se configurar como tráfico (MARQUES e MENEGHETI, 1982).

A ilegalidade, porém, não teve impactos significativos sobre a atividade, sendo atualmente muito comum, em diversas cidades brasileiras. No estado do Rio de Janeiro, até o ano de 1996, eram conhecidas cerca de 100 feiras livres que incluíam o comércio ilegal de animais silvestres (POLIDO E OLIVEIRA, 1997). Além dessas feiras, cuja impunidade alimenta a continuidade do tráfico, há também criadouros clandestinos e lojas que integram o quadro. Enquanto isso, mais e mais “consumidores” permanecem com o hábito de manter animais silvestres em casa, que além de ilegal, promove a retroalimentação desse comércio. Compreendo que, se não houvesse o “consumidor”, não haveria o traficante, pois o elo comercial seria rompido. No entanto, para a consolidação desse fim, seria necessário todo um trabalho educativo, no sentido do ser humano reavaliar sua relação com os demais seres vivos. Afinal, uma relação onde um ser cerceia a liberdade do outro é, no mínimo, injusta, desigual e, portanto, antiética. Fundamentarei estes argumentos no item 1.4. desse trabalho, sob o referencial da Bioética. Por hora, apresento o seguinte comentário de Toufexis (1993, p. 37-38), a respeito do tratamento dado aos animais vítimas do tráfico:

A história do tráfico de animais silvestres não é apenas de desrespeito à lei, mas também de devastação e crueldade. O comércio de animais silvestres capturados na natureza sempre foi uma atividade deletéria para a fauna, independente de ser legal ou ilegal (...) Os animais sempre foram tratados de uma maneira desrespeitosa, vistos apenas como simples mercadorias, utilizados como fonte de renda.

É exatamente a essa racionalidade que me refiro, ao abordar a questão ética. Ainda que elaboremos leis e meios de controle do tráfico, há que se questionar acerca da individualidade desses animais, que no contexto comercial, seja legal ou ilegal, são tidos como simples objetos, que alimentam vaidades de quem compra, e ambições de quem vende e de quem articula a intermediação da venda. No outro extremo desse comércio cruel, há as populações ribeirinhas e tradicionais, que vivem mais próximas dos habitats naturais das espécies procuradas. São pessoas que em geral vivem em situação de pobreza, e que capturam os espécimes para fornecê-los aos compradores intermediários, que por sua vez os repassam aos demais elos do processo. É o circuito do tráfico, com rotas e atores sociais bem definidos.

Diante desse quadro, ponho-me a questionar: o que leva, atualmente, as pessoas a comprarem animais silvestres? Seriam ainda os mesmos motivos da época colonial, isto é, a vaidade, o status a que esses animais eram associados? Em princípio, penso que sim. E compreendo que, ao identificarmos essas motivações, teremos melhores possibilidades de direcionar um trabalho de educação ambiental, no sentido de prevenir a continuidade do tráfico, que leva ao extermínio de milhares de animais por ano.

No capítulo 1, explanarei o modo como surgiram tais questionamentos para mim, como este trabalho foi idealizado e posto em prática, bem como alguns conceitos iniciais utilizados ao longo do mesmo, sobretudo acerca da Bioética. O capítulo 2 traz uma visão geral acerca do controle exercido por nossas instituições sobre esse tráfico (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Polícia Militar e legislação pertinente), bem como o trabalho preventivo da organização não-governamental RENCITAS. No capítulo 3 apresento e discuto os resultados empíricos obtidos na investigação, ou seja, as características das aves encontradas em poder dos compradores aos quais tive acesso, bem como a análise de discurso das entrevistas com os mesmos. Finalmente, no capítulo 4, apresento algumas possibilidades de uma educação voltada à Bioética, como forma de auxílio à mudança de atitudes humanas perante os outros seres vivos.

CAPÍTULO 1

UMA JORNADA COM UM PRINCÍPIO E UM HORIZONTE, COMO EM TODA MIGRAÇÃO

1.1. Preparando-se para alçar vôo.

O tema do tráfico de animais silvestres tem se constituído uma de minhas preocupações - acadêmicas e pessoais – há anos a fio. Porém, anterior à preocupação, veio o encantamento por estes seres que, aos meus olhos, são o ponto máximo da Criação, a perfeição divina materializada.

Desde minhas mais remotas memórias de infância, tenho vívida a presença de elementos da fauna em meu desenvolvimento, associada a um amor sem explicações. Lembro-me de quando observava os ninhos dos pássaros que os construíam por entre as telhas da casa de minha avó, ou nas árvores do pasto, quando de minhas férias no sertão. Quão belo era admirar o nascimento e o crescimento dos filhotes em seu próprio ninho, para então voarem livres, enquanto os pais se preparavam para a próxima postura. Ou quando o joão-de-barro, que sempre nos visitava no sítio, construía sua casa perfeita de argila, com a sabedoria e a paciência com as quais a natureza lhe havia dotado. Meus olhos atentos brilhavam de admiração, de modo que aquela liberdade originária passou a me inspirar sonhos de voar, também. Inúmeros foram meus cálculos e tentativas de concretizar este intento. Tal como Ícaro, com suas asas de cera, em vão tentei experimentar o que os pássaros sentiam, improvisando minhas próprias asas com o que me caía nas mãos: papel, isopor, papelão, lençóis. Mas logo meus joelhos infantis, suficientemente machucados, me convenceram de que não seria uma tarefa tão simples.

Contentei-me em continuar admirando a beleza e, principalmente, a capacidade de voar daquelas criaturas. E foi exatamente no momento em que deparei pela primeira vez com um pássaro engaiolado que senti uma laceração atravessar-me o peito. Com poucos anos de vida, questionava sobre o porquê de alguém submeter um ser alado a tal crueldade, e o desejo que me vinha era sempre o de libertá-los. Nunca consegui realizar este intento, fosse por minhas próprias mãos (devido ao medo do castigo), fosse mais tarde pelo convencimento do “dono” da ave (as aspas aqui servem para destacar minha particular discordância sobre o hábito das pessoas se dizerem donas de outros seres vivos).

Apesar do amor que já nutria desde sempre pelos animais – e da vontade de oferecer-lhes meus cuidados – com a chegada da idade adulta tornei-me psicóloga. Diversos foram os fatores que me levaram a esta decisão. O mais forte deles, porém, fora a vontade de compreender as pessoas, seus sentimentos e motivações para agirem diante de diversas situações, dentre elas, o comportamento para com o meio ambiente. À época de minha conclusão de curso, no ano de 2002 (graduação), em um Simpósio de Ecologia e Educação Ambiental, temas com os quais sempre me identifiquei, fiz um contato mais significativo com a problemática do tráfico de animais silvestres. Através de um chocante documentário produzido pela RENCTAS, senti-me fortemente mobilizada a participar da causa desta organização não governamental, e desde então venho colocando este propósito como uma de minhas metas de vida: contribuir, dentro de minhas possibilidades, para que qualquer animal livre assim permaneça, sendo protegido de quaisquer formas de maus-tratos ou restrições a seus hábitos de vida originais.

A partir do ano de 2006, comecei a adentrar no universo da Bioética, por meio de uma disciplina ministrada pelo prof. Dr. Ricardo Figueiredo, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). A partir daí, comecei a participar de um grupo de discussão em Educação Ambiental, na mesma Universidade, que tinha por tema específicas questões relacionadas à fauna, tais como experimentação com animais em laboratório, consumo de carne, utilização de animais em atividades humanas de lazer, maus-tratos, abandono, controle populacional, dentre outras. A questão do tráfico, porém, continuava a me chamar a atenção com maior veemência. No ano de 2008, ao tomar conhecimento sobre o Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, percebi que ali estava uma bela oportunidade para que eu estabelecesse uma conexão entre todas as idéias e anseios que vinham povoando meus interesses há tanto tempo. Diante da proposta interdisciplinar do curso, senti-me à vontade para propor um diálogo entre a questão do tráfico de animais silvestres e os conhecimentos e ferramentas adquiridos com o estudo da Psicologia e, em seguida, da Bioética.

O ingresso no PRODEMA foi uma porta que, com imensa alegria, atravessei. Ali eu poderia fazer a minha parte em prol da fauna vítima do tráfico, ou seja, produzindo um trabalho que, ao ser apresentado e lido, pudesse trazer um olhar sobre a questão que até então eu não havia visto em outros estudos: um olhar compreensivo, no sentido de se entender os porquês, de captar o sentido de se adquirir animais silvestres. E as pessoas que melhor poderiam responder a esta

indagação seriam, obviamente, os próprios compradores. A partir desta curiosidade, pus-me a pensar maneiras pelas quais pudesse realizar meu intuito.

Inicialmente, procurei, na literatura pertinente, informações acerca do tráfico de animais silvestres, o modo como funciona, implicações sócio-ambientais, realizando pesquisa bibliográfica, documental e digital. Busquei material literário nas bibliotecas de maior referência das universidades em Fortaleza (Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade de Fortaleza - UNIFOR), bem como na biblioteca do IBAMA – Ceará. E posteriormente, em viagem a São Paulo e ao Rio de Janeiro durante o mês de julho de 2009, tive a oportunidade de pesquisar nas bibliotecas da Universidade de São Paulo – USP, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, e na Biblioteca Nacional, na qual encontrei documentos e periódicos que em nenhum outro local havia tido acesso.

Elegi as aves como um grupo no qual focaria meus estudos, e passei a buscar dados acerca das principais espécies da avifauna nacional vítima do tráfico. A escolha das aves está relacionada a dois fatores. Primeiro, por uma maior afeição pessoal a estes animais em particular – algo que só consigo explicar mediante uma busca baseada em minha própria história de vida, conforme procurei, resumidamente, expor no início deste capítulo. Em segundo lugar, através de leituras e informações midiáticas, pude constatar que as aves são as principais vítimas desse tráfico. De acordo com o 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre, elaborado pela RENTAS, as aves são os animais mais encontrados no comércio ilegal, pelo fato de serem os preferidos pelos comerciantes e compradores, e pela riqueza da avifauna, sendo os passeriformes (os pássaros propriamente ditos) as aves mais comuns em gaiolas de todo o mundo, e os psitacídeos (aves de bico adunco, ou seja, curvado para baixo, tais como periquitos, papagaios e araras), devido à habilidade de imitar a voz humana, combinada com a inteligência, beleza e docilidade, as aves mais populares e procuradas como animal de estimação no mundo, sendo preteridos apenas em relação aos cães e gatos. Estima-se, com base no comércio registrado dos Estados Unidos - EUA, que a cada ano sejam ilegalmente vendidos em todo o mundo cerca de 25 a 40 mil primatas, 2 a 3 milhões de répteis, e 2 a 5 milhões de aves (RENTAS, 2008).

Quanto ao local de realização da pesquisa, alguns fatores contribuiriam para a escolha de Fortaleza. Esta capital apresenta-se atualmente como uma das principais cidades nordestinas que

são foco do comércio em questão (RENCTAS, 2008). Há pólos bastante conhecidos, como a chamada "feira dos pássaros", no bairro de Parangaba, além de outros, como nos bairros de Messejana e Antônio Bezerra. Em meu cotidiano na cidade, sempre observei uma imensa quantidade de aves silvestres engaioladas nas residências. Sobretudo nos bairros periféricos, é bastante comum a presença de gaiolas logo na entrada das casas, o que nos permite visualizá-las e ouvir o canto dos pássaros mesmo ao passar pelas calçadas. Unindo essas observações pessoais e os dados oriundos da mídia (sobre apreensões de aves e feiras ilegais), decidi que seria de grande valia e coerência realizar a pesquisa nessa cidade. Porém, também tive oportunidade de abordar, por meio de questionário, alguns sujeitos dos municípios de Caucaia e Maracanaú, localizados na Região Metropolitana. Minha maior curiosidade, ou seja, a pergunta norteadora para esse estudo já estava formulada antes mesmo de meu ingresso no PRODEMA: “Por que as pessoas compram aves silvestres? Qual o sentido, o significado de mantê-las em seu poder?”

Através desta pergunta, pretendia compreender, de certa forma, a principal raiz do tráfico de animais silvestres, pois é com o desejo do comprador que surge e se mantém qualquer comércio. Ainda que este desejo seja supérfluo, fruto de necessidades criadas por nós próprios, como é o caso de tantos itens de consumo que adquirimos, é a partir da criação destas necessidades que se dá o impulso à cadeia comercial, seja lícita ou ilícita. E, mediante a compreensão das motivações dos compradores de animais silvestres, penso que se pode chegar a elementos-chave para trabalhar com a educação ambiental e melhor direcioná-la para esse contexto.

Paralelamente à realização das leituras, eu me perguntava de que maneiras poderia obter acesso aos compradores. Minha proposta era abordá-los por meio de entrevistas, fazendo em seguida uma análise de discurso, pois esta prática já era familiar em meus estudos de Psicologia. No entanto, havia a dificuldade de se tratar de uma atividade ilegal, o que certamente deixaria as pessoas temerosas diante da perspectiva de falar sobre o assunto. Em virtude deste possível obstáculo, julguei que a melhor maneira de obter os dados seria contando com a participação de pessoas próximas ao meu convívio, pois desta forma se estabeleceria a segurança e a tranquilidade necessárias para que se sentissem dispostas a colaborar, relatando suas experiências. Foi então que veio a calhar a sugestão da profa. Dra. Kelma Matos, minha orientadora, de que eu poderia lançar mão da “estratégia bola de neve”, ou seja, uma pessoa que me cedesse a primeira entrevista

poderia indicar uma segunda pessoa que também possuísse aves silvestres, que por sua vez poderia agir do mesmo modo, e assim por diante.

Aliada a esta contribuição da profa. Kelma Matos, que muito iluminou meu percurso, surgiu o auxílio de um grupo de estudantes que se dispuseram a colaborar, e sem o qual dificilmente a primeira fase da pesquisa poderia ser realizada. Refiro-me à equipe do Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos, da Universidade Federal do Ceará, coordenado pelo prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Cacau). O Laboratório foi implicado na pesquisa por se tratar de um grupo de pesquisas e extensão de cujas atividades também participo, voluntariamente, sendo portanto um contexto rico em trocas de minha vivência acadêmica. A equipe se prontificou a auxiliar na coleta de dados para a pesquisa por meio da aplicação de um questionário (Anexo I), que elaborei juntamente com o prof. Cacau ao longo da disciplina por ele ministrada no PRODEMA, “Ecologia e Biodiversidade”.

No questionário constam informações pessoais para caracterização do grupo de sujeitos, bem como a respeito das aves que possuem em casa. Distribuí 60 cópias desse instrumento, que foi aplicado em diversos bairros de Fortaleza, de acordo com a disponibilidade e acesso dos estudantes do Laboratório. Elaborei uma dupla tabulação dos dados. A primeira, para a caracterização dos sujeitos, com informações de sexo, idade, nível de escolaridade e bairro residencial. A segunda, para as aves encontradas em suas residências, contendo informações como nome popular, nome científico, família, ecossistema de origem e quantidade para cada espécie encontrada. Para uma análise mais específica, no caso dos sujeitos selecionados para entrevista, constam ainda dados sobre o tempo de cativeiro e forma de obtenção de cada ave.

Após a análise dos questionários, a proposta foi identificar os que apresentassem dados mais significativos (maior quantidade de aves ou tempo de cativeiro mais extenso) para tentar um contato e entrevista com os sujeitos em questão. No entanto, isto também dependeria da disponibilidade e aceitação dos sujeitos em participar dessa segunda fase da pesquisa. Dentre os 60 questionários aplicados, realizei entrevistas com 15 sujeitos, número definido por mim e professora Kelma Matos como significativo para este estudo. Apresentarei esse conteúdo no capítulo 3.

Faltava-me ainda uma forma apropriada para lidar com esses dados, pois viriam dos depoimentos diretos dos sujeitos. Foi o momento da contribuição de minha formação

em Psicologia, trazendo o método fenomenológico empírico como a forma mais apropriada para a investigação, pois privilegia a linguagem como expressão e percepção do sujeito, capaz de falar sobre si e sobre sua presentificação no mundo.²

Para atender aos objetivos traçados (de modo geral: a compreensão e descrição do significado de possuir aves silvestres, na vivência dos sujeitos), elaborei um pequeno roteiro de entrevista, que pode ser caracterizada como semi-estruturada (ou semi-diretiva), pois possui algum norteamento, sem, no entanto, cercear as possibilidades de diálogo apresentadas pelos sujeitos. Teve como preocupações básicas conhecer o significado da posse das aves, os sentimentos a partir desse convívio, entre outras questões (Anexo II).

Os momentos da investigação fenomenológica são basicamente o envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo. Forghieri (1997, p. 60) define estes dois momentos:

... o pesquisador precisa iniciar seu trabalho procurando sair de uma atitude intelectualizada para se soltar ao fluir de sua própria vivência, nela penetrando de modo espontâneo e profundo, para deixar surgir a intuição, percepção, sentimentos e sensações que brotam numa totalidade, proporcionando-lhe uma compreensão global, intuitiva, pré-reflexiva desta vivência. [...] Após penetrar na vivência de uma determinada situação, nela envolvendo-se e dela obtendo uma compreensão global pré-reflexiva, o pesquisador procura estabelecer um certo distanciamento da vivência para refletir sobre essa sua compreensão e tentar captar e enunciar, descritivamente, o seu sentido ou significado daquela vivência...

A partir destas considerações, Forghieri (1997) propõe a análise dos dados pela seguinte seqüência de passos: inicialmente, deve ser feita a leitura do todo para entrar em contato com o sentido global do depoimento. É o momento em que o pesquisador, ao ler o conteúdo transcrito, rememora os momentos mais significativos da entrevista, podendo lançar-lhe um olhar panorâmico, observando o sentido da fala do sujeito. Em seguida, deve identificar núcleos

² Há vários outros tipos de pesquisa fenomenológica, a saber: a pesquisa fenomenológica filosófica, a fenomenológica eidética, a fenomenológica hermenêutica, a fenomenológica do tipo experimental e a pesquisa fenomenológica do tipo colaborativa. A pesquisa fenomenológica empírica é uma aplicação do trabalho de investigação em Psicologia, objetivando construir estruturas do vivido a partir de depoimentos focais, trabalhando efetivamente com elementos do significado vivido (AMATUZZI, 1998). Quanto aos demais tipos de pesquisa fenomenológica, não pretendo discuti-los neste trabalho, pela necessidade de maior objetividade do texto.

emergentes que expressem o vivido em relação ao objeto da pesquisa, isto é, a identificação de categorias temáticas. Nesta etapa, o pesquisador demarca os pontos mais relevantes da fala, como subtemas que poderiam ser representativos do todo. Após este momento, deve ser feita a transcrição do sentido destes núcleos, na versão pessoal do pesquisador, em uma linguagem psicológica. Aqui se observa a importância da sintonia entre o pesquisador e o entrevistado, a fim de que o primeiro possa interpretar adequadamente o sentido da fala. Em alguns casos poderão ser necessárias, inclusive, entrevistas de retorno, para esclarecer pontos que possam ter sugerido dúvidas. Concluída essa tarefa, deve ser realizada uma busca de variantes e invariantes a partir das unidades temáticas. É o momento de aguçar ainda mais a percepção, pois como se trata de um discurso grupal, inevitavelmente surgirão semelhanças e particularidades dentre os depoimentos, constituindo-se, desta forma, o discurso grupal e as observações particulares. Por fim, é formulada a estrutura do vivido numa síntese geral, ou seja, um texto, com um encadeamento lógico, a partir do qual o leitor possa compreender as vivências do grupo, através de um fio condutor.

O roteiro foi elaborado com o intuito de compreender e descrever as vivências dos sujeitos, perante a experiência de possuir/ criar aves silvestres. Não possui caráter de denúncia, o que em princípio era temido pela maioria dos sujeitos abordados (que fossem denunciados ao IBAMA). As perguntas auxiliares possuem caráter exploratório, ou seja, visam ampliar as informações obtidas na entrevista. Além disso, possuem um sentido de convite à reflexão. Sobre a escolha da entrevista como instrumento de coleta de dados, Amatuzzi (1998, p.15) comenta:

A entrevista, como forma de acesso ao vivido, fundamenta-se na empatia e na compreensão intuitiva, visto que o momento da coleta de dados é um encontro existencial não programado, imprevisível pela alteridade. O quadro de referência da entrevista fenomenológica é não causal, não explicativa, mas compreensiva. A pesquisa fenomenológica é a que toma o vivido como pista para aquilo que se quer saber (e fazer). Ela assume que o acesso ao vivido se dá numa relação viva (uma relação que se transforma). Seu resultado será mais descritivo-compreensivo do que explicativo. E, portanto, a comunicação dos resultados visa criar presença, em detrimento de estabelecer relações de causa e efeito, parte e todo, antecedente e conseqüente. Pretende tornar o objeto presente na consciência de quem está sendo comunicado.

As entrevistas foram gravadas, mediante consentimento dos sujeitos, e posteriormente transcritas. Em seguida, procurei proceder à análise de conteúdo (FORGHIERI, 1997). Identifiquei as seguintes unidades temáticas, ou categorias, que norteavam o discurso dos sujeitos:

a) significado de possuir aves silvestres (motivações para possuí-las ou criá-las); b) o zelo com as aves como justificativa ou compensação pelo cativo; c) sentimentos experimentados no convívio com as aves (apego e medo da perda, por um lado, gratificação e bem-estar, por outro); c) nível de consciência a respeito do cativo como crime ambiental; d) contradições experimentadas entre a consciência de suas atitudes e a própria continuidade destas; e) elementos culturais que influenciam o hábito de criar as aves (questões de gênero e pré-existência do hábito em família, que possui uma estreita relação com o item a).

Destaco que o objetivo nesta análise de conteúdo foi identificar e descrever um discurso pertinente ao momento do grupo, e não dos pensamentos individuais dos sujeitos, ou seja, das diferenças entre as idéias dos indivíduos entre si. O foco foi, exatamente, traçar um discurso marcante, característico do grupo.

As falas selecionadas são, portanto, uma tentativa de explicitar os principais pontos que caracterizam a fala grupal, e, como em qualquer pesquisa científica, são instrumentos que possibilitam a descrição aproximada da realidade. Resta-me, a exemplo dos artistas, tentar traduzir o fenômeno percebido, ainda que o momento vivo tenha ficado para trás, nas vozes que a gravação procurou “segurar” como um arquivo digital.

É importante ressaltar que destaques dos discursos foram escolhidos como os mais representativos da idéia central de cada categoria e do discurso grupal. Ressalto ainda que foi mantida a fidelidade ao modo como os sujeitos se expressavam na linguagem falada, razão pela qual em muitos momentos pode-se observar expressões coloquiais.

Os nomes dos sujeitos foram omitidos, em razão do sigilo, inicialmente garantido a cada entrevistado no ato da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo III). Em lugar de seus nomes verdadeiros, constam iniciais fictícias, escolhidas aleatoriamente. Nos momentos em que aparecem nomes, seja das pessoas, seja dos animais, tendo em vista que seus donos lhes atribuem nomes, trata-se também de criações minhas.

Também utilizei a técnica de entrevista em dois contextos de visitação a instituições pertinentes à questão do tráfico de animais silvestres: o setor de fauna do IBAMA, onde tive a oportunidade de dialogar com o Dr. Francisco de Brito, e a Companhia de Polícia Militar Ambiental do Ceará, ocasião na qual fui recebida pelo coordenador operacional, tenente Gessilvando Meneses. Porém, não submeti tais entrevistas a análise de discurso, uma vez que o

objetivo das mesmas fora apenas o de obter maiores esclarecimentos acerca da atuação das respectivas instituições no combate ao tráfico.

1.2. Marcando pontos do trajeto: animais silvestres nativos, silvestres exóticos e de estimação.

O IBAMA, em sua Instrução Normativa nº 169, de 20 de fevereiro de 2008, define as categorias de fauna silvestre exótica, fauna silvestre nativa e de animais de estimação, para efeitos de seu manejo em cativeiro, ou seja, o modo de se lidar com esses animais quando retirados de seu habitat natural ou já nascidos em cativeiro, no que diz respeito a seus hábitos alimentares, comportamentais e reprodutivos. É útil ressaltar as particularidades de cada uma, tendo em vista o objeto dessa investigação:

III - Animal silvestre de estimação: animal proveniente de espécies da fauna silvestre, nascido em criadouro comercial legalmente estabelecido, mantido em cativeiro domiciliar, sem finalidade de abate, de reprodução ou de uso científico e laboratorial;

V - Animal silvestre: animal pertencente à fauna silvestre nativa ou exótica;

XVI - Fauna silvestre: termo que compreende e abrange a fauna silvestre nativa e a fauna silvestre exótica;

XVII - Fauna silvestre exótica: espécimes pertencentes às espécies cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro ou que foram nele introduzidas, pelo homem ou espontaneamente, em ambiente natural, inclusive as espécies asselvajadas, excetuando-se as espécies consideradas domésticas;

XVIII - Fauna silvestre nativa: espécimes pertencentes às espécies nativas ou migratórias, aquáticas ou terrestres, de ocorrência natural em território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.

XIII - Espécie: conjunto de indivíduos semelhantes e com potencial reprodutivo entre si, capazes de originar descendentes férteis, incluindo aqueles que se reproduzem por partenogênese;

XIV - Espécime: indivíduo ou parte dele, vivo ou morto, de uma espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento; unidade de uma espécie.

Como se pode perceber a partir das definições explicitadas, a obtenção e manutenção de animais silvestres em contexto domiciliar são, diante de determinados pré-requisitos, autorizadas pelo IBAMA. Ocorre, porém que, no contexto do tráfico, estas normas não são observadas, levando a um número exorbitante de óbitos dos espécimes devido às péssimas condições de

captura, manejo, transporte e comercialização, além das próprias condições de vida do animal em cativeiro domiciliar.

Tendo definido alguns conceitos acerca da fauna, resta ainda explicitar o significado do termo “vivência”, que dará suporte à apresentação dos resultados da pesquisa no capítulo 3.

1.3. O conceito de vivência.

De modo geral, toda experiência que compõe o campo fenomênico do sujeito pode ser entendida como conteúdo vivencial. O campo fenomênico, ou fenomenal, ou fenomenológico, corresponde à experiência do organismo³, nem sempre acessível à consciência, mas inteiramente disponível a ela, sendo, sobretudo, a referência para a ação do sujeito. Portanto, tudo o que vivemos, tudo o que compõe nossa trajetória de vida, faz parte do campo fenomênico, ainda que não estejamos conscientes de alguma experiência no momento em que ocorre. Por exemplo, gestos e expressões que realizamos e que somente o interlocutor consegue captar naquele instante, preocupações que se mantêm em *stand by*, mas que nos deixam a sensação de que algo está errado ou nos incomodando, e que somente num momento posterior conseguimos captar sua presença, dentre tantos outros elementos.

Para Forghieri (1997), a vivência é a percepção que o sujeito tem de suas experiências, de forma que ele as significa a partir de referências constituidoras de seu modo de vida. Este conteúdo vivencial está inscrito num continuum temporal, espacial, corporal e intersubjetivo, que dá sentido ao fluxo experiencial.

A autora compreende que todas as nossas experiências, sentimentos e atitudes estão ocorrendo o tempo inteiro. Porém, apenas no momento em que tomamos consciência delas, ou seja, que chegamos a percebê-las e atribuir-lhes significado, temos nossa vivência pessoal sobre essas experiências, pois desta forma temos condições de elaborá-las. Portanto, meus gestos e expressões faciais que só chego a perceber a partir do momento em que o outro me fala a respeito, só são vivências para mim no momento em que os percebo e, então, compreendo que eles dizem de emoções contidas, das quais não costumo falar, mas que em meu campo fenomênico, escapam ao controle consciente, manifestando-se em forma de gestos. A partir da percepção desses gestos,

³ Para Rogers (1997), o conceito de organismo compreende o visceral, o vivencial e o cognitivo. Portanto, o organismo, para este autor, vai além do corpo físico, alcançando os níveis perceptivo e da aprendizagem humanos. O conjunto destes três níveis, e suas complexas relações, compõe o organismo.

posso, por exemplo, refletir sobre minhas emoções, e talvez dar-lhes um novo direcionamento em minha vida (FORGHIERI, 1997).

Se nossas experiências ocorrem num continuum espaço-temporal, e se temos uma percepção particular sobre tudo o que nos ocorre, então temos a capacidade de relativizar o tempo (temporalizar) e o espaço (espacializar), guardando na memória nossa própria interpretação dos fatos. A característica do temporalizar atribui à vivência a transcendência da situação imediata, no sentido cronológico e cultural, pois o tempo é um dos elementos que constituem a saga biográfica do sujeito. Heidegger (1984) afirma que o sujeito pode transcender o tempo concreto, tornando possível a unidade da existência através de uma compreensão simultânea das experiências presentes, passadas e futuras, agindo a partir disso. Além dessa capacidade, é comum que nossa percepção de tempo não seja a mesma de outras pessoas. Por exemplo, irmãos que cresceram num mesmo contexto familiar, podem ter percepções diferentes acerca da mesma época, vivida por ambos. Um determinado fato pode ter ocorrido, para um, em certa época, e para outro, numa época diferente. E cada um poderá ter sua própria imagem de como aquela época fora tão bela, ou nefasta. Do mesmo modo, projeções do futuro ou mesmo interpretações do que ocorre no presente variam, de acordo com a percepção de cada pessoa. O espacializar, para Heidegger (1984) não se prende tão somente ao ambiente em que o sujeito vive num determinado momento, colocando-lhe a possibilidade de também transcendê-lo. Ou seja, a vivência não se limita a estar aqui ou estar lá, mas há a expansividade, a possibilidade de ultrapassar limites do próprio corpo e do ambiente concreto.

Para Amatuzzi (1998), vivência é tudo aquilo que se constitui basicamente como nossa relação com o mundo, é a forma como sentimos e avaliamos as coisas, é nosso conceito primeiro, anterior a qualquer elaboração. Aqui vemos um diferencial do autor em relação à proposta de Forghieri (1997). Se, para esta, a vivência está associada à percepção e elaboração conscientes do que nos ocorre, para Amatuzzi a vivência não se prende a isto. Ele sugere que o processo não é, necessariamente, tão consciente, quando afirma que a vivência é “anterior a qualquer elaboração”.

Após esse esclarecimento inicial sobre o significado do termo vivência, necessário ao posterior entendimento do discurso dos sujeitos entrevistados, farei, no próximo item, algumas considerações acerca da Bioética. Tais considerações igualmente fundamentarão minhas percepções sobre o discurso dos entrevistados, e os questionamentos oriundos dessa análise.

1.4. A Bioética como um eixo norteador.

Ter escolhido a Bioética como referência nesse estudo foi fruto dos primeiros contatos que tive com essa disciplina através da graduação em Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Ceará, que cheguei a cursar por três semestres. Nesse período, durante as aulas do professor Ricardo Figueiredo, estudávamos os princípios éticos do bem-estar animal, e a Bioética ocupou parte de nossas leituras. A partir de então, percebi o quanto esse campo de estudos tem a contribuir com as reflexões acadêmicas, quando se trata do respeito à vida em todas as suas manifestações.

Apesar do objetivo principal desse trabalho estar centrado na compreensão das motivações que levam os sujeitos escolhidos a possuir aves silvestres, julguei necessário trazer aspectos da reflexão bioética. Tendo em vista que o tráfico de animais silvestres é um grave problema ambiental e ético, que provoca uma série de danos aos ecossistemas e a cada animal que é vitimizado, não poderia deixar de me posicionar, a partir de fundamentação teórica adequada.

Inicialmente gostaria de traçar um pequeno histórico da Bioética, para destacar que ela nunca foi um campo homogêneo do conhecimento. Tendo sido criada ou idealizada, por seus precursores, com o intuito de exaltar o respeito e o cuidado humano com todas as formas de vida, independente da espécie, posteriormente a Bioética passou a ser empregada no trato de questões focadas na vida e na saúde especificamente humanas, sobretudo no contexto estadunidense do pós-guerra (DINIZ e GUILHEM, 2002). Após esta ligeira digressão histórica, destacarei as compreensões dos pioneiros Fritz Jahr (1927) e Albert Schweitzer (1923), sobre os quais discorro adiante, bem como os contemporâneos Peter Singer (2004) e Tom Regan (2006), aos quais me referirei no capítulo 4 desse trabalho.

Dentre as leituras que realizei, não cheguei a encontrar especificamente o tema do tráfico de animais silvestres, ou do cativo, da privação de liberdade, sendo discutidos na Bioética; contudo, encontrei a idéia de valorização, respeito, cuidado e reverência pela vida, e a partir disso elaboro minha compreensão sobre como podemos, a partir destes princípios, considerar a questão do tráfico.

Segundo Carvalho et alli (2006), o professor Albert Schweitzer⁴, foi o precursor da Bioética, tendo lançado as bases desta disciplina – apesar de não denominá-la assim – em seu

⁴ Segundo o professor José Roberto Goldim, o professor Albert Schweitzer (1875-1965), ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1952, foi músico, filósofo, teólogo, médico e missionário, tendo se destacado como um dos precursores da Bioética. Em 20 de outubro de 1952, proferiu uma conferência, na Academia Francesa de Ciências (Paris), sobre "O

texto *Ethics of Reverence for Life*, de 1923. Schweitzer compreendia que a ética apenas poderia ser considerada como tal se viesse a abranger não apenas a espécie humana, mas se nos obrigasse a cuidar de todos os seres, nos pondo em verdadeiro contato com o Universo e com a vontade nele manifestada. Esse texto teria exercido influência sobre outros autores que também se destacaram em suas contribuições à Bioética, como Jahr (1927), Potter (1971) e Leopold (1949).

No entanto, de acordo com Goldim (2009)⁵, Schweitzer somente teria publicado o referido texto em 1936, sendo Fritz Jahr o verdadeiro precursor da Bioética, com o seu texto “*Bioethics: A Panorama of the Human Being’s Ethical Relations with Animals and Plants*”, publicado em 1927 na revista alemã *Kosmos*. Jahr propõe, nesse texto, que a Bioética é a emergência de obrigações éticas não apenas com o homem, mas a todos os seres vivos, que devem ser respeitados como sendo um fim em si mesmos (compreensão bastante condizente com a de Schweitzer). Apesar de ter encontrado essas duas referências a datas diferentes para a obra de Schweitzer, e portanto não tendo uma maneira eficiente de determinar quem teria sido o pioneiro no assunto, destaco aqui a importância que ambos os autores passaram a ter para minhas próprias reflexões, que procurarei expor ao longo deste trabalho.

Aldo Leopold (1949), por sua vez, em sua obra *Sand County Almanac*, lançou as bases para a “Ética Ecológica” e a “ética da terra”. Leopold, engenheiro florestal e professor da Universidade de Yale, foi considerado o mais forte representante da conservação da vida selvagem nos Estados Unidos na década de 1940. Com a ética da terra, propunha a inclusão dos recursos naturais inorgânicos, isto é, o solo, as águas e os minerais, como também merecedores de nosso cuidado e respeito, assim como os seres vivos. Portanto, a Bioética foi criada para designar a relação entre a vida humana, vegetal e animal em sentido amplo, colocando toda a biosfera como foco, preocupando-se com as questões ambientais e a sobrevivência do planeta,

Problema da Ética na Evolução do Pensamento”. Potter citou várias vezes Schweitzer em seu livro *Bioethics: bridge to the future*. As suas idéias estão presentes, igualmente, na formulação da [Bioética Profunda](http://www.ufrgs.br/bioetica/bioetica.htm), proposta em 1998 por Potter. Disponível em: Portal da Bioética (<http://www.ufrgs.br/bioetica/bioetica.htm>). Acesso em 26.12.2009.

⁵ José Roberto Goldim é professor colaborador da Faculdade de Medicina da UFRGS desde 1982, sendo responsável pelas disciplinas de Bioética nos diferentes programas de pós-graduação da área médica desde 1996. Professor adjunto da Faculdade de Medicina da PUCRS, sendo co-responsável pelas disciplinas e atividades de Bioética no âmbito da graduação. Professor responsável pela disciplina de Bioética no PPG em Gerontologia Biomédica e coordena, atualmente, o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS. Também é professor convidado do PPG em Aconselhamento Genético da Universidade do Porto/Portugal. É 2º vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2009-2011). Disponível em: Portal da Bioética (<http://www.ufrgs.br/bioetica/bioetica.htm>). Acesso em 26.12.2009.

reconhecendo que há uma relação direta entre as saúdes humana, animal e ambiental. Tem-se, neste contexto da década de 1970, a influência de Lovelock e sua hipótese Gaia⁶, segundo a qual a Terra pode ser considerada como um grande organismo vivo, pois comporta-se como tal, apresentando reações metabólicas em todo seu sistema, de forma a manter a homeostase, ou seja, o equilíbrio interno e com o meio circundante (CARVALHO et alli, 2006).

Em minha compreensão, a hipótese Gaia agregou à Bioética, que estava em formação, um caráter de respeito ao planeta como um todo, pois a proposta de Lovelock apontava um novo olhar sobre o planeta, mesmo em suas bases físico-químicas: um olhar de cuidado para com a vida.

Um outro autor bastante referido quando se trata de Bioética é o cancerologista e professor da Universidade de Wisconsin (EUA), Van Rensselaer Potter, falecido em 2001. Goldim (2006) destaca que, usualmente, é creditado a Potter o mérito de ter criado o termo *bioética* e de ter fundado este campo de estudos; contudo, a redescoberta do artigo de Fritz Jahr provoca uma revisão na história da Bioética. Apesar disso, a importância de Potter deve ser reconhecida.

Segundo Goldim (2006), Potter atravessou três fases em seu pensamento. A primeira fase, de 1970 a 1988, foi denominada pelo próprio Potter de *Bioética Ponte*. Preocupado com a sobrevivência do planeta, ele propunha uma interface entre as ciências e as humanidades, que nos garantiria a possibilidade de futuro. A segunda fase iniciou-se em 1988, quando Potter denominou a Bioética de *Global*, isto é, incluindo as questões da medicina e da saúde em suas reflexões e ampliando-as aos novos desafios ambientais. A terceira fase, a partir de 1998, foi denominada de *Bioética Profunda*, tendo Potter se inspirado na Ecologia Profunda do filósofo norueguês Arne Naess (1973). A Ecologia Profunda, surge como uma resposta de Naess ao uso desenfreado dos recursos naturais em todo o planeta. Potter definiu a Bioética, nesta fase, como uma ciência que combina humildade, responsabilidade, e uma competência interdisciplinar, intercultural, potencializando deste modo o senso de humanidade.

⁶ Segundo LIMA-TAVARES e EL-HANI (2001), A teoria Gaia surgiu de estudos realizados por Lovelock e Dian Hitchcock para a NASA na década de 1960, com o intuito de descobrir evidências a favor da existência de vida em planetas como Vênus e Marte. Ao ser contratado para auxiliar no desenvolvimento de instrumentos para a detecção de vida, Lovelock levantou uma questão fundamental: como se poderia ter certeza de que as formas de vida de Vênus e Marte, caso existam, sejam passíveis de descoberta através de testes baseados na vida como a conhecemos na Terra? Ponderando sobre essa questão, ele chegou à conclusão de que a característica mais geral da vida era a de que todos os organismos vivos assimilam matéria e energia, e descartam resíduos metabólicos. Supondo-se que os organismos utilizariam, em qualquer planeta, a atmosfera e os oceanos (caso estes existissem) como fontes de matéria prima e depósitos de resíduos, Lovelock propôs, em 1965, alguns testes para a presença de vida num planeta.

Um primeiro questionamento que me ocorre ao ler esta classificação de Goldim é em relação ao termo “humanidades”, cujo significado não fica claro. De fato, o próprio Potter não esclarece o significado do vocábulo, quando afirma, em seu primeiro artigo de 1970, *Bioethics: the science of survival* (1970, p. 129), que “esta nova ética (Bioética) pode ser chamada de ética interdisciplinar, definindo interdisciplinaridade de uma maneira especial para incluir tanto a ciência como as humanidades, mas este termo é rejeitado pois não é auto-evidente”. Além de considerar o termo como não sendo auto-evidente, ele próprio não evidencia sua intenção ao empregá-lo. Estaria se referindo às ciências humanas, que ele não considera científicas de fato? Ou estaria se referindo a outras áreas do conhecimento que estão fora do âmbito científico propriamente dito: a filosofia, as artes, a religião? Poderíamos aprofundar melhor a questão se o termo tivesse sido mais bem explorado pelos autores, mas em nenhum outro texto dentre os pesquisados tive acesso a essa resposta.

Um segundo ponto que me ocorre acerca da obra de Potter (1971) é que ele não foi, por assim dizer, original em suas idéias, como outros autores o colocam (de acordo com Diniz e Guilhem (2002), sua obra *Bioética: uma ponte para o futuro*, de 1971, tornou-se o mais reconhecido marco de origem da disciplina, sendo possível apontar elementos que contribuíram para o nascimento e desenvolvimento da disciplina). Concordo em dizer que Potter em muito contribuiu para a ampla divulgação acadêmica da Bioética. Contudo, percebo-o, sobretudo, como aquele que esteve sempre atento aos acontecimentos e idéias ao seu redor e, inspirando-se nelas, cumpriu uma função de compilador ou ordenador dessas idéias, mesmo sem fazer menção direta aos seus autores.

Vejamos: na primeira fase de seu pensamento, a Bioética Ponte, ele estava preocupado com as conseqüências da exploração econômica sobre o futuro do planeta, e apontava a Bioética como solução para o problema. Contudo, a necessidade de uma ética que levasse em consideração a vida de modo geral, e não apenas a vida humana, já havia sido considerada por Fritz Jahr, Albert Schweitzer e outros.

Na segunda fase, Bioética Global, ele faz menção direta a Aldo Leopold (1949) e sua *ética da terra* como o inspirador de seu texto. Na terceira fase, Bioética Profunda, sua inspiração veio assumidamente de Arne Naess, como dito por Goldim (2006). Por estas razões, não percebo Potter como um pioneiro, mas como um estudioso que esteve, durante seus anos de trabalho, colocando a Bioética num lugar de destaque através de suas obras, dando-lhe projeção mundial e

ampliando sua divulgação, ratificando a compreensão dos demais autores sobre nossas relações com os demais elementos do planeta.

Um terceiro ponto que observo acerca da obra de Potter diz respeito ao foco antropocêntrico de suas reflexões. Mesmo tendo se inspirado em Leopold (1949) e Naess (1973), claramente preocupados com a vida de todos os seres e da Terra como um todo, Potter, em minha compreensão, voltou seu olhar, basicamente, para questões humanas. Ainda que estivesse tratando do ambiental, sua preocupação última, a meu ver, era com a sobrevivência humana. Podemos perceber isso na sua definição de Bioética Profunda, quando a coloca como a “*nova ciência(...) que potencializa o senso de humanidade*”, ou na sua preocupação em atrelar as questões ambientais às questões de saúde humana. Sua preocupação, assim o compreendo, estava em preservar os recursos naturais para que a humanidade pudesse desfrutar de uma boa saúde ao respirar um ar limpo, ao beber água livre de poluentes, bem como alimentos livres de contaminação dos solos. Isto tudo é importante, sem dúvida, mas não vejo em Potter o cuidado com as demais espécies como também tendo valor em si mesmas, como pregava Fritz Jahr, mas apenas por terem valor ou utilidade para o homem.

Um exemplo desta visão antropocêntrica na Bioética, e que já não diz respeito a Potter, é o caso da ovelha Dolly, produzida por clonagem por um grupo de cientistas (Wilmot et al, 1997). Quando da divulgação do experimento pela imprensa, do ponto de vista ético ou antiético, a preocupação das pessoas foi apenas com a possibilidade de se clonar seres humanos (COSTA; DINIZ, 2000).

Além da popularização do termo por Potter, na Universidade de Wisconsin, o primeiro emprego acadêmico do vocábulo foi de responsabilidade de Andre Hellegers, na Universidade de Georgetown, seis meses após a publicação do livro de Potter, *Bioética: uma ponte para o futuro*, de 1971 (DINIZ e GUILHEM, 2002). Hellegers considerava a Bioética como uma área de atuação interdisciplinar da filosofia moral, unindo conceitos ético-filosóficos e a prática médica, ou seja, uma área voltada para os dilemas biomédicos. Portanto, o que diferenciava os olhares de Potter e de Hellegers em relação ao tema é que, enquanto Potter entendeu a Bioética no sentido global, isto é, incluindo as questões ambientais, Hellegers compreendeu-a como um ramo da ética aplicada à Medicina. Isto contribuiu para que o pensamento bioético fosse se direcionando para questões humanas, como circunstâncias da vida e da morte, sobretudo a eutanásia e o aborto (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 1995).

Segundo Diniz e Guilhem (2002), ao longo da década de 1960, os grandes avanços tecnológicos fizeram surgir dilemas morais na biomedicina, expressas nas pesquisas com seres humanos durante a Segunda Guerra, que passaram a ser mais freqüentemente denunciadas⁷. Este movimento de denúncias contribuiu para uma abertura da medicina ao diálogo com outras profissões: filósofos, teólogos, advogados, sociólogos e psicólogos, pois crescia a descrença da população sobre os médicos, mesmo aqueles que acompanhavam as famílias ao longo de gerações. Associado a esse contexto, os movimentos sociais organizados por minorias (negros, mulheres e o movimento hippie, por exemplo), revigoraram os debates sobre a ética normativa e aplicada.

Dentre os eventos médicos que marcaram o surgimento da Bioética está o transplante de coração realizado pelo cirurgião sul-africano Christian Barnard, em 1967, que retirou o órgão de uma pessoa quase morta. O fato levantou a discussão acerca dos critérios de definição da morte clínica, que chegaram ao consenso a partir do conceito de morte cerebral. Além deste acontecimento, também foram denunciadas pesquisas que utilizavam placebos ao invés de medicamentos, a fim de acompanhar a evolução de doenças em pacientes chamados de cidadãos de segunda classe. Eram internos em hospitais de caridade, crianças e adultos com deficiências mentais, idosos, pacientes psiquiátricos, recém-nascidos e presidiários, isto é, pessoas que não teriam condições de assumir posturas moralmente ativas diante dos pesquisadores. Portanto, neste contexto, os fundamentos da Bioética encontram lugar na garantia dos interesses de grupos e indivíduos socialmente vulneráveis, a partir de situações na vida de seres humanos. A Bioética é, em parte, uma resposta à angústia das sociedades devido às implicações políticas e sociais diante do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da medicina (DINIZ e GUILHEM, 2002).

Uma das respostas dadas pelo governo americano a estes anseios sociais foi a instauração da Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos na Pesquisa Biomédica e Comportamental, que passou a se responsabilizar pela ética nas pesquisas realizadas com humanos e que, após quatro anos de trabalho, publicou o chamado Relatório Belmont, que ainda hoje é um marco histórico e normativo para a Bioética. Essa publicação deixava clara a proposta da comissão de articular os três princípios éticos, supostamente universais, que embasariam as

⁷ Alguns exemplos destas perversas experiências dizem respeito à retirada intencional, mas sem o conhecimento dos pacientes, da medicação que estava sendo usada contra infecções bacterianas, com o intuito de estudar as possíveis complicações das doenças. Um outro exemplo consta da inoculação proposital do vírus da hepatite em indivíduos institucionalizados, e de para acompanhar a evolução da doença, ou ainda, a introdução de células cancerígenas, por meio de injeção, em pacientes idosos, para observar as respostas imunológicas do organismo.

pesquisas científicas: 1: o respeito pelas pessoas (estas devem ser tratadas como entes autônomos, e a vontade deve ser um pré-requisito fundamental para que os sujeitos participem de pesquisas científicas); 2: a beneficência (o pesquisador tem um compromisso com o bem-estar das pessoas envolvidas nos experimentos, evitando quaisquer danos que lhes possam ser causados); e 3: a justiça (equidade social, isto é, o reconhecimento de necessidades diferentes para que se possa defender interesses de diferentes indivíduos ou grupos). (DINIZ e GUILHEM, 2002).

Um dos aspectos atuais mais importantes da Bioética é seu caráter multidisciplinar, bem como a diversidade de temas abordados nos campos da medicina, saúde humana e meio ambiente, que envolvam questões morais (CARVALHO et alli, 2006). Porém, se neste período as questões humanas moviam o desenvolvimento da Bioética, em meados da década de 1970, o pensamento bioético é novamente estendido a seres não-humanos, ou seja, às demais espécies animais. Isto ocorre principalmente através de Peter Singer e seu movimento de Libertação Animal, iniciado em 1975 a partir de sua obra homônima, e posteriormente através de outros filósofos morais, como Tom Regan. Sobre estes dois autores, discorrerei no capítulo 4.

Como visto, o campo de estudos da Bioética é bastante vasto, visto que, como define Goldim (2006), “... é possível afirmar que a Bioética é uma reflexão compartilhada, complexa e interdisciplinar sobre a adequação das ações que envolvem a vida e o viver” (p. 91).

Estamos portanto diante de um campo que contempla considerações e decisões acerca da vida humana, da vida de todos os outros seres, e até mesmo do conjunto que estes formam com o meio abiótico (os ecossistemas de modo geral). Vimos de que forma as crescentes aplicações deste vasto ramo do conhecimento foram sendo historicamente construídas. Goldim (2006) mostra, de forma sumária, este percurso: “A Bioética nasceu provocando a inclusão das plantas e dos animais na reflexão ética, já realizada para os seres humanos. Posteriormente, foi proposta a inclusão do solo e dos diferentes elementos da natureza, ampliando ainda mais a discussão. A visão integradora do ser humano com a natureza como um todo, em uma abordagem ecológica, foi a perspectiva mais recente. Assim, a Bioética não pode ser abordada de forma restrita ou simplificada” (p.87). Além do sumário de Goldim, ainda temos as questões aplicadas estritamente à medicina humana, como discorri neste texto, e que crescem a cada dia em pesquisas e publicações.

Apenas uma parte dessas aplicações diz respeito a este trabalho. Além disso, cabe ressaltar que não irei me ater à questão da Ética em si, estudada por tantos filósofos, pois trata-se

de um vasto campo ao qual eu não poderia, neste momento, dedicar a devida atenção. No entanto, posso fazer referência a Abbagnano (2000, p.380), para quem a Ética é a “ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal fim”.

Portanto, em virtude do grande número de contextos e autores do universo da Bioética, optei por recorrer, a partir deste ponto do texto, aos autores que se referem diretamente à vida como um todo, ou seja, independente da espécie à qual pertence o ser vivo, e que colocam clara importância na vida animal e vegetal, isto é, não partem do princípio de que a vida humana é o centro a partir do qual se pode atribuir valor aos demais seres. Não partem de um princípio antropocêntrico.

Ao estudar o texto de Fritz Jahr, “Bioética: um panorama sobre as relações éticas do ser humano com os animais e as plantas”, de 1927, percebi logo em seu título que me identificaria com a visão de mundo do autor. Ele inicia sua fala afirmando que já não podemos mais manter, na contemporaneidade, a compreensão de que homem e animal são realidades tão distantes quanto o pensávamos, sobretudo até o período da Revolução Francesa. Antes desse período, havia uma pretensão européia de se unificar todo o conhecimento religioso, filosófico e científico sobre o mundo. Porém, com a citada revolução, o montante de conhecimento acumulado pela humanidade, que já era bastante significativo, cresceu substancialmente, e essa carga de conhecimento mostrou ao homem, justamente, que ele não tinha a suposta posição de domínio no mundo como um todo. Nos estudos de Psicologia, homem e animal foram colocados como equivalentes enquanto objetos de estudo de psicólogos, no início do século XX. Até mesmo as plantas foram colocadas neste hall, pela Biopsicologia (estudo da alma de todos os seres vivos). Da Biopsicologia à Bioética, ou seja, aceitar que temos obrigações morais perante todos os seres vivos, segundo Jahr, basta um passo.

No entanto, Jahr (1927) admite que a Bioética não é descoberta recente, e cita Francisco de Assis (1182 - 1226) e Rousseau, com sua exaltação de toda a natureza, como precursores desta. Aponta também o Budismo, bem como a Yoga e a doutrina da transmigração da alma como referências ancestrais à Bioética, já que estes falam da possibilidade de que não hajam almas estritamente humanas, ou seja, que existem apenas almas, e que estas podem viver em diversos corpos diferentes, e não numa escala evolutiva, no sentido darwiniano, atribuindo-se um valor maior ao ser humano do que a um cavalo, ou maior valor a um cavalo do que a uma formiga, por exemplo. Um ser humano que hoje falece pode ter sua alma, posteriormente,

encarnada no corpo de um inseto, o que não implica numa experiência menos louvável, como exemplificado em alguns escritos budistas. Segundo Jahr (1927), tais histórias, nas quais o homem tem um parentesco essencial com todas as criaturas, chegam a superar em beleza a experiência de Francisco de Assis.

Jahr (1927) indica que há vertentes nessas doutrinas que chegam a extremos nas atitudes de preservação da vida. Há praticantes do Yoga que vivem com um pedaço de tecido tapando-lhes a boca para que não corram o risco de engolir nenhum pequeno mosquito, ou caminham espanando o chão à sua frente, para não pisarem em alguma formiga, de modo que suas vidas se tornam um permanente estado de vigília. Para a questão sobre até onde é razoável a atitude de preservação da vida, ele aponta uma possível resposta, propondo que nenhum ser vivo pode ser inutilmente destruído, pois todos têm igualdade de direitos, ainda que não às mesmas coisas, mas cada um àquilo que lhe seja necessário. No entanto, segundo o autor, nossa visão de proteção aos animais, bem como às plantas, se baseia, diferentemente dos pressupostos indianos, no utilitarismo, ou seja, protegemo-los na medida em que são úteis a nós. Para Jahr (1927), temos de chegar ao imperativo bioético, que determina o respeito a todo ser vivo como um fim em si mesmo, devendo ser tratado como tal.

Do mesmo modo, a noção de respeito a qualquer forma de vida como um fim em si mesmo, ou seja, independente de sua utilidade para o homem, está presente no texto de Albert Schweitzer (de 1923 ou 1936, como explanei anteriormente, “The ethics of reverence for life” (“A ética da reverência pela vida”).

Segundo Schweitzer (1936), há em cada ser vivo o desejo de viver, mas nós tendemos a imaginar que a vida do homem é o ponto máximo da natureza, o propósito do universo. No entanto, afirma, quando consideramos a imensidão desse universo, temos de confessar que o homem é insignificante, dado o seu aparecimento tão recente ante o surgimento da vida no planeta. Diante desta constatação, o autor começa a delinear sua compreensão da ética como necessariamente extensiva a todos os seres vivos, que têm em comum o desejo de viver, que é tão importante para Schweitzer (1936, p.3) que ele o identifica com a própria essência da vida, do que nos move e nos anima:

A compreensão essencial que devemos ter sobre a ética é que ela é a verdadeira manifestação do nosso desejo de viver. Todos os nossos pensamentos nos são dados nesse desejo de viver, e nós lhes damos expressão e forma em palavras

(...) Assim, se perguntamos: “o que é o fato imediato em minha consciência? O que sei sobre mim mesmo, conscientemente, fazendo abstrações de tudo o mais, da infância à velhice? Para o quê eu sempre retorno?”, nós encontramos o simples fato da consciência, que é “eu quero viver”. Eu não digo: “eu sou a vida”; a vida continua sendo um mistério grande demais para entender. Eu só sei que eu defendo isso. Eu temo o fim – a morte. Eu temo a sua diminuição – a dor. Eu busco sua expansão – a alegria. O instinto, o pensamento, a capacidade de conjecturar, tudo isso está fundido com o desejo de viver. Eu abraço a vida por causa da minha reverência pela vida.⁸

Este é o primeiro momento do texto em que o autor menciona a reverência à vida, e podemos perceber que, para o mesmo, reverenciar a vida é ser ético, isto é, reconhecer que existe em todo ser vivo o mesmo desejo de viver, e que este deve ser, portanto, igualmente considerado. Se a vida deu a cada ser a capacidade de sentir o desejo da sua continuidade, então devemos nos colocar em igual condição perante os demais seres. E continua, afirmando que isto nos traz uma forma especial de resignação (Schweitzer, 1936, p.5):

A consequência disto é que o homem compreende sua dependência de eventos que escapam ao seu controle. Então ele se torna resignado (...) Mas quando falamos de resignação, não é à tristeza que nos referimos, mas ao triunfo do nosso desejo de viver sobre qualquer coisa que nos aconteça. A resignação é a verdadeira base da ética.

Compreendo a resignação da qual fala o autor como o colocar-se no fluxo do universo, ou seja, assumir aquilo que nos foi dado por esse universo, a condição de estarmos vivos, e de compartilhar esta condição com tantos outros seres, pois, ao fazê-lo, estamos presentes em nosso próprio ser, e deixamos aos demais seres a liberdade de fazê-lo também, cada um vivendo de acordo com suas características, que lhes foram igualmente dadas pela vida. E ele prossegue, atrelando a ética ao respeito por esse particular desejo de viver de cada indivíduo (Schweitzer, 1936, p.4):

O desejo de viver está em toda parte, inclusive em mim. Não preciso de ciência para me dizer isso. Eu sou um ser que deseja viver no meio de tantos outros seres que desejam viver também. Qual deve ser a minha atitude sobre essas outras vidas? Só pode ser uma parte da minha atitude em relação à minha vida como um todo. Se eu sou um ser pensante, devo considerar outra vida com igual reverência com que considero a minha. Devo saber que ela anseia por completude e desenvolvimento tão profundamente como eu o faço. Eu vejo que

⁸ A tradução é minha. Original em inglês disponível em <http://www1.chapman.edu/schweitzer/sch.reading4.html>. Acesso em 26.12.2009.

o mal é aquilo que aniquila, dificulta ou impede a vida. A bondade, da mesma forma, é a salvação ou ajuda à vida. A permissão que eu dou a cada vida para alcançar seu mais alto desenvolvimento.

A partir das palavras do autor, pus-me a pensar acerca da privação de liberdade que impomos aos pássaros quando os engaiolamos. Uma ave tem características que a impulsionam a viver de forma livre: asas para voar, instintos de procriação através da construção de ninhos, a busca do próprio alimento utilizando suas garras e bico. Quando a capturamos e a confinamos num espaço limitado, onde sequer pode movimentar-se como poderia se estivesse em liberdade, estamos impedindo a consecução de seus comportamentos mais básicos. Ainda que a deixemos fora de uma gaiola, como o fazem muitos donos de papagaios que os deixam sobre poleiros, por exemplo, estamos privando-a de manifestar seus comportamentos naturais em seu próprio habitat, e portanto, privando-a de seu pleno desenvolvimento e completude.

Uma proposição como a de Schweitzer (1936) leva-me a refletir sobre tantas vidas animais e vegetais que retiramos para satisfazer nossas necessidades, algumas básicas, como a alimentação, outras que considero supérfluas, como possuir móveis de madeira maciça. Ao nos alimentarmos com a carne de um bovino que foi violentamente morto na pecuária, por exemplo, deveríamos pensar na questão bioética?⁹ Ou ao comermos vegetais, que também eram vivos, ou ao matarmos mosquitos transmissores de doenças, enfim, reflito sobre uma série de situações que envolvem a vida que retiramos de tantos seres. Para muitas dessas questões, não encontrei ainda uma resposta razoável, mas, de modo geral, penso ser interessante a proposta que Fritz Jahr (1927) apontou em seu texto, qual seja, a de que não seja destruído nenhum ser vivo sem que exista absoluta necessidade. E, em minha compreensão, que da mesma forma não seja imposto nenhum tipo de sofrimento ou privação a nenhum ser vivo sem a mais absoluta necessidade. Daí a se convencionar o que seria absolutamente necessário trata-se, em meu entendimento, de uma outra questão igualmente importante. Para um vegetariano, não é necessário o abate de nenhum animal para consumo humano. Para a maioria das pessoas, matar insetos transmissores de doenças é absolutamente necessário. Deixo, portanto, esta questão apenas para indicar que, além de não ser possível seu aprofundamento neste trabalho, posso colocá-la como objeto de estudos em contextos posteriores. De qualquer modo, quando Schweitzer (1936, p. 6) propõe a ética da reverência pela vida, não faz restrições: “Por vezes nós temos que decidir arbitrariamente quais

⁹ No vídeo “A carne é fraca”, há uma série de argumentos que levam à reflexão sobre o hábito de comer carne. O vídeo é produzido pelo Instituto Nina Rosa, e pode ser acessado através do site www.institutoninarosa.org.br

formas de vida e até quais indivíduos nós devemos salvar, e quais devemos destruir. Mas o princípio da reverência pela vida é que nenhum é menor que o restante”. Entretanto, ele também se questiona sobre a possibilidade de sua aplicação prática de forma tão absoluta:

Esta é a absoluta e sensata ética. Se um homem pode chegar a este princípio tal e qual, eu não sei. Mas sei que isto é dado de forma inerente, no desejo de viver. Kant define ética absoluta como aquela que não se preocupa em ser ou não alcançada. Uma ética absoluta requer a criação da perfeição nesta vida. Isto não pode ser completamente alcançado, mas este fato não importa realmente. Neste sentido, a reverência pela vida é uma ética absoluta. Ela não coloca regras específicas para cada situação possível. Ela simplesmente nos diz que somos responsáveis pelas vidas ao nosso redor. Ela não coloca limites máximos ou mínimos para o que nós devemos fazer. A reverência pela vida é uma ética universal. A ética comum encontra seus limites na esfera da vida humana e nos relacionamentos. Mas a ética absoluta do desejo de viver deve reverenciar toda forma de vida, buscando ao máximo abster-se de destruir a vida, qualquer que seja ela. Esta ética nunca diz a uma forma de vida: “Isto não tem valor”. Ela não pode fazer nenhuma exceção. Ela sabe que o mistério da vida é sempre profundo demais para nós, e que seu valor está além da nossa capacidade de estimá-lo. Nós costumamos acreditar que a vida do homem é mais importante que qualquer outra forma que nós conhecemos. Mas não podemos provar nenhuma diferença de valor, dentro daquilo que nós sabemos sobre o desenvolvimento do mundo.

Penso que é realmente um desafio agirmos de acordo com esta proposta. Porém, trazendo a questão para o tema do tráfico de animais silvestres, é possível a aplicação desta racionalidade. No contexto do tráfico, no qual a captura de uma ave tem como um grave custo a morte de outras nove aves, estamos, ainda, provocando ou, no mínimo, nos omitindo diante da aniquilação de um extraordinário número de vidas. Estamos faltando com a ética para com estes seres e todo um conjunto de relações ecossistêmicas que necessitavam da presença dos mesmos.

Schweitzer (1936) vai além, quando considera que a ética é uma questão de sentimento, que existe naturalmente em nosso ser. Diz que David Hume, filósofo do século XVIII, denominou-a de compaixão, ou seja, a capacidade de entender e viver a vida do outro em nosso próprio ser, o que nos faz indivíduos desenvolvidos. Isto me faz lembrar de Carl Rogers (1997), psicólogo estadunidense que, em meados do século XX, desenvolveu o conceito de empatia, cujo significado é similar ao que Hume denominou de compaixão. Schweitzer (1936) questiona: como isto se dá? Como podemos viver a vida de outro ser? Em primeiro lugar, afirma ele, nós dependemos do conhecimento que nos chega através dos sentidos. Vemos e ouvimos o outro, podemos tocá-lo e ser tocados por ele. O autor, porém, afirma que o mais importante é que nós

somos parte da vida, nascemos de outras vidas e podemos conceber vidas também. Estes fatos nos trazem não apenas uma ligação física, mas por meio da solidariedade inerente à vida: cada ser depende de outros seres. Portanto, finaliza o autor, a ética da reverência pela vida é natural, isto é, nos é dada através da nossa fisiologia; porém, o ponto é que ela chega à nobreza espiritual, quando reconhecemos a solidariedade da vida que a natureza nos dá. À medida que cresce nosso reconhecimento consciente deste fato, ela nos ensina a compaixão por todas as formas de vida.

Se por um lado a Bioética trata da questão da vida de forma reflexiva, há outras maneiras de prevenir e combater a continuidade do tráfico de animais silvestres, que tem devastado a vida de maneira tão célere. No próximo capítulo, passarei a discorrer acerca desse trabalho de controle, realizado pelas instituições pertinentes, bem como a visão dos legisladores sobre o tráfico como atividade criminosa.

CAPÍTULO 2

O TRÁFICO ATUAL DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE

Atualmente, esquemas especializados do tráfico ainda funcionam por meio de um complexo encadeamento de relações. O grande traficante, geralmente europeu ou norte-americano, possui uma rede de comerciantes receptores em seu país e emprega coletores e contrabandistas no país exportador, que encaminham os animais até ele (RENCTAS, 2008).

Desde o século XIX, os animais são transportados sem água e alimento, presos em caixas superlotadas, onde se estressam, brigam, se mutilam e se matam. Além da ingestão de bebidas alcoólicas, muitas vezes os animais são submetidos a práticas cruéis que visam amortecer suas reações e fazê-los parecer mais “mansos” ao comprador e chamar menos atenção da fiscalização. Algumas dessas práticas mais comuns são: dopar os animais com calmantes, furar ou cegar os olhos das aves, amarrar asas, arrancar dentes e garras, quebrar o osso esterno das aves, entre muitas outras técnicas cruéis. Apesar de todo estudo e conhecimento sobre o manejo, muitos compradores ignoram as necessidades mínimas dos animais (JUPIARA e ANDERSON, 1991).

O tráfico conta com uma sistematização socialmente perversa, pois coaduna-se com um contraste desleal entre uma grande massa populacional que vive uma realidade esmagadora de miséria, e uma pequena faixa de privilegiados que podem investir grandes quantias na compra desses espécimes. De acordo com o IBAMA (2009), o tráfico de animais silvestres torna-se ainda mais complexo devido à quase ingênua cooperação dos jovens desempregados, lavradores ou pescadores que se aproximam de caminhoneiros, motoristas de ônibus e outros, que transitam entre zonas rurais e centros urbanos. Compreendo que a citada ingenuidade pode se dar em relação à compreensão panorâmica da complexa teia de relações do tráfico. No entanto, penso que não existe uma ingenuidade por completo, pois no momento em que um ser humano está impingindo dor e sofrimento a um animal, retirando-lhe do ninho onde repousava com a mãe, ou mutilando partes de seu corpo, certamente possui a ciência de estar causando tal sofrimento. O animal emite gritos ou gemidos de dor, apresenta espasmos corporais, contorcendo-se e tentando fugir. Portanto, ressalto que a ingenuidade daqueles que capturam essas aves, ainda que se trate de pessoas que nunca tiveram a oportunidade de estar numa escola, é relativa, jamais absoluta.

Nos centros urbanos, encontram-se os médios traficantes, que atuam inclusive no tráfico internacional. No processo final há os chamados “promotores”, os compradores de animais. São criadores particulares, apostadores de rinhas¹⁰, apreciadores de carnes exóticas, zoológicos particulares e empresas de produtos farmacêuticos.

Em geral, nas áreas onde vive o segmento populacional que captura os animais há poucas oportunidades de desenvolvimento, e pequenas atividades extrativistas ou frentes de trabalho temporárias. Instaura-se, então, a oportunidade de fazer dos animais silvestres uma fonte de renda. No entanto, esta parcela da população é a que menos lucra com o negócio. Um papagaio, por exemplo, vendido ao consumidor final por cerca de 4 mil reais, chega a ser capturado por um habitante da Amazônia em troca de 50 centavos. Logo, a captura é feita, geralmente, em enormes quantidades para garantir algum sustento. Aliado a esta prática, está uma mentalidade que crê na infinitude dos recursos naturais, que supostamente poderiam refazer-se diante de qualquer tipo e grau de exploração (RENCTAS, 2008).

Apesar de diversas campanhas educativas realizadas pelo IBAMA e entidade civis, o comportamento dessas comunidades permanece praticamente inalterado, devido à questão econômica, baixa escolaridade e tradição cultural. A união desses fatores promove a banalização do tráfico (IBAMA, 2009). Considerando-se o processo do tráfico internamente, pode-se dizer que, em geral, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil funcionam como fornecedores de espécies da fauna silvestre, enquanto Sul e Sudeste agem como compradores, sobretudo o Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo a Assessoria de Comunicação do IBAMA, isto se deve exatamente à maior presença dos fatores já citados (baixa escolaridade, economia deficiente e tradição), nas primeiras regiões.

Diversas rotas do tráfico com até cinco mil quilômetros existem de modo sistematizado pelas rodovias do país. Algumas cidades se tornaram conhecidas por fornecerem fauna silvestre para o comércio ilegal, dentre elas: Milagres, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Curaçá, Cipó (todas no estado da Bahia), Belém (PA), Cuiabá (MT), Recife (PE), Almenara (MG) e Santarém (PA), entre outras. A maior parte dos animais é transportada por vias terrestres, em caminhões, ônibus e carros particulares. Na região Norte, no entanto, o meio fluvial é bastante

¹⁰ Lutas provocadas entre dois animais (geralmente machos da mesma espécie), com o intuito de promover diversão às pessoas que se dirigem ao local para fazer torcidas e apostas. As rinhas são práticas ilegais e previstas em lei, como discorrerei no item 2.4. desse trabalho.

utilizado. No contexto internacional, também pode-se apontar uma espécie de divisão entre países fornecedores e consumidores. Um dado alarmante diz respeito ao Brasil: somos o país que mais perde fauna silvestre por meio do tráfico em todo o planeta. O maior consumidor dessa fauna, por sua vez, são os Estados Unidos (TOUFEXIS, 1993; RENCTAS, 2008).

Com base nos dados oficiais das apreensões de fauna silvestre realizadas pelo IBAMA no Brasil e nos números registrados das feiras do estado do Rio de Janeiro, a RENCTAS realizou uma projeção, utilizando-se de métodos estatísticos, e chegou à estimativa de que, por ano, o tráfico de animais silvestres é responsável pela retirada de cerca de 38 milhões de indivíduos da natureza no Brasil (RENCTAS, 2008).

O número de animais retirados é maior que o comercializado, devido às perdas que ocorrem durante o processo de captura e comercialização. É estimado que para cada produto animal comercializado são mortos pelo menos três espécimes. Para o comércio de animais vivos esse índice é ainda maior: de 10 animais traficados apenas 1 sobrevive. Essas perdas ocorrem devido aos animais que escapam feridos e morrem depois, aos que têm peles danificadas, fêmeas que são mortas durante a captura de filhotes, que muitas vezes também morrem, e ao estresse emocional e às precárias condições oferecidas aos animais durante todo o processo de transporte e comercialização. (SOINI, 1972; COIMBRA-FILHO, 1977; SICK e TEIXEIRA, 1979).

De acordo com a Polícia Federal Brasileira (2008), nas fronteiras brasileiras com as Guianas, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Argentina e Paraguai, o comércio ilegal é intenso devido a uma total ausência de fiscalização. Destacam-se, como fortes pontos deste comércio, as cidades de Letícia (Colômbia), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Bonfim (RR), Uruguaiana (RS) e Foz do Iguazu (PR). O tráfico provavelmente conta com a conivência de fiscais e funcionários posicionados em portos, aeroportos e postos alfandegários nas fronteiras entre os países.

As autoridades ambientais brasileiras têm dificuldade para controlar o tráfico que ocorre por meio dos aeroportos, devido à grande quantidade de vôos, bem como à falta de equipamentos e de pessoal capacitado. Também é falha ou quase inexistente a fiscalização nas áreas de fronteiras, principalmente em regiões de difícil acesso como o Pantanal e a Amazônia (RENCTAS, 2008).

O tráfico de animais silvestres apresenta nefastas conseqüências em vários níveis, como sanitário, econômico/ social e, obviamente, ecológico. Quando os animais são comercializados

ilegalmente, não passam por nenhum controle sanitário, podendo transmitir doenças graves, inclusive desconhecidas, para as criações domésticas e para o homem, acarretando sérias conseqüências sanitárias para o país importador. Segundo Nogueira-Neto (1973), as zoonoses¹¹ mais comuns que podem ser transmitidas pelos animais silvestres são: a) através dos primatas, a febre amarela, a hepatite A, herpes simples, malária dos primatas, tuberculose, salmonelose, toxoplasmose, raiva, entre outras; b) através dos quelônios (tartarugas, cágados e jabutis), doença enterobacteriana por arizona e salmonelose; c) através dos psitacídeos (aves de bico curvo, como os papagaios), a toxoplasmose e a psitacose.

O comércio ilegal de animais silvestres pode ser também economicamente devastador, pois movimenta uma quantia incalculável na economia ilegal do país. Além disso, há uma importância econômica da fauna silvestre, ao atuar no controle de pragas, que muitas vezes causam prejuízos às lavouras brasileiras. Se considerarmos custos e tempo gasto, os animais silvestres atuam melhor no combate às pragas do que os métodos artificiais, como inseticidas e outros meios (GLIESCH,1933; NOGUEIRA-NETO,1973).

O país perde economicamente com a destruição de seus recursos naturais e, socialmente, o comércio ilegal recruta uma importante parcela da população rural brasileira a participar de uma atividade marginal como fonte econômica alternativa ou mesmo principal (BERTONATTI, 1995). A ação antrópica tem acelerado o processo de extinção, levando as espécies ao extermínio. Após a perda do habitat, a principal ameaça à fauna silvestre é a caça, para subsistência ou comércio (COIMBRA-FILHO, 1972; SICK e TEIXEIRA, 1979).

O comércio ilegal converge em uma pressão de exploração quase insuportável para as espécies, pois é realizado sem critério algum. A captura de pássaros canoros é quase sempre realizada no seu período reprodutivo, quando defendem seus territórios e demonstram, na mentalidade do caçador, a potencialidade a ser explorada nas disputas de canto¹². A retirada da natureza desses espécimes mais privilegiados é altamente nociva, pois impede a transmissão de genes superiores, propiciando redução na qualidade genética das espécies envolvidas. A captura de filhotes também é prejudicial, pois reduz a quantidade de indivíduos jovens para suas espécies (COIMBRA-FILHO,1986).

¹¹ Doenças transmitidas ao ser humano a partir do contato com animais.

¹² É comum que donos de pássaros canoros se reúnam para apresentar uns aos outros o canto de suas aves, fazendo disso um evento competitivo, onde é mensurado o tempo de canto de cada pássaro, bem como é avaliada a qualidade desse canto, ou seja, a afinação, a intensidade e a potência (volume), apostando-se dinheiro.

Quando se elimina uma espécie, morre com ela toda a sua história genética, que jamais poderá ser recriada. As espécies não evoluíram independentes, mas possuem relações intra e interespecíficas e com o meio físico-químico, muitas vezes por nós não compreendidas e até desconhecidas, que contribuem para a complexidade, funcionamento e equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Ao se eliminar espécies, muitas dessas interações se perdem, sendo difícil prever quais as reações e conseqüências disto nos ecossistemas (WILSON, 1994; NORTON, 1997). Além disso, muitas vezes, os animais silvestres, comprados para serem mantidos como de estimação, ao se tornarem adultos e mais agressivos ou por não corresponderem às expectativas de seus donos são abandonados, soltos ou entregues a zoológicos, que sofrem com a superlotação (RENCTAS, 2008).

Diante de tantas irregularidades e urgências na tomada de atitudes, alguns órgãos governamentais se fazem presentes no intuito de combater e prevenir a ocorrência desse tráfico, tais como o IBAMA e a Polícia Militar - PM, bem como organizações não-governamentais, como a RENCTAS. É o que discutiremos a seguir.

2.1. O trabalho do IBAMA.

De acordo com RENCTAS (2008), desde os tempos coloniais, os governos brasileiros cogitavam proteger as florestas e outros recursos naturais, mas as medidas de proteção, sempre renovadas ao longo dos anos, jamais produziram efeitos práticos. Em 1921, foi criado o Serviço Florestal do Brasil, através do Decreto 4.421 de 28 de dezembro daquele ano, sendo o Presidente da República Epitácio Pessoa, e o ministro da Agricultura Simões Lopes. O Serviço Florestal começou a cuidar do assunto, com mais objetividade, com o Primeiro Código Florestal, datando de 1934.

Após três décadas, em 1967, no âmbito do Ministério da Agricultura, foi criado o IBDF, que cuidava da gestão das florestas. Outros órgãos, como a Superintendência da Pesca – SUDEPE, também subordinada ao Ministério da Agricultura, e a Superintendência da Borracha - SUDHEVEA, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, se ocupavam de questões relativas aos recursos naturais, mas sem uma integração entre si. Além disto, esses órgãos exerciam funções primordialmente de incentivos fiscais e de promoção do desenvolvimento

econômico. Com a Lei nº. 7735, de 22 de fevereiro de 1989, foi instituído o IBAMA. O órgão é resultante da fusão das entidades que trabalhavam na área ambiental: SUDHEVEA, SUDEPE e o IBDF, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, Esta fusão se deu como resposta às demandas estabelecidas na Conferência de Estocolmo em 1972¹³, na qual o Brasil assumiu o compromisso de estabelecer uma gestão ambiental integrada, a partir de uma instância central. Posteriormente, o IBAMA passou a ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, criado em 1992 (IBAMA, 2009).

É interessante observar que o surgimento do Ministério do Meio Ambiente se deu no mesmo ano em que ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio 92. E além disso, a passagem do IBAMA ao organograma desse Ministério vem ao encontro da citada proposição brasileira de delimitar a gestão ambiental como pertinente a um órgão unificador.

O IBAMA nasce como uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, tendo sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional. É administrado por um presidente e por cinco diretores. Sua estrutura organizacional compõe-se de: Presidência; Diretoria de Planejamento, Administração e Logística; Diretoria de Qualidade Ambiental; Diretoria de Licenciamento Ambiental; Diretoria de Proteção Ambiental; Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas; Auditoria; Corregedoria; Procuradoria Federal Especializada; Superintendências; Gerências Executivas; Escritórios Regionais; e Centros Especializados (IBAMA, 2009).

O órgão tem como principais atribuições: exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais de licenciamento ambiental, à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; a execução de programas de educação ambiental; a elaboração do sistema de informação e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais, e executar as ações supletivas de competência da União, em conformidade com a legislação ambiental vigente (IBAMA, 2009).

¹³ A Conferência de Estocolmo foi a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas – ONU, em Estocolmo, na Suécia. O tema central em discussão durante a Conferência foi a poluição, principalmente aquela oriunda das indústrias. Como consequência importante desse evento, surge a resolução de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais, o que se convencionou chamar de educação ambiental (REIGOTA, 2004).

Em relação ao tráfico de animais silvestres, a instituição fiscaliza, busca e apreende mediante denúncias, daí a importância da participação popular, no sentido de informar ao órgão a ocorrência da atividade criminosa. O principal destino que o IBAMA atribui à fauna apreendida é a soltura. No entanto, este procedimento deve ser vinculado a programas específicos de manejo das espécies, e estes aprovados pelo Departamento de Vida Silvestre do IBAMA. Em auxílio à atividade de fiscalização e apreensão, há os Centros de Triagem (CETAS) do IBAMA, que têm o objetivo de acolher os animais apreendidos, resgatados ou doados, prestar-lhes cuidados necessários e definir sua adequada destinação. Existem atualmente 50 Centros de Triagem no Brasil (IBAMA, 2009).

Os CETAS enfrentam dificuldades financeiras e técnicas, funcionando superlotados e impossibilitados de receberem novos animais. Para que ocorra a soltura, é necessário □ conhecer o lugar de origem ou a área de ocorrência da espécie, □ realizar a classificação taxonômica do animal e a marcação adequada de cada indivíduo, verificar a capacidade de suporte da área na qual se pretende realizar a soltura, □ liberar o animal em seu habitat, respeitando as condições ecológicas do lugar, e monitorar a evolução e a adaptação pós-soltura. Os animais oriundos do tráfico também são encaminhados a outras instituições, tais como: zoológicos, instituições de pesquisa, criadouros científicos, criadouros conservacionistas, criadouros comerciais, ou pessoas físicas com termo de guarda voluntário (RENCTAS, 2008).

O trabalho do IBAMA no controle do tráfico enfrenta uma série de dificuldades, como □ falta de postos de alfândegas, de contingente e capacitação dos agentes, de equipamentos e materiais adequados, grande dimensão territorial do país (8.514.876 quilômetros quadrados), □ falta de intercâmbio com os países fronteiriços, de cooperação internacional, □ alto custo de manutenção dos Centros de Triagem, □ superlotação das instituições aptas a receberem esses animais, necessidade de conhecimento científico mais aprofundado para realizar a soltura, além da □ falta de rigidez na aplicação das leis e □ pouca consideração ao crime contra a fauna silvestre por parte das autoridades jurídicas (RENCTAS, 2008).

Apesar dessas limitações, o IBAMA tem colhido resultados dos trabalhos iniciados pelos órgãos que lhe antecederam e constituíram. Protege fauna e flora, ampliou o número de unidades de conservação, deu força à proteção ambiental, criou sistemas de monitoramento e de acompanhamento, instituiu centros de pesquisa, melhorou o processo de concessão de licenças ambientais, tendo contribuído para que muitas das espécies ameaçadas de extinção ainda

sobrevivam. Para que esse trabalho prossiga com resultados mais amplos, a instituição necessita da participação popular, no sentido de prestar denúncias quando houver o testemunho de que existe, em alguma residência ou outros contextos, a presença de animais silvestres de forma ilegal. Estas denúncias podem ser feitas diretamente ao órgão ou à Polícia Militar local, que, juntamente com as demais polícias, também atua no combate ao mencionado tráfico (IBAMA, 2009).

2.2. O papel da Polícia Militar Ambiental.

Segundo o tenente Gessilvando Meneses da Silva¹⁴, as Companhias de Polícia Militar Ambiental (CPMA) são o principal apoio técnico/ operacional de que o IBAMA dispõe no cumprimento de suas atribuições de fiscalização no contexto do tráfico de animais silvestres. No estado do Ceará, a Companhia conta com 149 policiais, distribuídos em três pelotões, sendo que 81 homens atuam em Fortaleza e Região Metropolitana, 45 estão lotados em Juazeiro do Norte e demais municípios da Região do Cariri, e apenas 17 realizam a cobertura de Sobral e de toda a Região Norte do estado. O tenente entrevistado enfatiza que estes números tornam-se ainda menores devido ao intenso movimento do referido tráfico nos municípios de Ubajara e São Benedito, e que o quadro geral de policiais tende a oscilar numericamente devido a períodos de férias ou outros fatores que impedem o prosseguimento normal de trabalho dos policiais, como adoecimentos e folgas.

A Polícia Militar Ambiental atua em duas frentes distintas e complementares, as esferas preventiva e repressiva. A atividade preventiva trata das habituais rondas que os policiais praticam em feiras, conhecidas como pontos de venda de animais silvestres, bem como as abordagens a veículos nas estradas, sobretudo onde há maiores índices de apreensões de animais. No entanto, nem sempre os policiais conseguem realizar algum flagrante da atividade ilegal, pois os responsáveis muitas vezes conseguem fugir ao avistar a aproximação de veículos oficiais. Quanto às abordagens na estrada, são realizadas a carros particulares e ônibus interurbanos, e dessa forma, segundo o tenente Meneses, um grande número de autuações é realizado.

A atividade repressiva, por sua vez, ocorre mediante denúncias, que chegam através da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança - CIOPS (pelo número de telefone 190), ou

¹⁴ Coordenador operacional da Companhia de Polícia Militar Ambiental do Estado do Ceará. Em visita a esta Companhia, realizei entrevista com o mesmo, no intuito de obter informações acerca da atuação da Polícia Militar no combate ao mencionado crime, complementando os dados que obtive por meio de pesquisa digital, no próprio site da corporação (www.pm.ce.gov.br).

diretamente à CPMA. Tais denúncias vão desde o vizinho que detecta a presença de animais silvestres na residência de um particular que possui uma ave de estimação, até os casos em que traficantes são descobertos com um significativo número de animais.

Apesar de resguardada por legislação específica que permite adentrar numa residência em qualquer horário quando se trata de flagrar um crime, a Polícia Militar Ambiental somente pode realizar a entrada na residência se houver certeza de que existem animais silvestres em seu interior. Isso se consegue, por exemplo, pela observação auditiva do canto dos pássaros, ou pela visibilidade de gaiolas. Se não há essa certeza, os policiais abordam os moradores da casa, informando-lhes sobre a denúncia e questionam a sua veracidade. Se o morador confirmar a presença do animal, os policiais podem requerer documentos que comprovem a legalidade da posse. Não sendo comprovada, fica caracterizado o crime, e o criador terá de responder legalmente.

No que se refere à violabilidade de domicílio, ou seja, entrar na residência mesmo sem o consentimento do morador, os policiais recorrem à Lei Maior, a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 5º, inciso XI (p. 4) diz: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. Portanto, se houver certeza da ilegalidade na manutenção de animais silvestres em cativeiro, conduta criminosa prevista pela Lei 9605/98, art. 29, e flagrante, a Constituição Federal de 1988 autoriza não somente a polícia, mas qualquer pessoa, a adentrar em qualquer lugar, mesmo nos domicílios, com o objetivo de prender os infratores.

O papel da Polícia Militar Ambiental, portanto, inicia com o recebimento da denúncia, passa pela apreensão do animal e seu encaminhamento aos Centros de Triagem do IBAMA, e pelo registro da ocorrência. Pode ocorrer a condução do indivíduo autuado em flagrante até uma delegacia de Polícia Civil, onde será dado início ao processo investigativo, com posterior definição, em juízo, da pena imposta ao sujeito responsável. Até 2008, a CPMA possuía a atribuição de lavrar o Termo Circunstancial de Ocorrência (TCO), que dava início aos registros legais e levava o autor do crime a responder por seus atos. No ano de 2009, houve uma decisão da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, a partir da qual essa responsabilidade passou a caber às unidades de Polícia Civil. Com a mudança, afirma o tenente Meneses, “o processo de apreensão de animais vítimas do tráfico passou a uma desnecessária lentidão, pois um trabalho que antes

consumia menos tempo e poderia ser mais produtivo, no sentido de que um maior número de ocorrências era registrado, hoje demanda maior burocracia, o que o torna contraproducente”. Como exemplo, o tenente cita ainda o fato de que, em agosto de 2008, o número de apreensões de animais silvestres no Ceará, por meio de operações policiais nas rodovias do Estado havia sido de 49. Em agosto de 2009, caíram para 18 as apreensões realizadas no mesmo contexto. A Polícia Civil, por sua vez, não possui delegacias especializadas em crimes ambientais. Estes são tratados como qualquer outro crime previsto em lei.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela CPMA para a realização de seu trabalho, no ano de 2008 um total de 1825 pássaros foram apreendidos em condições de ilegalidade¹⁵, como mostram os dados estatísticos do quadro a seguir:

Quadro 01: Levantamento de apreensão de pássaros no Estado do Ceará – ano: 2008

Mês	Número de pássaros apreendidos
Janeiro	104
Fevereiro	159
Março	441
Abril	68
Mai	47
Junho	160
Julho	235
Agosto	49
Setembro	66
Outubro	157
Novembro	176
Dezembro	163
TOTAL = 1.825 pássaros	

Fonte: banco de dados da Companhia de Polícia Militar Ambiental do Ceará, cedido diretamente por seu coordenador operacional, Tenente Meneses, em 21/10/2009.

A quantidade de apreensões referida representa um pequeno percentual das aves que, através dos traficantes, são retiradas de seus habitats e encaminhadas para venda nas feiras, ou

¹⁵ Em virtude das diferentes condições de saúde desses animais, apenas uma parcela é destinada de imediato à soltura em ambientes similares ao seu habitat original (caatinga, serras ou ambientes costeiros). Outros recebem cuidados de biólogos e veterinários nos CETAS, até sua recuperação para soltura, ou são encaminhados a criadouros conservacionistas, em virtude de algum dano físico irreversível. Informação concedida por Tenente Meneses, em 21.10.2009.

para entrega direta a compradores. No entanto, trata-se de uma quantidade de aves cujas vidas foram salvas, e ainda podem ser recuperadas em sua saúde, nos CETAS, e restituídas ao seu modo de vida original. O ideal, contudo, para a conservação do equilíbrio entre estes animais e seu habitat, é que elas não sejam capturadas. Para isto, é necessário que os compradores de fauna silvestre modifiquem esse comportamento. É com o intuito de prevenir a compra e a captura desses animais, que determinadas instituições, como a RENCTAS, atuam a partir da educação ambiental. A seguir, trago exemplos da forma de atuação dessa organização não-governamental (ONG).

2.3. A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres - RENCTAS.

A RENCTAS é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que tem por objetivo aglutinar o setor público, o setor privado e a sociedade civil organizada no sentido de elaborar ações e estratégias contra o comércio ilegal de fauna silvestre. Com sede em Brasília, desenvolve ações em todo o Brasil. Desde o seu lançamento oficial, em janeiro de 1999, a RENCTAS buscou formalizar diversas parcerias, com instituições governamentais e não-governamentais, para alcançar objetivos e estabelecer canais permanentes para a troca de informações e apoio mútuo. Tornou-se, assim, uma referência nacional e internacional nas questões ligadas à preservação da fauna brasileira (RENCTAS, 2008).

Atualmente possui centenas de instituições e milhares de pessoas físicas filiadas, e atua em duas frentes: a educação ambiental e o apoio à fiscalização. Para alcançar esses objetivos, são utilizadas as seguintes estratégias: desenvolvimento de campanhas de educação ambiental, através da produção e distribuição gratuita de material informativo e educativo, tais como vídeos, cartazes e folders; disseminação de informações sobre o tráfico de animais silvestres por meio de site próprio¹⁶, da mobilização da imprensa e da organização e participação em eventos, congressos, seminários e exposições; capacitação dos agentes de fiscalização através de workshops específicos, cursos e treinamentos em todo o território nacional; recebimento de denúncias, informações de órgãos ambientais, levantamentos e pesquisas de campo (RENCTAS, 2008).

Gostaria de aqui me deter no que a referida ONG coloca como “frente de educação ambiental”, que conforme apontado é realizada por meio da produção e distribuição de material

¹⁶ www.renctas.org.br

informativo em diversos contextos, como eventos de cunho ambiental e através de *site* na internet. Compreendo que essa é uma possibilidade de educação ambiental, porém, existem outros referenciais que podem definir essa práxis, como os propostos pelos autores que comento a seguir.

Segundo Loureiro (2004), não há como qualificar a educação ambiental de forma única, pois há diversos modos de conceituá-la e fazê-la, a partir das várias compreensões sobre a relação “sociedade-natureza”. E essas diferentes interpretações encontram-se constantemente em conflito e diálogo. O autor contextualiza o surgimento do termo educação ambiental em 1965, num evento de educação da Universidade de Keele, Reino Unido, no qual foi adotado pela primeira vez. Na Conferência de Estocolmo, em 1972, quando foi ressaltada a importância de se vincular ambiente e educação. A educação ambiental tornou-se um campo reconhecido internacionalmente em 1975, com a realização do I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado. A partir de então, diversos eventos ocorreram, tais como a Conferência de Tbilisi, em 1977, da qual resultou um conjunto de diretrizes e princípios da educação ambiental, adotadas por diversos países, o Seminário de Educação Ambiental para a América Latina, em 1979, e a Jornada Internacional de Educação Ambiental, no Rio de Janeiro, em 1992.

Para Carvalho (2004, p. 54), a educação ambiental “constitui uma proposta pedagógica concebida como nova orientação em educação a partir da consciência da crise ambiental”. A autora destaca que, de acordo com nossa visão de natureza, podemos entender a educação ambiental de diversas formas. Dentre essas há um consenso sobre a valorização da natureza como um bem, mas, para além disso, há grande variação das intencionalidades, metodologias e compreensões sobre a mudança ambiental desejada. Portanto, o conceito de educação ambiental apresenta grande imprecisão. Contudo, é possível apontar duas diferentes orientações: a educação ambiental comportamental e a educação ambiental popular.

A educação ambiental comportamental coloca ênfase na necessidade urgente de mudança de comportamentos em relação ao meio ambiente. Acredita que a educação é um agente capaz de induzir essa mudança, e que as crianças são mais susceptíveis que os adultos a internalizar a consciência ambiental. A educação ambiental popular enxerga o processo educativo como um ato político, uma prática social de formação de cidadania, de sujeitos políticos, mas sem se apagar a dimensão individual e subjetiva. O foco não é somente nos comportamentos, nem prioriza apenas as crianças, mas além delas pode-se escolher diversos grupos em ações educativas (CARVALHO, 2001).

Para Loureiro (2004), a educação ambiental não é uma educação temática e disciplinar, e sim uma dimensão do processo pedagógico, que leva em consideração o ser humano como ser da natureza. A educação ambiental emancipatória deve englobar todas as esferas da vida planetária e social. Sem isto, seria uma educação que apenas reproduz padrões sociais, adequando sujeitos a modelos idealizados, inclusive de natureza. A educação ambiental transformadora deve ser essencialmente dialógica, transcendendo a compartimentalização dos saberes. A base fundamental para se pensar a educação ambiental é a reflexão sobre nossas relações inter-humanas e com os demais elementos da natureza, estabelecendo com esses uma “nova aliança”.

Reigota (2004) explica o sentido da educação ambiental como educação política, enfatizando a importância de, em primeiro lugar, se questionar *porquê* fazê-la, antes mesmo de *como* fazê-la. A educação ambiental deve ser um veículo de questionamentos aos modelos políticos e educacionais vigentes, seguindo, para tanto, o norteamento da *ética*, da qual nos encontramos carentes, inclusive em nossas relações sociais. Trata-se antes de defender um novo sistema de relações, não apenas o desenvolvimento da crítica e da negação ao sistema vigente. Afirma que a educação ambiental ainda é muito confundida com o ensino de biologia, ecologia, geografia e até mesmo com atividades de lazer. Para o autor, o meio ambiente é um espaço no qual ocorrem relações e processos de criação e transformação da natureza e da sociedade. Deste modo, não podemos reduzir a educação ambiental ao ensino de ecologia.

A partir dessa compreensão, Reigota (2004) afirma que a educação ambiental pode ser realizada nos mais diversos contextos, ganhando variações em seus métodos e conteúdos. A importância dessa abordagem mais abrangente se dá em virtude dos objetivos da educação ambiental, que são: a conscientização (sensibilização das pessoas), o conhecimento acessível a todos (ir além do conhecimento científico), a mudança comportamental (mudar hábitos, reeducar-se), a competência (buscar meios técnicos para a solução de problemas), a capacidade de avaliação (tomar lugar nas decisões, cidadania), e a participação (apropriar-se do processo) (REIGOTA, 2004).

Com o intuito de pensar a respeito das estratégias utilizadas pela RENCTAS em suas ações de educação ambiental, e a partir das colocações dos autores mencionados, aponto a seguir alguns projetos, em andamento ou já concluídos, que vêm sendo desenvolvidos por essa ONG.

A parceria RENCTAS e Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVS&A) teve início em junho de 2007, e trata-se de um programa pioneiro no mundo, de acordo com a própria

RENCTAS, lançado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) para apoiar projetos na área da Educação e Meio Ambiente de ONGs brasileiras. Ao adquirir ações de um dos projetos listados na BVS&A, o doador não apenas torna-se um investidor socioambiental como também tem a garantia de que 100% da sua doação será transferida para o projeto de sua escolha. O projeto “Educação Ambiental para Conservação da Fauna”, foi selecionado pela BVS&A no final de 2006 e tem como meta distribuir 10 mil kits informativos nas escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e privada, além de universidades e bibliotecas. O objetivo dessa campanha é informar crianças e jovens sobre o comércio ilegal de animais silvestres e suas consequências ambientais, legais, sociais e econômicas, além de diminuir o uso da fauna silvestre como animais de estimação.

A Campanha Internacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (lançada em janeiro de 2006), em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores distribui materiais da campanha, produzidos inicialmente em inglês, francês e espanhol, a todos os postos diplomáticos do Brasil no exterior, com o intuito de desenvolver atividades locais para divulgá-los. A Campanha Internacional prevê a criação de uma comitiva composta por representantes da RENCTAS, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, que visitarão países com o objetivo de obter a adesão e o engajamento da comunidade internacional na campanha (RENCTAS, 2008).

A parceria RENCTAS e Universidade Metodista de São Paulo teve início em novembro de 2005. Trata-se de um convênio de colaboração em projetos e pesquisas, que prevê a realização inicial de dois projetos de pesquisa que deverão constituir monografias dos alunos do curso de Ciências Biológicas. O primeiro deles, sobre tráfico de animais silvestres na Mata Atlântica, visa levantar os principais problemas, espécies e pontos de animais traficados nesse ecossistema. O segundo projeto trata de um levantamento inédito do tráfico de peixes e invertebrados marinhos da costa brasileira, que poderá contribuir para aumentar o conhecimento das ameaças a esses organismos. O foco do projeto será a cooperação no combate ao tráfico de animais silvestres, bem como em atividades de apoio, como manejo, reprodução, etologia, zoologia e fisiopatologia de animais silvestres, ciências ambientais e conservação da biodiversidade.

A I Campanha Itinerante de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (realizada em julho de 2005). A Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH), em parceria com a RENCTAS, lançou a campanha num shopping center em

Goiânia, com a participação de uma companhia de teatro e uma exposição de 40 fotografias de denúncia sobre o tráfico de animais silvestres. Em seguida, a exposição seguiu para o Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, onde permaneceu por uma semana, e posteriormente para a Feira do Cerrado, na mesma capital, marcando o encerramento do evento. A campanha comemorou ainda a implementação da Lei Estadual 15.152, sancionada pelo governador de Goiás, Marconi Perillo no dia 19 de abril de 2005, que cria o Dia Estadual de Repressão ao Tráfico de Animais Silvestres (1º de dezembro).

O Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres na Mata Atlântica teve duração entre outubro de 2004 e outubro de 2006. O projeto objetivou desenvolver ações em conjunto com diversos órgãos ambientais para criação de banco de dados, com informações sobre a situação do tráfico de animais silvestres na Mata Atlântica, abrangendo os estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo foco nas regiões dos corredores Central e Serra do Mar, e em parceria com a ONG Conservação Internacional – Brasil.

A Campanha Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres nos Aeroportos – São Paulo/SP, que teve execução de novembro de 2007 a janeiro de 2008, sensibilizou os usuários do Aeroporto Internacional de Guarulhos, ao apresentar informações sobre o tráfico de animais silvestres no Brasil e os prejuízos que essa atividade criminosa provoca. Com a exibição de vídeos educativos, os usuários puderam observar a crueldade a que são submetidos os animais capturados. A exposição contou com diversas fotos de animais apreendidos e objetos usados por caçadores e traficantes para o transporte e venda de animais. Os visitantes receberam folders e cartazes que advertem sobre a compra ilegal de animais silvestres e também como denunciar essa atividade criminosa. As Campanhas Nacionais de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres nos Aeroportos também foram realizadas em Belo Horizonte/MG (de setembro a outubro de 2007), no Rio de Janeiro/RJ (de julho a agosto de 2007), Belém/PA (de maio a julho de 2004), Manaus/AM (de fevereiro a abril de 2004), e Brasília/DF (de junho a setembro de 2003).

Tomando por base a divisão da educação ambiental em duas vertentes, como proposta por Carvalho (2001), compreendo que as ações da RENTAS encontram-se mais identificadas com o que a autora denomina de educação ambiental comportamental, pois visa à mudança de atitudes das pessoas que, de algum modo, se envolvem ou poderiam vir a se envolver com o tráfico de fauna silvestre. Tal mudança é justificada, pela ONG, em suas atividades, com fundamento nas conseqüências danosas que esse tráfico traz ao meio ambiente, como a extinção de espécies e a

quebra das relações ecossistêmicas entre essas e o meio. Porém, as ações da instituição, ainda que coerentes com a questão da fauna, não chegam ao nível da discussão proposta pela educação ambiental popular, ou seja, detém-se no imediato do sofrimento das espécies e do dano ao equilíbrio ecológico, o que é também importante ser ressaltado no contexto ambiental mais amplo.

Portanto, através da exposição, do debate e da informação acerca do tráfico de animais silvestres, a RENCTAS procura prevenir e auxiliar no combate a essa atividade criminosa. Para melhor situar o tráfico de animais silvestres como crime, exponho, no item a seguir, de que modo a legislação brasileira se posiciona, e qual sua proposta no combate a essa questão.

2.4. Penas como punições: ainda precisamos de ameaças à nossa liberdade?

De acordo com Machado et al.(2004), datam do século XIX as primeiras organizações protetoras dos animais. Surgiu na Inglaterra, em 1821, a *Society for the Preservation of Cruelty to Animals*, que se destinava a representar, em juízo, os animais e fazer cumprir a lei. Posteriormente foi assumida pela Rainha Vitória e passou a ser denominada *Royal Society*. Nos anos seguintes, outras sociedades protetoras foram fundadas em outros países na Europa e nos Estados Unidos. Porém, apenas em 1978 os direitos dos animais ganharam reconhecimento mundial, com a promulgação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, da Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Constam nessa Declaração um total de dez itens, que tratam do direito à vida, ao respeito e proteção do homem contra maus-tratos e abandono, bem como da liberdade e direito a um habitat íntegro, no caso dos animais silvestres. Mais ainda, coloca que os direitos dos animais devem ser defendidos por lei, e que o homem deve ser educado, desde a infância, para respeitar os animais.

Segundo Levai (2004), no contexto brasileiro, somente no ano de 1924 têm início as elaborações legais a respeito da fauna, com a publicação do Decreto nº 16.590, destinado a regulamentar o funcionamento das casas de diversões públicas, proibindo a prática de maus tratos aos animais, à época definidas como corridas de touros e novilhos, e as rinhas de galos e canários.

Atualmente, as rinhas de canários, para falar do assunto apenas em relação a aves silvestres, ainda são um dos “esportes” prediletos dos criadores desses pássaros, juntamente com as competições de canto, como exemplificarei no capítulo 3 deste trabalho. Os machos da espécie,

que já apresentam um instinto territorialista, são provocados a lutar até o derramamento de sangue, para satisfação dos apostadores.

Em 1934, foi publicado o Decreto nº 24.645, que estabeleceu medidas de proteção aos animais. Esse último é atualmente alvo de discussão por parte de alguns autores, no sentido de definir se ainda possui validade ou se deve ser considerado revogado. Machado et al (2004) explica que, em 1934, o Governo Central havia avocado para si a atividade legislativa, atribuindo-se, ao referido decreto, força de lei. Posteriormente, em 1941, foi publicado o Decreto-Lei 3.688, conhecido como Lei de Contravenções Penais, que em seu artigo 64 proibia a crueldade contra os animais. Como exemplos de crueldades, citava a castração, a experimentação animal, a vivissecação (estudo anatômico em animal vivo, com a abertura dos tecidos e órgãos) e a separação de mães e filhotes.

Este último item fez-me pensar novamente na questão do tráfico de animais silvestres. Como coloquei no início deste capítulo, é bastante comum que, ao capturar os animais, o traficante provoque essa separação dos pais e seus filhotes, pois muitas vezes só o animal jovem interessa aos compradores. Nessas ocasiões, geralmente os pais são mortos, pois tentam defender a prole, sendo o dano à espécie ainda maior. Compreendo tais atos como realmente cruéis, e a legislação brasileira respalda essa compreensão.

Com a promulgação do Decreto 3.688/41, que abrangeu na sua quase totalidade as modalidades de crueldade contidas no decreto 24.645/34, surgiram dúvidas acerca da revogação ou não deste último. A polêmica deveu-se ao fato do Decreto 24.645/34 ter força de lei, e o direito brasileiro não admite a revogação de uma lei por um decreto. Portanto, apesar das discussões, os preceitos do Decreto 24.645/34 continuaram vigentes.

O decreto estabelecia uma primeira manifestação de cuidado com os animais no Brasil, quaisquer que fossem suas espécies, a não ser que representassem alguma ameaça ao ser humano. Em seu artigo 17, o decreto esclarece que animal é todo ser irracional, quadrúpede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos.

Os animais silvestres estavam incluídos na proteção do poder público, sendo prevista punição para quem viesse a causar-lhes sofrimento. Em seu artigo 1º, a lei indica que *todos os animais existentes no país são tutelados do Estado*. No artigo 2º, diz que qualquer pessoa que, em espaço público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa e prisão de 2 a 15 dias, cabendo ainda ação civil pública.

Apesar da penalidade que trata da prisão ser branda em relação às atualmente previstas na Lei de Crimes Ambientais, já se verificava a atribuição de castigo ao ato de maltratar os animais. Estes seriam representados, perante a justiça, por sujeitos que pudessem reivindicar sua defesa, pois eles próprios não poderiam fazê-lo. Ainda no artigo 2º, parágrafo 3º, o decreto esclarece que os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e os membros das sociedades protetoras de animais.

Dentre os maus-tratos abordados pelo Decreto 24.645/34, estavam: a manutenção dos animais em lugar anti-higiênico ou que lhes impedissem a respiração, o movimento, o descanso, ou a privação de ar, luz, água ou alimentos; golpes, ferimentos ou mutilações; o inadequado transporte em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao tamanho e número de indivíduos; a venda em locais sem a devida higiene e comodidade estando as aves em gaiolas sujas e sem a renovação de água e alimento por mais de 12 horas; o transporte, venda ou caça, em qualquer época do ano, de aves insetívoras, pássaros canoros, beija-flores e outras aves de pequeno porte. No entanto, havia exceções, nestes itens, para fins científicos ou de caça e pesca amadoras. Machado et al (2004) observa que, na legislação brasileira, as leis aprovadas geralmente trazem uma série de exceções que vêm descriminalizar ou desconsiderar várias práticas de caça e pesca sob o cunho do amadorismo ou do cientificismo. Penso que estas exceções são feitas com o propósito de servir a interesses particulares, o que dificulta a aplicação das leis em nosso país.

Em minha compreensão, apesar de datar da década de 1934, o Decreto 24.645/34 continua atual, pois, como exposto na Introdução deste trabalho, muitas vezes o que se verifica nas apreensões realizadas é exatamente um conjunto de violentas situações às quais os animais silvestres são submetidos durante o processo de captura, transporte e venda. São comuns a sufocação em ambientes fechados e extremamente restritivos aos movimentos desses animais, que dividem espaço com muitos outros; lesões propositais, como queimaduras nos olhos, retirada de dentes e penas, e aplicação de drogas, tudo para que o animal se mantenha aparentemente dócil aos olhos do comprador; condições precárias de higiene e falta de alimento e água; transporte por longas horas e, em 90% dos casos, morte do animal (RENCTAS, 2008).

De acordo com Américo Martins Silva (2005), a matéria relacionada especificamente à fauna nativa foi disciplinada a partir do Decreto-lei 5.894 de 1943. Porém, nas palavras de José Afonso da Silva (2000, p. 174), esse Decreto-lei “apenas disciplinava a caça em todo o território

nacional, e não era para proteger e defender a fauna silvestre”. O Decreto-lei foi revogado pela Lei 5.197/67 que, segundo o mesmo autor, tem uma postura diferente, pois trata da proteção à fauna e ajusta-se melhor à atual Constituição Federal.

Em 1967, surge a Lei 5.197, a Lei de Proteção à Fauna, que continua considerando os animais como de responsabilidade do poder público, trazendo a particularidade de explicitar a categoria de animais silvestres e estabelecer critérios mais específicos a respeito do que seria punível em relação a estes animais. Em seu artigo 1º, a lei assegura que os animais silvestres, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. No artigo 3º, salienta que é proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que de seus corpos provenham, a não ser que se tratem de espécimes legalizados.

Além de expressar com maior clareza as atitudes proibidas em relação à fauna silvestre, a lei traz punições mais rígidas que o decreto de 1934, incluindo-se a passagem ao nível de crime inafiançável aos atos citados no parágrafo anterior, com reclusão de até 5 anos. Além disso, destaca que a ação penal independe de queixa, mesmo se tratando de lesão em propriedade privada, quando os bens atingidos são animais silvestres e seus produtos.

É interessante destacar, ainda, a proposição que essa lei traz da inclusão obrigatória do tema (proteção à fauna silvestre) nos currículos escolares e na grande mídia. Em seu artigo 35, prevê que dentro de dois anos a partir de sua promulgação, as autoridades só poderão permitir a adoção de livros escolares de leitura que contenham textos sobre a proteção da fauna, aprovados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), devendo os programas de ensino de nível primário e médio contar pelo menos com duas aulas anuais sobre a matéria. Também determina que os programas de rádio e televisão deveriam incluir textos e dispositivos aprovados pelo órgão público federal competente, no limite mínimo de cinco minutos semanais. Ainda que seja um tempo curto para exposição e divulgação do tema no contexto escolar e midiático, observamos um avanço em relação à importância atribuída pelo poder público à questão da fauna silvestre e as ameaças que incidem sobre a mesma.

É interessante ainda ressaltar que, mesmo não havendo uma lei unificadora acerca dos maus tratos aos animais, na medida em que vamos estudando os vários preceitos normativos, percebemos a complementação entre eles, de modo que os argumentos de defesa aos animais, silvestres ou de estimação, podem ser construídos e respaldados. Aos poucos, a legislação

brasileira vai incluindo não apenas os interesses dos animais como indivíduos, mas também as condições ambientais que constituem quesito fundamental para seu bem-estar. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, atribui incumbência da preservação da biodiversidade não só ao poder público, mas a toda a coletividade, vedando expressamente práticas que submetam os animais à crueldade. Milaré (2005) lembra que esse artigo inclui novamente a proteção à fauna e à flora, como um dos meios de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, vedando as práticas que provoquem a extinção das espécies ou submeta os animais à crueldade. Para José Afonso da Silva (2000), esse dispositivo é o que melhor evidencia o novo rumo dado à matéria relativa à fauna pela Constituição Federal de 1988.

Apesar das contribuições anteriores, a lei mais atual e de maior referência quando se trata da proteção à fauna silvestre ainda é a Lei dos Crimes Ambientais, nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe, sobretudo, acerca das sanções penais e administrativas impostas sobre as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, de modo geral. Essa lei foi sancionada com o objetivo de regulamentar o artigo 225 da Constituição Federal (MEDAUAR, 2006).

Elida Séguin (2002, p. 179) comenta que “esta lei revolucionou a política de crimes ambientais, colocando-a dentro de um patamar condizente com os princípios do Direito Ambiental e dos tratados e convenções internacionais”. Concordando com este pensamento, Levai (2004, p.32) coloca que “a legislação ambiental brasileira é tida como uma das mais avançadas do mundo e está na própria Constituição o fundamento jurídico para a proteção da fauna”. O autor refere-se ao artigo 225 da Constituição Federal, que, em suas palavras, “inspirou o art. 32 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais)” (p.32).

Diante dos comentários dos autores no parágrafo anterior, ponho-me a refletir a respeito do tráfico de animais silvestres em nosso país. Se nossas leis são consideradas tão bem fundamentadas e avançadas no direito mundial, por que esse crime continua a ocorrer de forma devastadora? Penso que, como colocado no item 2.1., isto ocorre em virtude das dificuldades práticas enfrentadas ao cumprimento dessas leis: falta de contingente e aperfeiçoamento na área da fiscalização, falta de melhores recursos e material de trabalho para essa área. Em minha compreensão, há que se pensar, portanto, em mudanças no planejamento e no orçamento da União, Estados e Municípios, no que diz respeito à área ambiental, cuja prioridade deve ser enfatizada.

Segundo Machado et al (2004), a Lei 9.605/98 revogou outras normas anteriores, dentre as quais o artigo 64 da Lei de Contravenções Penais. Os maus tratos contra a fauna, antes considerados contravenções, passaram a ser classificados como crimes ambientais. Na seção I do capítulo V dessa lei, são delimitados no artigo 29 os crimes contra a fauna: matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, e prevê a pena de detenção de seis meses a um ano, e multa. Nas mesmas penas incorre quem impede a procriação da fauna, quem modifica, danifica ou destrói ninhos, abrigos ou criadouros naturais, quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos.

Vale ressaltar que o legislador coloca exceções para essas atitudes, autorizadas desde que se trate de criação e comercialização de fauna silvestre proveniente de criadouros autorizados pelas autoridades competentes¹⁷.

Ainda tratando da Lei de Crimes Ambientais, 9.605/98, essa prossegue abordando em seu artigo 32 os crimes contra a fauna: praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, com pena de detenção, de três meses a um ano, e multa. Se ocorre a morte do animal, a pena é aumentada de um sexto a um terço. Pierangeli (1999) procura esclarecer o sentido dos termos “maus tratos”, “abuso”, “ferir” e “mutilar”, mencionados neste artigo 32. Para o autor, abusos e maus tratos apresentam uma clara sinonímia, mas, explica, talvez a palavra abuso possa ser reservada para maus tratos mais graves. As condutas de ferir ou mutilar são as duas formas mais graves de maus tratos e crueldade.

No entanto, é interessante notar que, como coloca Bechara (2003), o direito ambiental brasileiro é notadamente antropocêntrico, pois quando se fala em maus tratos ou crueldade para com os animais, em verdade é ao humano que as leis estão assistindo, pois é a coletividade humana que se sente incomodada ao verificar o sofrimento impingido a um animal, seja de que natureza for. Segundo a autora, “os animais, apesar de serem alvo da violência psíquica ou física, não são as vítimas da crueldade para a nossa Constituição Federal. Não podemos advogar, por uma questão lógico-jurídica, que a vedação constitucional de crueldade visa à proteção da

¹⁷ Não cheguei a pesquisar material referente à legalização, pois tornaria este trabalho desnecessariamente extenso. Da mesma forma, quando o Decreto 24.645/34 abre exceções para o uso da fauna com fins científicos, não busquei especificamente literatura sobre essas exceções. No entanto, há informações disponíveis a partir do site do IBAMA, que podem conduzir à legislação pertinente ao assunto.

integridade físico-psíquica deles próprios, como se sujeitos de direitos fossem” (p.77). A autora indica que os sujeitos de direito são as pessoas, apesar de serem sujeitos passivos, isto é, não sofrem o ato da violência, mas se incomodam porque um animal sofreu, e dessa forma os animais são protegidos. Se não houver a reclamação por parte de alguém, não haverá tal defesa. As pessoas são vítimas da prática de crueldade, embora os animais sejam o objeto da violência, daí serem denominados “objetos de direitos”.

Para Ferreira da Silva (2003), a Constituição Federal, em seu artigo 225, utiliza expressões como “uso comum do povo” e “para as gerações presentes e futuras”, evidenciando um declarado antropocentrismo. Para Bechara (2003), as palavras utilizadas no texto constitucional deixam clara a intenção de conservação e utilização do meio ambiente em benefício do homem. Porém, coloca que não é dado ao homem explorar sem medidas os recursos ambientais. Segundo Fiorillo (2003), o direito ambiental possui uma visão antropocêntrica que é necessária, pois ao homem cabe a preservação das espécies, incluindo-se a sua própria.

Quando li a respeito da distinção entre o sujeito de direitos (o homem) e o objeto de direitos (a fauna), constatei que colocamos a vida dos animais em nossas mãos, perante as leis. Percebi ainda e mais fortemente a nossa capacidade de nos sensibilizarmos perante o seu sofrimento. No próximo capítulo, discorrerei acerca do envolvimento emocional para com os animais, desta vez sob o ponto de vista dos proprietários entrevistados, bem como sobre outros aspectos de sua convivência com esses animais.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES COMPLEXAS: SIGNIFICADOS DA POSSE DE AVIFAUNA SILVESTRE

3.1. Penas coloridas: aves encontradas em poder dos sujeitos abordados.

Das 60 residências visitadas, foram encontradas 347 aves silvestres, distribuídas em 33 espécies diferentes. 284 (81,84%) eram passerídeos, enquanto apenas 63 aves (18,16%) eram psitacídeos (papagaios, periquitos, maritacas e jandaias)¹⁸.

Segundo a Nova Enciclopédia Barsa (2001, vol II, p. 319), os psitacídeos são uma “família de aves caracterizadas por bico grosso, recurvado e pés livres. A ela pertencem os papagaios, as araras, jandaias e periquitos”. Os passerídeos, por sua vez, grande maioria dos espécimes encontrados na pesquisa, são aqueles a que denominamos comumente de passarinhos. Quanto aos passerídeos, a mesma enciclopédia (2001, vol. 2, p. 259) define o termo como uma “designação genérica das aves da ordem dos passeriformes, que reúne cerca de 50 famílias e mais de 5000 espécies. Também chamados passarinhos”. E complementa (2001, vol. 11, p. 176): “Os pássaros têm as patas adaptadas à necessidade de empoleirar-se, com três dedos para a frente e um, maior, para trás (...) Também são características dos pássaros a feitura de ninhos mais elaborados, o modo de voar em que as asas são movidas como remos e a vida quase sempre arborícola. O regime alimentar, no entanto, é menos específico e, como inclui mais insetos do que grãos ou frutos, confere-lhes grande utilidade no equilíbrio dos ecossistemas dominados pelo homem. Quanto às penas, possuem, em geral, nove a dez rêmiges primárias e doze retrizes”.

De acordo com Pough et al. (2008), as rêmiges são as penas das asas, e as retrizes são aquelas localizadas na cauda das aves. As rêmiges primárias são inseridas nos ossos da mão, e executam a maior parte da propulsão no movimento de bater as asas, enquanto as secundárias, inseridas ao longo do antebraço, fornecem a força de ascensão.

Segundo Santos (1960), a ordem dos pássaros pode ser dividida entre aqueles que possuem a habilidade de cantar (acromíodos), e os que gritam (mesomíodos). São mesomíodos também os

¹⁸ As espécies encontradas constam no Anexo IV por ordem decrescente em termos quantitativos, juntamente com o nome científico, a família, ambientes de origem no litoral, na caatinga e serras, bem como alguns hábitos e curiosidades a respeito das mesmas. Estas informações são oriundas dos trabalhos de Silva, E. Vicente (1993), no que se refere aos ambientes litorâneos do Ceará, de Major et alii (2004), acerca dos ambientes do semi-árido, e de Albano e Girão (2008), quanto aos ambientes serranos. Também são oriundos do trabalho de Major os dados a respeito dos hábitos alimentares, nidificação e características comportamentais.

psitacídeos, cujo aparelho fonador lhes permite, além dos gritos, a fonação com a qual imitam a voz humana, habilidade que encanta muitos donos de papagaios. A admiração pelas características vocais das aves, bem como por sua beleza, juntamente com elementos afetivos presentes no convívio com esses animais, constituem-se nas principais motivações que levam os sujeitos abordados à procura desses animais. É o que discorrerei no próximo item.

3.2. O olhar da posse: vivências dos compradores

Dentre os 60 sujeitos abordados por meio do questionário, 38 eram homens e 22, mulheres. Esta divisão não foi planejada, isto é, surgiu como resultado de uma distribuição aleatória dos questionários. Portanto, não obtive a divisão ideal de 50% de sujeitos do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Porém, este dado, ou seja, o fato de que cerca de dois terços das pessoas abordadas são homens, pode ser revelador em termos da caracterização do grupo estudado. Apesar do estudo não se tratar de uma investigação quantitativa, cabe o questionamento quanto ao gênero, a ser analisado em outra oportunidade, em relação à temática do tráfico de aves silvestres: seriam os homens maioria quando se trata de ter como animais de estimação aves cativas?

Procurei destacar faixas etárias, entre os sujeitos envolvidos, de modo a perceber se haveria uma determinada faixa etária em que os sujeitos da investigação estariam mais propensos a possuir aves silvestres. É comum, em nossa cultura, ouvir-se que “criar passarinhos é coisa de aposentados”, ou seja, pessoas que já atingiram a senectude estariam mais ligadas à criação de aves silvestres por questões de maior tempo livre e necessidade de manter alguma ocupação doméstica. Ao analisar os dados dos questionários, verifiquei que, dentre os sujeitos em questão, este não é um dado necessariamente verdadeiro. Dividi o grupo em seis faixas etárias, por décadas (por cada dez anos), exceto pela primeira faixa etária, que se inicia aos 14 anos, por ser a idade mínima que encontrei no grupo. A partir de 21 anos, demarquei a divisão por décadas, até os 60 anos de idade.

No universo dos 60 sujeitos, verifiquei que, na faixa etária de 14 a 20 anos, há 14 sujeitos, o que equivale a cerca de 23,33% do total de pessoas envolvidas. Entre 21 e 30 anos, encontrei 7 sujeitos, equivalentes, em termos percentuais, a 11,66% do total, e de 31 a 40 anos, novamente o

total é de 7 sujeitos, quantidade igualmente expressa no grupo anterior. De 41 e 50 anos, a quantidade volta a ser mais expressiva, com 16 sujeitos, representando um percentual aproximado de 26,66% do total.

A faixa compreendida entre 51 e 60 anos está representada por 11 sujeitos, correspondendo a uma porcentagem de, aproximadamente, 18,33%. Finalmente, a última faixa etária, que defini como os sujeitos que apresentassem idade igual ou superior a 61 anos, está representada por apenas 5 sujeitos, isto é, uma porcentagem de apenas 8,33%.

Esses dados acerca das idades dos sujeitos em questão me trazem maiores questionamentos. Por exemplo, observamos que há adolescentes no grupo abordado, aqui representados pela faixa etária de 14 a 20 anos. Apesar de a faixa de idade possuir uma certa restrição em relação às demais no que concerne à extensão deste período de tempo¹⁹, expresso em anos, ainda assim é uma faixa etária que tem uma representatividade expressiva (cerca de 23%), em relação por exemplo, ao grupo compreendido entre 21 e 30 anos (cerca de 12%), ou aquele entre 31 e 40 anos (também 12%).

O elemento “tempo livre” dos sujeitos se faz presente no texto em virtude de uma questão: durante as entrevistas, a fala dos sujeitos sempre remete ao tempo necessário para cuidar das aves que possuem, pois isso exige um certo trabalho e dedicação diários para limpar as gaiolas ou viveiros, trocar a água e a comida, observar as aves e seu aspecto geral de saúde e acrescentar vitaminas em sua alimentação. Considerando-se que as pessoas com idades entre 21 e 40 anos encontram-se, em geral, fortemente inseridas na faixa de população economicamente ativa do país²⁰, podemos questionar se o fator “tempo livre” não poderia ser uma justificativa para o decréscimo numérico aqui apresentado por estas duas faixas etárias, em relação às consecutivas, ou seja, a compreendida entre 14 e 20 anos, e a representada por pessoas entre 41 e 50 anos. Esta última, a propósito, sendo representativa de pessoas que, em princípio, estão em uma fase de mais elevada maturidade e que se aproximam do período de aposentadoria.

¹⁹ Esta faixa etária está delimitada entre 14 e 20 anos, isto é, possui uma extensão de tempo de 7 anos. As demais faixas etárias, exceto pela última (a partir de 61 anos), contam com uma extensão de tempo de 10 anos, o que poderia reverberar em uma maior quantidade de pessoas inseridas em seu contexto, do que na faixa de 14 a 20 anos.

²⁰ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008, p. 248), a população economicamente ativa é aquela representada pelas pessoas com 10 anos de idade ou mais, com rendimentos, seja por meio de trabalho, capital ou transferências. Não mencionei o grupo de sujeitos da pesquisa cujas idades variam entre 14 e 20 anos como economicamente ativos, pelo fato de, dentre os quatorze sujeitos do grupo, apenas quatro terem declarado exercerem algum tipo de atividade laboral. Os quatorze sujeitos com idades entre 21 e 40 anos, por sua vez, declararam, com unanimidade, alguma forma de trabalho e/ou rendimentos.

Se tomarmos por base a questão moral²¹, para a qual se faz necessário o esclarecimento acerca do que é considerado como aceitável ou não, então concluiremos que daquele que possui maior nível de esclarecimento sobre as normas de sua cultura podemos esperar um comportamento condizente com seu nível de consciência mais esclarecida.

Dividi os dados acerca da escolaridade dos sujeitos em quatro níveis, de acordo com as informações com as quais me deparei nos questionários: Ensino Fundamental incompleto, Ensino Médio, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo. Dentre os sujeitos que apresentaram Ensino Fundamental incompleto, temos um grupo de 11 pessoas, correspondendo a 18,33% do total. O nível Ensino Médio contou com a maior parcela do total de sujeitos: 25 pessoas, ou 41,66% do total.

No nível Superior incompleto, apenas 11 sujeitos, ou aproximadamente 18,33% do total. Já no Nível Superior completo, 13 sujeitos, correspondendo a aproximadamente 21,66% do total. Verificamos, portanto, que as pessoas que se encontram na esfera do Ensino Superior, seja este completo ou não, totalizam exatamente 40%, ou seja, praticamente a mesma porcentagem representada pelo grupo de sujeitos que possuem Nível Médio. Enquanto isso, apenas uma minoria, ou seja, cerca de 18% do total, cabe aos sujeitos que tiveram sua formação escolar interrompida ainda em pleno Ensino Fundamental. Portanto, para o grupo de sujeitos estudados, podemos observar que um nível de escolaridade mais aprofundado não corresponde necessariamente a um suposto comportamento “ecológico”. É curioso ressaltar, por exemplo, o caso de um entrevistado, o qual comentarei com maior profundidade posteriormente, que possui formação acadêmica em quatro diferentes cursos, todos na esfera das Ciências Humanas (Filosofia, Pedagogia, História e Administração), sendo ainda policial militar da reserva, e age em convivência com traficantes nesta capital.

Um outro dado advindo dos questionários, a título de contextualização da pesquisa, é o que diz respeito às localidades da investigação. Apenas sete questionários foram oriundos da Região Metropolitana (municípios de Maracanaú e Caucaia), sendo o restante da própria capital. Para uma melhor contextualização desta informação, organizei os bairros nos quais foram

²¹ Entendendo-se aqui o conceito de moral segundo Habermas (1989, p.39), para quem o princípio moral é “um critério da universalização de máximas de ação, isto é, a consciência moral é a racionalização universal dos modos de viver humanos”. Portanto, age moralmente aquele cujas atitudes estão de acordo com as normas sociais de seu tempo e de sua cultura. Sendo o tráfico de animais silvestres considerado crime pela legislação brasileira, todo aquele que deste participa, seja por meio da captura, da venda ou da compra de animais silvestres está em desacordo com a nossa moral.

aplicados os questionários em 10 localidades, isto é, agrupamentos de bairros de acordo com sua proximidade geográfica. Algumas localidades apresentam apenas um bairro. Outras formam verdadeiros grupos de até cinco bairros oficiais de Fortaleza. Considerei os municípios de Caucaia e Maracanaú como localidades isoladas:

1. Amadeu Furtado/ Bela Vista/ Rodolfo Teófilo/ Parque Araxá/ Parquelândia: 15 sujeitos (23,33%);
2. João XXIII/ Henrique Jorge/ Parangaba: 10 sujeitos (20%);
3. Antônio Bezerra/ Jardim Iracema/ Barra do Ceará: 10 sujeitos (20%);
4. Planalto Pici/Jóquei Clube: 5 sujeitos (6,66%);
5. Montese/ Benfica/ Bairro de Fátima: 5 sujeitos (6,66%);
6. Messejana/ Cambeba: 4 sujeitos (6,66%);
7. Conjunto Esperança/ Mondubim/ Bom Jardim: 3 sujeitos (3,33%);
8. Praia do Futuro: 2 sujeitos (3,33%);
9. Maracanaú: 3 sujeitos (3,33%);
10. Caucaia: 3 sujeitos (6,66%);

Em relação às condições econômico-sociais dos sujeitos em questão, não elaborei nenhum item específico para o questionário que pudesse ser um indicativo mais preciso da renda familiar mensal expressa em salários mínimos. Em princípio, não julguei que esse fosse um dado relevante para a pesquisa. No entanto, os dados a este respeito aqui apresentados podem ser de alguma valia nesse sentido, pois dentre os bairros mencionados, há alguns que são considerados popularmente como periféricos, enquanto outros têm uma representatividade associada a um nível sócio-econômico-cultural mais elevado, ou seja, mais próximo do que corresponderia a bairros mais privilegiados em qualidade de vida.

Quanto aos sujeitos que selecionei para as entrevistas, as idades, formação escolar e profissão variam, como exponho no quadro a seguir:

Quadro 02: Dados preliminares dos sujeitos entrevistados.

Sujeito	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão
S.V.A.	F	38	Fundamental incompleto	Empregada doméstica
F.C.T.	M	50	Fundamental incompleto	Moto-taxista
C.R.O.	M	35	Fundamental incompleto	Ajudante/ entregador em comércio
R.T.A.	F	76	Fundamental incompleto	Do lar
A.B.R.	M	58	Nível Médio	Técnico em refrigeração
D.U.J.	F	59	Nível Médio	Cozinheira
W.L.T.	M	21	Nível Médio	Ajudante/ entregador em comércio
F.R.N.	F	54	Nível Médio	Costureira
L.R.D.	F	56	Nível Médio	Cabeleireira
L.N.A.	F	63	Nível Médio	Do lar

H.M.G.	M	27	Nível Superior	Professor
I.R.M.	F	44	Nível Superior	Advogada
C.L.G.	M	58	Nível Superior	Func. Público
A.M.D.	M	40	Nível Superior	Engenheiro
C.M.L.	M	60	Nível Superior	Policial militar

As falas dos sujeitos apresentam pontos em comum, que me permitiram traçar um discurso característico do grupo. Há, porém, como previsto no capítulo 1, variações que constituem particularidades de discurso. De modo geral, pude identificar três motivações básicas que explicam sua busca por possuir ou criar aves silvestres: afetividade, cultura e fatores econômicos (custos reduzidos e maior praticidade em relação à criação de cães e gatos). Discorrerei acerca das três motivações básicas, dentre outros aspectos, ao longo desse capítulo.

A afetividade é o elemento de maior expressão na fala grupal. Para a maioria dos sujeitos, a companhia dos pássaros supre necessidades emocionais que eles não conseguem satisfazer no convívio com outras pessoas, seja porque os membros da família têm um cotidiano muito atarefado fora do lar, seja em virtude da perda de um ente querido, a qual se tornou mais amena devido à presença do animal. Ou ainda, vêem no convívio com o animal uma solução para outros problemas interiores:

Pra mim é até um entretenimento, porque aqui em casa sai todo mundo pra trabalhar, aí eu fico. Hoje meus filhos já tão tudo grandes, saem todos pra trabalhar, e tenho um neto que mora longe, e aí eu consegui esses bebês pra mim [quatro periquitos], e me distraio assim. É uma convivência que eu tenho com eles, e eu cuido. E me dá alegria, claro! Eu sento, fico olhando pra eles... E agora, já nessa idade eu fico muito em casa, e eu perdi meu marido, aí pra mim é uma distração, enquanto eu tô conversando mais eles: “oi, bebê! O que é que tu tem? Vai tomar o banho!” E o tempo vai passando... (D.U.J.).

Eu tenho eles porque pra mim é tipo uma terapia, pra eu sair da depressão. Pra eu não ficar sem fazer nada, porque eu sou um aposentado, aí eu passo a manhã cuidando deles. Eu acho bom, fico alegre, até converso com eles. É uma alegria pra mim. (C.L.G).

Para esses sujeitos, a vivência com os animais é uma verdadeira terapia. Segundo Porto (2007), a relação entre animais e seres humanos tem como veículo principal o afeto mútuo. Quando as pessoas interagem com animais, relaxam, ficam mais espontâneas e se enriquecem com a troca de carinho. Pesquisadores do mundo inteiro estão constatando os benefícios vindos deste contato. Nesses estudos, animais de comportamento dócil trazem ao ser humano momentos de tranquilidade e alegria. As pessoas sentem-se mais dispostas a falar com os animais, pois estes os retornam um olhar não julgador e não crítico. Com isso, elas aprendem a lidar com os seus problemas, dores, insatisfações, solidão e tristeza (PORTO, 2007). Vejamos o que diz o sujeito C.M.L.:

Esses pássaros aqui, isso é uma alegria que me traz, é uma vida pra mim. São coisas que, sei lá, é uma coisa que eu gosto, é uma vida pra mim! Eu tenho deficiência no coração, tenho três pontes de safena. Então, isso aqui é um fresco pra mim, uma terapia, porque é uma coisa que eu gosto e me satisfaz, eu fico alegre, eu tô cuidando e eles tão cantando aqui na minha mão. Eles me dão muita coisa boa, é uma beleza! (C.M.L.).

Fuchs (1987) e Berzins (2000) citaram vantagens do convívio com animais de estimação, como alívio em situações de tensão, disponibilidade ininterrupta de afeto, maior tendência para sorrir, companhia constante, amizade incondicional, contato físico, sensação de segurança, além da pessoa ter o que fazer e no que pensar, como citado nos depoimentos.

Especialmente no caso dessas três primeiras falas, que correspondem à vivência de sujeitos aposentados, que passam seus dias em casa, as considerações dos autores fazem bastante sentido, pois além de terem a sensação de gratificação emocional, ainda sentem-se satisfeitos devido à atividade que preenche o tempo. A questão da carência afetiva devido à perda de um ente querido fica mais evidente no seguinte depoimento:

A Princesa [uma maritaca] é uma coisa maravilhosa. Na hora em que a gente mais tava deprimida, com a morte do nosso pai e do nosso irmão, que morreu no mesmo dia, ela veio pra nós. Já vai fazer dois anos. A

gente criava um cachorrinho, e a gente era muito apegado a ele, e esse cachorro morreu também, dois meses depois do meu pai. Quase que a gente enlouquece com a morte deles, ficamos muito desorientadas. Aí foi quando nós ganhamos a Princesa. Acho que ela veio na hora em que a gente mais precisava. Ela foi mais um consolo pra gente. E aí a gente se apegou a ela (L.R.D).

A transferência do afeto, antes direcionado a um familiar, passa para o animal. Porém, o contato com os animais pode ser extremamente benéfico para o homem, desde que não os sobrecarreguemos com nossas expectativas, e evitemos convertê-los num ilusório refúgio devido à descrença no ser humano, ou numa compensação para nossas angústias (VASEN, 2006). O autor aponta que, se presenteamos com um cachorro uma criança que perdeu um ente querido, podemos aliviá-lo e alegrar sua vida, mas isto não anula o trabalho que deve ser feito com essa criança para que sua recuperação emocional seja efetiva.

As considerações de Vasen (2006) me levam a refletir a respeito da finitude da vida, muitas vezes mais célere nos animais de estimação que em nós, humanos. Desse modo, torna-se realmente insensato pensar que um animal de companhia, por mais amado que se torne, venha a substituir o vazio deixado pela morte de alguém, na medida em que a vida do animal também chegará ao fim. É preciso, em minha compreensão, aprendermos com a morte as lições necessárias à nossa vida, como por exemplo o desapego, a socialização estendida e o fortalecimento da auto-confiança para conduzir a própria existência. Talvez então consigamos estabelecer relações mais saudáveis com os outros, sejam de quaisquer espécies, isto é, sem colocar sobre eles a expectativa ou a responsabilidade de nos fazer felizes.

No entanto, na relação com as aves, consideradas pelos sujeitos como animais de estimação, não há apenas carência. Expressam também sentimentos de doação, troca, reciprocidade. Em alguns casos se vêem como caridosos por ter auxiliado as aves quando precisaram. O sujeito A.M.D., por exemplo, não é exatamente um criador de aves, apenas as mantém durante algum tempo em sua residência (em cativeiro) enquanto trata sua saúde debilitada:

Eu resgato pássaros de traficantes, e de pessoas que estão maltratando o bicho, pra depois soltar. O meu objetivo é salvar, é conservar o pássaro, manter a vida dele, e depois soltar. O tempo que eu levo pra isso, com cada um é diferente. A maioria dos que chegam aqui vêm muito maltratados, machucados. Os meninos que aparecem aqui com

baladeiras, eu compro a baladeira, ofereço dinheiro pra que eles não matem... Eu tenho dó desses bichinhos. É o amor aos bichos, né? É aquela paixão que você tem pelos bichos (A.M.D.).

Ao realizar a tarefa de resgatar as aves, tratar de seus ferimentos e depois devolvê-las ao seu habitat, A.M.D. dedica parte de seu tempo e energia. Coloca-se, segundo suas palavras, na condição de um voluntário em prol da natureza, um missionário. Outros sujeitos expressam intenções semelhantes, apesar de não manifestarem a intenção de promover a soltura, isto é, o retorno desses animais aos seus habitats de origem:

Nunca capturei nenhum pássaro, sempre fui comprando em feira. Em feira a gente vê que os bichinhos são muito mal tratados! Aí eu fico com pena e digo: “quanto é? Me dá!”. Aí eu trago e cuido, só por querer ver eles bem. E ainda tem umas rolinhas que vêm aqui em cima, eu acho lindo! Eu boto xerém na janela, aí elas vêm e comem (H.M.G.).

É por caridade mesmo, porque eu tenho pena! Um dia desse eu tava aqui e vi aquele negócio passando. Era uma sabiá. Aí eu peguei ela, a bichinha toda esbagaçada! Parecia que um gato tinha pegado ela e depois tinha soltado. Eu botei na gaiola, cuidei dela, dei remédio. Tá lá, boazinha! E rolinha! Vem um bocado pro quintal. E eu boto comida pra elas (I.R.M.).

Boff (2000, p. 11-12), aponta que o cuidado é parte integrante e essencial do ser humano, pois faz parte de nossas características inerentes. Portanto, a atitude das pessoas citadas estaria em conformidade com o que a natureza humana tem a oferecer em maior profundidade:

[...] a vida humana naquilo que ela possui de mais fundamental: o cuidado e a com-paixão. Mitos antigos e pensadores contemporâneos dos mais profundos nos ensinam que a essência humana não se encontra tanto na inteligência, na liberdade ou na criatividade, mas basicamente no cuidado. O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o ethos²² fundamental do humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir.

²² Em Saber cuidar, o autor define no Glossário o termo ethos da seguinte maneira (BOFF, 2000, p. 195): “em grego significa a toca do animal ou a casa humana; conjunto de princípios que regem, transculturalmente, o comportamento humano para que seja realmente humano no sentido de ser consciente, livre e responsável; o ethos constrói, pessoal e socialmente o habitat humano”.

O autor acredita que o cuidado e a compaixão são naturais, presentes em cada ser humano, como uma característica ontológica²³ (BOFF, 2000). Acredito que existem alguns elementos realmente naturais na constituição humana, sendo o cuidado um deles. Cuidado consigo mesmo, com o outro, com a natureza. No entanto, nem todas as pessoas encontram-se conscientes desta característica interior, motivo pelo qual passam a ter atitudes prejudiciais com o meio ambiente, com seus semelhantes e até consigo mesmas.

Penso que, para que o cuidado com os outros seres se manifeste, é preciso ter empatia com os mesmos. Rogers (1997) trata do conceito de empatia como a capacidade de colocar-se no lugar do outro, podendo desta forma considerar sua vivência, imaginando-se em seu lugar. Quando os sujeitos falam sobre seus sentimentos diante do sofrimento das aves, mostrando-se resolutos em cuidar das mesmas, estão expressando empatia. A fala a seguir remete a esse sentimento, demonstrando que compreender a dor alheia pode provocar atitudes de cuidado e doação, independente da espécie à qual pertence esse outro:

Eu peguei o Chico [um papagaio] pra criar porque ele foi encontrado numa rampa de lixo, com uns meninos arrancando as penas do rabo dele, e eles perguntavam: “quer comprar?”. A minha vontade não era de comprar, porque eu achei ele muito feio. Mas a minha irmã comprou e trouxe pra eu cuidar. Tratei, até que ele ficou bom. Foi por caridade, mas depois eu fiquei com ele por amor! Hoje ele tem rabinho, tem asinha. Quando sai uma pena no rabo dele eu fico tão feliz! Tem gente que pega um bicho desse porque é vaidoso, porque pensa: “ai, eu acho lindo, ele canta, ele fala, e é bonito”. Eu não quero os meus bebês só se eles cantarem não! É carinho, é amor (L.N.A.).

Segundo Vasen (2006), a empatia pode ser explicada através da psicanálise, que situa o animal como uma alteridade relativamente amigável, imprevisível e muitas vezes brincalhona, mas sempre uma alteridade viva, um ser completo em si mesmo. Por isso, torna-se possível ao ser humano empatizar com esses seres. Penso que, ao observarmos os animais, que são totalidades autônomas, um fim em si mesmas, algum conteúdo interior é tocado, de forma que nos é despertada a empatia por eles. Observar um animal vivo é completamente diferente de observar, por exemplo, uma rocha. À parte o fato de que a rocha pode possuir uma beleza singular e encantadora, como ser inerte não nos desperta o mesmo tipo de reação que experimentamos diante

²³ Na mesma obra, o autor define ontológico (BOFF, 2000, p. 197): “que tem a ver com a essência, com a identidade profunda, com a natureza de um ser, como, por exemplo, o cuidado essencial com referência ao ser humano”.

de um animal. Um ser vivo, que se move, emite sons, e muitas vezes age de modo a nos surpreender com sua capacidade perceptiva e reativa, acessa, em minha compreensão, a empatia latente em nossa condição humana, e então todos os sentimentos que os sujeitos entrevistados relatam passam a se desenvolver. Eles afirmam também que a criação de aves é um gosto pessoal. Os depoimentos a seguir ilustram esta observação:

Eu crio porque eu gosto, eu adoro acordar de manhã e ouvir um campina cantando. Eu sou apaixonado, é meu esporte, meu lazer, minha vida! Eu não tenho um carro bom pra andar, eu não tenho uma casa com piscina, mas tenho os passarinhos que eu gosto. O meu gosto é esse (F.C.T.).

Porque desde criança eu gosto. É um hobby, um capricho, o sujeito gosta (A.B.R.).

A questão do “gosto”, que a princípio denota uma condição subjetiva a respeito da qual pouco se pode falar ou justificar, aos poucos vai se tornando mais clara, manifestando-se na fala dos sujeitos como algo que não apenas ocorre de modo natural ou sem explicações, mas que está associado a uma motivação que aqui denominarei de “admiração pelo belo”. A estética das aves, sobretudo, sonora, ou seja, a beleza de seu canto, é apontada como um elemento motivador do “gosto”. O gostar, portanto, manifesta-se como fruto de um prazer que a ave fornece ao seu dono, que se deleita diante da entonação relaxante de sua produção vocal:

É pra ouvir eles cantarem. Aí tem os dos vizinhos também que cantam, e eles respondem. Quando é meio-dia eu me deito na área, depois de almoçar, na rede, eles ficam cantando, cantam!... Tomam banho e cantam... Eu acho bonito demais! (A.B.R.).

É muito bom ter pássaros. É uma diversão que se tem, que não é desgastante pra mim, ao contrário, traz é prazer, porque a gente escuta o canto dos pássaros e é relaxante. Então, a criação de pássaros é isso, é uma diversão, um esporte que se tem, e vicia as pessoas. Você passa a gostar do animal, e passa a ter mais (C.M.L.).

Talvez o que os sujeitos denominam de “gosto” pessoal seja um reflexo do que Dotti (2005) coloca como uma necessidade humana de se aproximar da natureza. Para o autor, o homem, por ser sociável, relaciona-se mentalmente com a natureza e com os animais. Ele aponta que nossa história cultural demonstra que vemos os animais como eternos companheiros de

conquistas, seja nas batalhas, na ciência, nos estudos biológicos, na religião e mesmo na formação das crianças por meio de fábulas. Destaca ainda que esse inconsciente coletivo demonstra um intenso relacionamento entre nós, humanos, e esses seres e, a cada dia que se passa, a tendência é intensificar a frequência desse relacionamento.

Em relação ao inconsciente coletivo, Jung (2000) o define como a camada mais profunda do inconsciente, que corresponde aos fundamentos estruturais da psique, comuns a todos os seres humanos. Enquanto o inconsciente pessoal constitui-se de experiências individuais, os conteúdos do inconsciente coletivo são impessoais, comuns a todos os homens e transmitem-se por hereditariedade.

Contudo, esse desejo ancestral de aproximar-se dos outros seres vivos é, muitas vezes, manifesto de modo a restringi-los em algum aspecto. No caso dos animais silvestres que se encontram em cativeiro, nosso desejo de vê-los de perto cerceia-lhes a liberdade. É perceptível que, além de associarem o “gosto” pelas aves a um prazer pessoal, os sujeitos mencionam a questão como um “esporte”, e até mesmo um vício. O sujeito C.M.L., em um momento posterior de sua fala, faz uma observação a respeito das rinhas de canários-da-terra, que apesar de proibidas (assim como a compra e criação ilegal de animais silvestres), ocorrem com frequência, se caracterizando para seus adeptos como um esporte, movido pelo vício do jogo e do dinheiro fácil, bem como pelo desejo de ver aquelas pequenas aves se digladiando até chegarem a se ferir mortalmente. O sujeito A.B.R., em dado momento, relembra a infância no sertão cearense, durante a qual costumava reunir-se com os companheiros para provocar a referida luta entre canários machos, e recorda que esta prática era vivenciada como um verdadeiro esporte, no qual se apostava objetos e brinquedos.

Esta lógica utilitarista através da qual os sujeitos referem os benefícios obtidos em seu convívio com as aves caracteriza-se, em minha compreensão, como pertencente a um modo de conceber a natureza como essencialmente passível de dominação, isto é, fruto de um pensamento mecanicista. Para melhor expor esta compreensão, recorro à literatura pertinente, no intuito de contextualizar as relações que construímos com os demais seres vivos ao longo do tempo.

Ao longo da trajetória humana sobre a Terra, diferentes racionalidades perpassaram nossa concepção de natureza. Camargo (2003, p. 17) caracteriza esse processo em três grandes momentos:

Ao longo da história da humanidade, três orientações básicas contrastantes formaram as bases da relação homem-natureza. Nos primórdios da história, encontramos um ser humano subjugado pela natureza, sendo o mundo natural por ele considerado onipotente, imprevisível e indomável.

A segunda orientação encontra suas origens nas sociedades ocidentais a partir das Revoluções Científica e Industrial, nas quais encontramos um ser humano que se considera superior ao mundo natural, tencionando domar, explorar e revelar todos os segredos da natureza.

A terceira orientação interliga fundamentalmente a vida humana à natureza – não apenas em nível biológico, mas também em níveis cultural e psicológico –, revelando que devemos “fluir” com a natureza, compreendendo suas transformações, adaptando-nos a ela e vivendo dentro de seus limites.

Penso que convivem, no mundo contemporâneo, estas três racionalidades, mesmo que em diferentes proporções. Se tomarmos, por exemplo, uma tribo indígena da Amazônia que ainda se mantém sem contato com o “homem branco”, possivelmente encontraremos entre seus membros a noção de natureza como sagrada. Se conversarmos com executivos de grandes madeireiras, por outro lado, provavelmente ouviremos a expressão de um pensamento dominador sobre as florestas que exploram. E se, finalmente, abordarmos jovens integrantes de comunidades auto-sustentadas, nos depararemos com uma visão de natureza como uma instância com a qual precisamos nos harmonizar para vivermos melhor. Desta forma, entendo que há mudanças de paradigma, no que tange à concepção de natureza, sem, no entanto deixar de existir manifestações do paradigma anterior.

Quanto ao discurso dos sujeitos em questão, penso que, ao colocarem as aves na condição de seres que lhes trazem algum benefício ou serventia, como o prazer de ouvir o canto ou de lançá-las a uma competição e com isto terem um esporte a mais, os sujeitos manifestam, dessa forma, um discurso caracteristicamente imbuído da segunda orientação colocada por Camargo (2003). Sentir-se legitimamente dono de um ser vivo, ao ponto de poder decidir sobre sua liberdade e fazer-lhe objeto de um jogo violento, condiz com uma compreensão de natureza segundo a qual o ser humano seria superior aos demais seres viventes, criados para servi-lo. Veja-se, por exemplo, novamente o trecho da fala de F.C.T., no qual equipara os pássaros que possui a outro objeto de consumo como uma casa grande com piscina, ou um carro confortável. Ao invés

disso, escolheu o luxo de ter para si o canto das dezenas de aves que lhe cercam, em cada cômodo da humilde casa.

Collingwood também faz observações sobre a evolução do pensamento humano em relação à natureza. Para ele, os antigos gregos consideravam a existência de uma alma ou uma mente na natureza, que justificava sua ordem e regularidade. Esta idéia pode ser melhor compreendida a partir da passagem a seguir (Collingwood, s.d, p.10):

... uma planta ou um animal, de acordo com as suas idéias [dos antigos gregos], participa psiquicamente, em determinado grau, no processo vital da “alma” do Mundo e intelectualmente na actividade da “mente” do Mundo, não menos do que participa materialmente na organização física do “corpo” do Mundo [Grifo meu]

O período renascentista, por sua vez, traz a marca da descrença em relação a esta racionalidade própria da natureza. Ela seria, agora, uma máquina comandada por um espírito inteligente e exterior a si, ou seja, por Deus (COLLINGWOOD, s.d.).

Na transição entre antiguidade clássica e a cultura renascentista houve uma mudança significativa no modo de se conceber o mundo natural. Penso que, deixando o homem de acreditar na autonomia espiritual e intelectual da natureza, ele deixa também de prestar-lhe reverência. Nomes que marcaram este período – e toda a tradição científica até os dias atuais – foram Bacon e Descartes²⁴. Na abordagem científica destes pensadores, não havia lugar para uma natureza à qual o homem devesse um respeito sacro, pois isto o impediria de explorá-la e descobrir-lhe os segredos. O antropocentrismo, portanto, era o sustentáculo de um método científico “neutro”, que propunha o distanciamento entre o experimentador e o objeto da experimentação.

O antropocentrismo também se manifesta na fala do grupo nos momentos em que os sujeitos, apesar de se referirem às suas aves com afeto, atribuem valor às mesmas de acordo com seu potencial para o canto, de forma que agrade ao dono. Os seguintes trechos de fala ilustram a idéia:

²⁴ Francis Bacon (1561 – 1626): um dos criadores do método experimental descreveu a natureza como uma mulher e definiu a ciência como “uma busca para capturá-la, subjugar-la e arrancar-lhe os segredos”. René Descartes (1596 – 1650): visão mecanicista da natureza: “Os processos de pensamento e sensibilidade fazem parte da alma, e como na minha concepção os animais não têm alma, não há sequer a possibilidade de sentirem dor (...) animais são meras máquinas e assim não sentem dor nem prazer. Quando queimados com um ferro em brasa ou cortados com uma faca seus gemidos e gritos são mais como o atrito sobre uma corda, nada mais...” (FIGUEIREDO, 2006).

Agora eu só tenho a Neguinha, a minha graúna. Ela tem 25 anos de idade. Eu, há 24 anos atrás tava trabalhando no interior, e eu tava olhando o oitão de uma casa, e a graúna só assobindo: “fiu! fiu!”. Aí eu olhei e disse: “rapaz, essa bicha vai dar muito boa, grande, bonita! Cantando assim, vai ficar um espetáculo”. E é um pássaro que pra você conseguir uma boa, que cante mesmo, é difícil, não é fácil. Só nas cidades mais distantes, mas é difícil (C.M.L.).

Às vezes eu fico a fim de vender o meu, assim, pra ver se eu compro outro melhorzinho... assim, que cante melhor, né? (C.R.O.).

Ao reler essas falas, recordo-me da afirmativa de Protágoras²⁵ (s.d.), de que “o homem é a medida de todas as coisas”, e compreendo que, em geral, o ser humano classifica os objetos, situações e até os demais seres vivos como valiosos na medida em são significativos para sua experiência, e não porque possuem valor inerente. Nós qualificamos uma situação, uma pessoa, uma paisagem ou um animal como bom ou ruim, benéfico ou prejudicial, de acordo com sua posição dentro de nossas circunstâncias de vida, ainda que momentâneas. E essas perspectivas oscilam conforme a vivência de cada pessoa. Por exemplo, a construção de um empreendimento comercial na área de preservação ambiental do Rio Cocó, objeto de acirradas discussões em Fortaleza, gerou opiniões diversas. Para os grupos interessados nos resultados econômicos da obra (geração de empregos, lucros abundantes para os empresários), a construção foi a escolha mais acertada. No entanto, para os grupos de orientação ambientalista, foi um erro desastroso, pois traz prejuízos ao delicado equilíbrio do manguezal. E se procurássemos investigar os motivos que os levam à defesa desse ecossistema, suponho que encontraríamos diferentes respostas, que também poderiam estar fundamentadas nos significados que possui aquela paisagem para os sujeitos envolvidos em sua proteção (valor estético, necessidade de se ter uma área verde para caminhadas, ou preocupação com a questão do aquecimento global). Esse exemplo trata de

²⁵ Filósofo grego, pré-socrático, que viveu no século V a.C., cujos escritos não puderam ser editados nem datados com precisão, pois a maior parte de seus registros, assim como os dos demais pensadores de sua época, perderam-se com o tempo. Apenas através de filósofos posteriores se pode ter acesso a uma pequena parte de sua obra. Por exemplo, Platão escreveu o texto *Protágoras*, uma descrição de um diálogo entre os dois (Platão e Protágoras), acerca das diferenças entre a filosofia e a sofística (MARCONDES, 2000). Segundo Gaarder (2002), Protágoras era um sofista, ou seja, um filósofo que viajava com frequência, e ganhava a vida em Atenas ensinando os cidadãos. Criticava a visão mitológica do mundo, e demonstrava um elevado ceticismo, pois afirmava que ninguém jamais poderia encontrar respostas seguras e definitivas para os mistérios da natureza e do universo. Por essa razão, assim como os demais sofistas, dedicou-se às questões do homem e seu lugar no mundo. Por exemplo, questionava os conceitos de certo e errado, e o que seria natural e ou criado pela sociedade.

cogitações pessoais, e não exclui a possibilidade do engajamento de pessoas movidas pelo reconhecimento de um valor intrínseco do ecossistema citado. Apenas referi-me a tal situação para melhor expressar meu entendimento sobre a importância que atribuímos aos seres e às situações, baseados em nossa própria perspectiva.

Os dois sujeitos, cujos depoimentos destaquei na página anterior, colocam em suas aves um valor que se funda em arbitrariedades humanas. Quando C.R.O. afirma que deseja vender seu galo-de-campina para adquirir outro que seja “melhorzinho, que cante melhor”, está estabelecendo uma comparação entre esse pássaro e os demais de sua espécie, e dando continuidade ao parâmetro comparativo, que outras pessoas também cultivam, como o entrevistado C.M.L., que reforça essa compreensão, afirmando o quão difícil é encontrar uma gráua que cante realmente bem. A seguir, o depoimento do sujeito F.C.T. explica como deve ser o canto da ave para que seja reconhecido como superior aos demais, inclusive em competições. Compara os pássaros a cantores aclamados:

Olha, tem pássaro que é muito bom, é uma raridade ter um pássaro dessa qualidade. É como ouvir o Roberto Carlos! Tem sabiá que é a majestade mesmo, como diz o Jair Rodrigues, que canta mais de um minuto. Esses são bons de a gente levar pra competição! Porque a gente reúne uns amigos pra fazer a competição de canto, é bom demais! Tem sabiá que só dá 15 segundos, até 25 segundos você encontra. E a que dá um minuto é raro, e com qualidade, né, porque tem muitas que dão um minuto, mas é cântico perdido, começa e se atrapalha numa nota. Tem que cantar limpo, as notas certas, sem defeito (F.C.T.).

Em oposição ao parâmetro humano, porém, há a concepção de natureza como sagrada, isto é, possuidora de uma alma própria, referida por Collingwood. Penso que, dentre os sujeitos entrevistados, A.M.D. demonstra respeito e devoção pelas aves que resgata, sendo movido por um sentimento de empatia, de compaixão. Isto faz ainda mais sentido quando ele encontra uma possível origem de sua atitude numa questão espiritual:

Eu não sei se na outra encarnação, na outra vida eu fui algum, sei lá... não um São Francisco de Assis, mas eu penso que eu fui alguma coisa relacionada à natureza, porque me chama, me atrai, me resgata, sempre com intenção de cuidar. Eu acho que esses bichinhos também têm alma e merecem atenção. Então eu acho que é uma missão minha nessa vida (A.M.D.).

No entanto, para além do cuidado, identifico na fala de A.M.D. passagens que indicam sua atração ou admiração pela beleza das aves, e a referência ao desejo de tê-las sempre em seu convívio, apesar de ser uma forma de convívio que não limita sua liberdade:

Botei grama aqui no quintal pra o tempo ficar mais fresco pros pássaros, botei uma torneira na grama, que quando eu abro essa torneira, enche de passarinho tomando banho ali. Isso é tão gratificante, tão gostoso tê-los por perto, não com a intenção de aprisioná-los, mas de a gente ver o pássaro se sentindo bem com aquela água, com aquele banho, fica a maior alegria aqui. Logo no início, quando eu comecei, eu pensei: “eu vou fazer esse trabalho, mas vou soltar por aqui mesmo, pra ter isso aqui tudo cheio de pássaros” (A.M.D.).

Seria esta uma forma de co-existência com os demais seres vivos que sinaliza a possibilidade de um meio termo? Nem aprisionar as aves, nem mantê-las distantes. Talvez, além de possuir uma compreensão da natureza associada a uma missão sagrada, A.M.D. seja um representante ou um protótipo de uma terceira forma de conceber esta questão. Algo como a terceira concepção apontada por Camargo (2003, p. 17), a partir da qual o homem deve “fluir” com a natureza, adaptando-se a ela e vivendo dentro de seus limites”. A entrevistada L.N.A., que também cria aves com o objetivo de oferecer-lhes seus cuidados, demonstra um encantamento diante das mesmas, que, em sua percepção, também são expressão da obra divina:

Eu sou louca por bichos, mas eu me dou muito com passarinho, acho muito bonito. Eles me hipnotizam, eu olho assim e acho a coisa mais linda! Acho que Deus fez tudo com perfeição, eu acho lindos mesmo. Eles me dão alegria até pelo fato de eu os ver, de olhar, por serem da natureza, que é uma coisa de Deus, uma coisa tão sensível (L.N.A.).

A admiração que as aves provocam em L.N.A. é um interessante exemplo do fascínio pelo sagrado. A entrevistada fala sobre sentir-se “hipnotizada”, e sobre a origem divina das aves. Para Dotti (2005), os animais sempre foram retratados como poderosos, daí a sua grande importância para o homem, o que, de alguma forma, indicava claramente transmutação, proteção, e até mesmo evolução espiritual. Seus espíritos eram evocados em diversas cerimônias para trazer saúde e mediar curas. Segundo o autor, há registros do século IX a.C. sobre Asklepios, o deus grego da saúde. Asklepios tinha o poder divino que era estendido a cães sagrados. A crença era que uma pessoa cega poderia voltar a enxergar imediatamente depois de ser lambida por um cão sagrado.

Através dos tempos, deixam marcas culturais, desde o cristianismo, com a associação dos santos aos animais, até a época medieval, da cultura indígena aos celtas. Em todos os continentes, os animais foram adorados e ainda continuam sendo.

Muitas civilizações ao redor do mundo utilizaram a simbologia dos animais. Para a cultura greco-romana alguns animais eram considerados a representação de Deus, da saúde e da reencarnação. Desde a infância os animais estão presentes em nossas vidas por meio dos primeiros brinquedos, na sua maioria recebidos de pais e parentes. Roupas, utensílios domésticos, quartos e fantasias sempre foram decorados por imagens de animais. Na literatura estão presentes de forma constante, conferindo amor e sabedoria e demonstrando aos humanos os laços de união com esses seres. Os animais têm grande importância na vida dos humanos como elos entre o mundo exterior e o interior do homem (DOTTI, 2005). Porém, nos tempos atuais, quando a admiração se manifesta sob a forma de dominação, a posse de um animal pode ser baseada no utilitarismo, mais do que no afeto. Refiro-me aos casos citados de rinhas de canários e competições de canto. Quanto a isto, o sujeito A.M.D. se posiciona:

Eu não pego nem compro ou adquiro pássaro pra mim, pro meu uso, ou seja, pra ficar ouvindo o canto deles, e sim pra cuidar e depois soltar. As pessoas em geral têm um pássaro porque ele tá cantando muito. Eles se realizam porque vêem o bicho cantar, e isso satisfaz alguma necessidade da pessoa, sabe? Às vezes eles também querem que o bicho fique fofinho pra ele ter relação com uma fêmea pra reproduzir, tá entendendo, e ganhar dinheiro em cima disso (A.M.D.).

Quando ele se refere a “alguma necessidade da pessoa”, há em sua fala dois elementos que balizam essa afirmativa: o prazer de ouvir o canto e a vantagem pecuniária obtida da venda de filhotes. Esta última faz-me pensar nos *pet shops*, repletos de cães, gatos e pássaros expostos à venda como objetos. Ainda que se trate de aves cuja venda é lícita, esses animais ali estão em consequência do desejo do comprador de possuir uma ave cativa, e do interesse do comerciante em lucrar com essa privação de liberdade. Isso me remete ao período histórico (desde a Grécia antiga até o século XIX), no qual o comércio mundial de escravos era uma prática legal, cotidiana, e fonte de grandes lucros. Compreendo que a obtenção de recursos materiais é uma necessidade com a qual, provavelmente, sempre conviveremos. Contudo, penso que qualquer forma de obtenção monetária fundada no comércio de seres vivos deve ser definitivamente abolida.

Quanto à satisfação de alguma necessidade por meio da escuta do canto, também citada por A.M.D., recordo as colocações de Porto (2007), Fuchs (1987) e Berzins (2000), sobre o alívio de tensões produzido pela relação entre humanos e animais. Concordo com a compreensão de que contemplar e ouvir pássaros é relaxante. Porém, penso que o relaxamento pode ser obtido por outros meios, como passear em ambientes onde haja pássaros livres, tendo assim a oportunidade de contemplar também outros elementos paisagísticos, sem cercear a liberdade desses animais. Além disso, atividades prazerosas incluem uma diversidade tão rica de opções que, acredito, o ser humano tem diversas possibilidades de encontrar contentamento sem interferir na vida de outros seres. Trata-se, para mim, de renunciar ao egocentrismo, ampliando nosso olhar ao bem-estar interior, e respeitando a vida livre dos demais. É uma questão profunda, que requer auto-conhecimento: compreender que somos responsáveis por nossa própria serenidade e equilíbrio emocional, ao invés de transferir para outros seres a fonte de nossa felicidade. Porém, muitas vezes necessitamos de apoio terapêutico nessa jornada. Recordo-me dos sujeitos C.L.G. e C.M.L., colocando que cuidar dos pássaros se constitui numa terapia em sua vida, diante dos problemas de saúde que enfrentam. Em minha compreensão, porém, há um equívoco quando, ao invés de passarmos por um período de terapia como um veículo que facilite a condução à nossa autonomia, fazemos dessa circunstância uma muleta para toda a vida. Como colocou Vasen (2006), não devemos transformar nosso convívio com os animais em um refúgio diante da dificuldade de lidar com as pessoas, ou numa compensação para nossas angústias, sobrecarregando-os com nossas expectativas.

Acerca do significado terapêutico do convívio com os animais, que de fato é objeto de estudos e apresenta efetivos resultados por meio da zooterapia, discorrerei de forma mais específica ao longo do subcapítulo 3.3. Por hora, apenas identifico este conteúdo no discurso dos sujeitos, que além de se referirem ao efeito terapêutico da companhia das aves, ainda as tratam como filhos, o que também remete à questão das necessidades emocionais não satisfeitas:

Minha papagaia, a Letícia, me acorda de manhã. Ela diz: “acorda, papai!”. Eu que ensinei. Eu não tenho filho, minha filha é ela. Eu boto ela lá fora, pro pessoal ver, ela fica: “papai, papai! Comida, papai”. É bom também passear com ela. Eu boto ela pra falar pros outros, aí eu acho bom. Ela fala o nome da minha prima. Ela faz parte da família (W.L.T.).

De acordo com Manna (1996), a vida nos grandes centros urbanos, caracterizada pela presença crescente da tecnologia e da violência, vem transformando os hábitos das pessoas e a estrutura familiar, o que gera um aumento da solidão. É cada vez maior o número de pessoas que vivem sozinhas e de crianças e adolescentes que passam algum tempo desacompanhados em suas casas, porque seus pais precisam trabalhar.

O medo da violência acaba por forçar os indivíduos a um enclausuramento, mas nenhum desses fatores diminui a necessidade dos seres humanos de estar em contato com outros seres que sejam ou não de sua espécie. Daí observarmos, com grande frequência, relacionamentos entre o homem e alguma espécie animal. Isto se dá de forma muito intensa. Ao animal é permitido dividir a casa, o alimento, amigos, passeios, e com ele são compartilhados os sentimentos de alegria e de tristeza (MANNA, 1996). O depoimento a seguir exemplifica essa circunstância de vida:

Eu não tenho mais filhos morando comigo. Tenho uma filha já casada, e tenho um filho que mora no interior com a avó dele, aí os passarinhos é que são meus filhos agora, são a minha companhia... Meu marido diz que eles são a companhia dele quando ele tá sozinho. E eu também quase não saio, passo o dia dentro de casa, a rua anda tão perigosa! Prefiro ficar com meus bichinhos (S.V.A.).

Para Fraga (2005), um número crescente de pessoas têm adotado animais de estimação para compartilhar sua vida. Os indivíduos estariam “humanizando” esses animais numa tentativa de aplacar a solidão, e pela necessidade de um encontro interior com o amor incondicional, que procuram encontrar no pequeno *pet*. A autora acrescenta que numa sociedade tão desigual, carente de manifestações e sentimentos que o indivíduo desse século está vivendo, encontrar “alguém” que o ame incondicionalmente traz velhas lembranças da mais tenra idade. Querer dar o melhor para seu animal de estimação, aquecê-lo, alimentá-lo e cuidá-lo seria uma maneira de reavivar valores humanos esquecidos e distantes. Ela coloca esse encontro do indivíduo com seus *pets* como uma possibilidade de “humanização” do homem. A seguir, a entrevistada S.V.A. expressa sua atitude de “mãe”, que educa e põe limites ao comportamento dos filhos. Seu modo de falar denota semelhança com o tratamento que geralmente as pessoas oferecem aos seus filhos:

A mãe que eu vejo que eu sou pra eles é a mãe que cuida, a mãe que eles não tiveram. O cuidado, o carinho que eu tenho com eles. Mas eu sou

uma mãe que bota limite (risos). Não posso também deixar eles fazerem tudo o que quiserem não! (S.V.A).

De acordo com Martins (2006), os relacionamentos com animais assemelham-se ao tipo de relação que os indivíduos desenvolvem com as crianças, sugerindo que os animais de estimação tendem a ser vistos como dependentes e requerem também cuidados, como a forma de diversão e brincadeira. A forma de humanização mais comum entre os donos de aves entrevistados é realmente a consideração das mesmas como filhos. Os depoimentos abaixo ressaltam ainda mais essa característica:

Ave-maria, meus nenéns são meus nenéns! eu sou louca por eles, é como se fossem meus filhos, eu tenho o mesmo amor. Eu tenho certeza de que se eu soltar eles não se acostumam mais na natureza. É como um filho que vai todo tempo pelo que a mãe diz, e quando vai pro mundo quebra a cara, pronto (L.N.A.).

Eu chamo eles de bebê, e eu chamo e eles vêm atrás. Eu faço mingau pra eles, eu compro leite, como se fosse pra um bebê, é um compromisso que eu tenho. É como se eles fossem meus filhos (D.U.J.).

Ao colocar as aves no lugar de filhos, os sujeitos as vêem como seres que em verdade não são. Do mesmo modo, é comum observarmos pessoas que tratam seus cães e gatos como crianças humanas, chegando a vesti-los como tal, sentá-los à mesa durante as refeições e levá-los a salões de beleza e eventos sociais. No caso das aves, devido às particularidades de sua natureza, essas ações não são possíveis de ser praticadas. Porém, os diálogos que mantêm deixam clara a idéia de que os sujeitos procuram manter com as aves uma relação que passa pela humanização.

Há uma congruência entre a idéia de maternidade e o discurso sobre cuidar do outro. A maternidade constitui-se exemplo de cuidado por excelência, porém, é uma forma de cuidado que exige dos pais um delicado equilíbrio entre a proteção e o estímulo à autonomia. Kalil Gibran²⁶(2000, p.11), ao tratar da relação pais e filhos, expressa com maestria sua concepção acerca da temática:

Vossos filhos não são vossos filhos!

²⁶ (1883-1931) Poeta e pintor libanês, que viveu quase toda sua vida nos EUA, tendo alcançado grande prestígio naquele país e no mundo inteiro (CAJAZEIRAS, 2001).

São os filhos da ânsia da vida por si mesma!
 Vêm através de vós, mas não são de vós.
 E embora vivam convosco, não vos pertencem...
 Podeis outorgar-lhes o vosso amor, mas não os vossos pensamentos,
 Porque eles têm os seus próprios...
 Vós sois os arcos, dos quais os vossos filhos são arremessados, como flechas
 vivas, pelo Arqueiro Divino, para o Infinito.

O autor nos convida, de forma poética, a refletir. O filho, ainda que seja criança, deve ser enxergado como sujeito, como individualidade, de quem se está cuidando para que possa, posteriormente, agir com segurança diante das próprias escolhas. O filho, assim como o animal de estimação, tem seu plano de existência, sua própria vida; e os pais (ou donos) precisam estar cômicos de tal realidade, para que não falhem no propósito de apoiar sua autonomia. Em princípio, esta é a relação que A.M.D. estabelece com as aves das quais cuida. Ele tem consciência de que o zelo que oferece aos pássaros é momentâneo, e que logo chegará a hora em que eles precisarão seguir seu próprio caminho. É o momento do desaparego. Também a entrevistada D.U.J. menciona o desaparego que sente em relação aos seus “bebês”, os periquitos que possui. Afirma que, apesar de seu amor, sabe que as aves são seres com existência própria, e que não vieram ao mundo para viver em função de suas necessidades:

Eu já possuí uns que fugiram. Voaram e foram embora. Eu deixo à vontade. É claro que fica a saudade, mas o que eu posso fazer? Eu deixo eles livres, eles não ficam em gaiola. Eles ficam à vontade, eu tô aqui, eles vêm pros meus pés. Eles passam o dia no quintal, eu só boto pra dentro pra dormir. E quando eu tô sem nenhum bichinho eu me sinto bem, do mesmo jeito que eu tô agora! Eu não me apego a nada. Eu procuro fazer por eles o melhor, mas em falta deles, eu procuro me conservar a mesma (D.U.J.).

A maternidade/ paternidade da qual tratam os demais sujeitos do grupo, porém, está fundada não apenas no cuidado, mas também na posse. Eles não admitem a possibilidade de libertar as aves. Ao contrário, apresentam uma compreensão de que o zelo para com as aves justifica ou compensa o cativo. Colocam-se como pessoas que estão fazendo uma boa ação ao cuidar das aves de forma tão atenciosa. E, deste modo, crêm que as aves vivem satisfatoriamente, podendo até dispensar a liberdade que originariamente possuíam em seu habitat natural. Ainda

que cheguem a considerar “errado” mantê-las presas, concluem que há uma compensação nos cuidados que recebem. A idéia pode ser melhor compreendida nos depoimentos abaixo:

Tem gente que me pergunta se eu não tenho pena de deixar preso. Eu não! A gente trata com tanto carinho! Olha as minhas gaiolas: é verdura, é maçã, é pepino, é banana, é jiló, é coisa que o pássaro não encontra por aí. O que faz pena é um pássaro querer comer e não poder. É ficar por aí nessas fazendas, levando tiro de espingarda, tendo espantelho na plantação, tendo agrotóxico. Na gaiola ele tem comida direto. Não tem a liberdade de voar como é pra ser, né, mas outras coisas compensam, eu acho! (F.C.T.).

Eu acredito que eles são felizes porque, se eles vivessem num cativeiro e não fossem bem cuidados, se eles não tivessem a alimentação, e se eles passassem fome, eu acredito que eles seriam infelizes. Mas eles não têm nenhuma adversidade dessa (D.U.J.).

Eu sei que tá errado, né, prender os bichinhos. Mas eu e a minha avó, a gente cuida bem deles. São indefesos, né? Ela protege (W.L.T.).

Em princípio, os sujeitos apostam no alimento e proteção contra ameaças externas como elementos compensatórios em relação à privação de liberdade. Mas consideram que a oferta de vantagens ao pássaro vai além desse aspecto físico, chegando ao nível emocional:

Se ela precisar de mais alguma coisa é de safada que ela é! (risos), porque a gente dá de tudo! Eu converso com ela, faço carinho nas peninhas dela, ela anda no meu corpo! Eu acho que ela não precisa de ir pro mato não! Já tem nós pra ela partilhar tudo. Já somos tudo. Eu creio que ela não sinta essa falta de conviver com outros animais, porque ela nunca conviveu, né? Ela conviveu só com as pessoas. Se ela fosse embora, era uma ingratidão, e grande! (L.R.D.).

Se alguém compra um passarinho, mesmo botando em gaiola, e tem amor e dedicação, sem maltratar, mas apenas pra ter aquele convívio com aquele bichinho com carinho, aí eu acho que não tem nada contra (D.U.J.).

É interessante a convicção com que L.R.D. afirma que a ave não precisa conviver com outras de sua espécie, porque as pessoas da casa “já são tudo”, e com essa família ela tem com quem “partilhar tudo”, e portanto, se a ave viesse a fugir, isto seria uma grande ingratidão. Penso

em diversos comportamentos de uma ave, como o acasalamento e procriação, as revoadas e algazarras em bando, as migrações, e de modo algum vejo possibilidade de partilha desses eventos com os humanos. Porém, na visão da entrevistada, há outras trocas que contemplam todas as necessidades do animal, como o contato físico, os carinhos e a comunicação, que ocorre em algum nível, ainda que as linguagens de cada um sejam diferentes. Em alguns momentos, os sujeitos chegam a admitir que existe uma troca de benefícios entre eles e as aves: enquanto elas recebem abrigo e comida, em contrapartida oferecem a seus donos o canto:

Um bicho desse, de vez em quando aparece alguma doença, eu levo ao veterinário. Todo dia, a primeira coisa que eu faço, depois da minha higiene pessoal é cuidar da comida e da limpeza da gaiola deles. Eu posso estar doente como estiver, eu venho pra cuidar deles. Eu cuido direitinho, e eles me pagam cantando (C.M.L.).

Eu, todo dia zelo os meus passarinhos. Boto água, limpo as gaiolas, boto cheiro verde pra eles comerem, eles gostam muito de maxixe, essas coisas. Tem o coxo de eles beberem e tem o de tomar banho. É bem caprichado! Já que ele tá preso, tá indefeso, você tem que cuidar mesmo! E eu acho que eles gostam, porque eles cantam tanto! (A.B.R.).

O cuidado que oferecem às aves, em relação à sua alimentação e higiene os faz sentirem-se seus donos legítimos, isto é, consideram natural que as aves lhes pertençam, já que elas vivem sob sua proteção:

Eu considero eles mais meus do que do meu marido, porque sou eu quem cuido! Sou eu que boto comida todo dia, boto eles no sol um pouquinho, troco as águas, limpo direitinho as gaiolas. Então a dona sou eu, claro! (S.V.A.).

Associado ao sentimento de posse e apego, há um ciúme declarado, bem como o medo de perder as aves, por apreensão do IBAMA ou da polícia:

A minha papagaia eu não solto não! Vou ficar com ela até ela morrer, quando tiver bem velhinha. Eu sinto medo do IBAMA pegar (W.L.T.).

Não quero papagaio e arara porque chama muito a atenção, tenho medo do IBAMA soltar meus passarinhos. Eu tenho tanto trabalho com eles! E tenho ciúme! [risos, gargalhada]. E sendo cantador, aí é que a gente se apega mesmo (A.B.R.).

Meu marido quer o maior bem aos bichinhos. Ele tem medo de alguém nos denunciar, sabe? Mas pra entrar aqui pra tirar meus passarinhos, IBAMA não entra não! Eu não deixo de jeito nenhum! Às vezes a gente bota eles na calçada pra levar sol, mas é com medo de passar um carro da Polícia e querer levar os bichinhos (S.V.A.).

Há uma exceção à regra: o sujeito C.M.L., que, sendo policial aposentado, declara não temer a ação daquela instituição:

A minha graúna não tem quem tire daqui! Não tem homem nenhum que tire ela daqui, porque eu não deixo! Se alguém me denunciasse também não tinha jeito, porque eu nunca tive medo. Essa graúna só sai daqui se eu morrer. Mas primeiro o cara tem um certo receio porque eu sou policial. Eu brincava com ela solta, mas aí eu tenho medo de ela fugir, então eu passei a não soltar mais ela (C.M.L.).

O temor de que fala o entrevistado encontra-se em outra circunstância: a possibilidade de um fuga. Outros sujeitos também o temem. Por exemplo, não querem que outras pessoas cuidem das aves, temendo que desse modo elas fujam, ou que sejam soltas pelas próprias pessoas:

Ela não gosta da correntinha no pé, não. Mas eu não solto porque eu tenho medo de ela voar e o pessoal pegar. E aí a pessoa não vai me dar, e é melhor ficar na corrente. Já aconteceu com outro papagaio que eu tive (R.T.A.).

O meu filho fala: “pai, pode deixar que eu boto comida pros seus passarinhos”, e eu digo: “não, senhor!”. Eu sei lá se ele não vai soltar os meus passarinhos! Eu crio com tanto gosto! [risos]. Eu tenho medo, boto uma fitinha vermelha na gaiola, pra não botarem quebranto, mal olhado! Tem gente do olho ruim! Principalmente agora, que tá em extinção, a pessoa se apega mais ainda. Porque daqui a uns tempos não vai mais ter aquele pássaro. Quando tem muitos a gente não dá valor (A.B.R.).

A origem latina da palavra ciúme é *zelumen*, e no grego, *zelos*, o que faz com que seja associado a uma prova de amor e cuidado com o outro. Porém, há a controvérsia sobre o ciúme ser bom ou ruim, já que em excesso pode trazer sofrimento para quem sente e para quem é o alvo desse sentimento (PEREIRA, 2009). É o que parece perceber S.V.A., que demonstra uma

ambivalência em relação aos seus pássaros. Ao mesmo tempo em que afirma sentir apego e ciúmes, também admite que as aves provavelmente vivem tristes no cativeiro, e chega a sentir piedade delas:

Eu tenho pena dos bichinhos, a gente vê que eles têm que tá na natureza, soltos, porque não tem quem goste de tá preso! Eu tenho pena de deixar eles presos. Mas o meu marido gosta muito deles, fazer o quê? Eu não posso soltar, ele não deixa. Ele diz que os gatos vão pegar, que eles vão morrer de fome, que não vão saber onde encontrar água. Eu acho que eles têm uma tristeza. Porque quando passa outros passarinhos ali, eles vêem, e é tão rápido, mas eles ficam olhando... (S.V.A.).

Para Descartes (1979), o ciúme é uma espécie de temor relacionado ao desejo que se tem de conservar a posse de algum bem. Tanto pode ser positivo quanto negativo. É positivo quando é apenas zeloso e o que se procura preservar é de real importância, e negativo quando está associado ao egoísmo ou à insegurança. Para Spinoza (2007), no entanto, o ciúme é apenas negativo, pois trata-se de uma tristeza decorrente da ameaça de uma perda, resultante da imaginação de que a coisa amada se une a outro, de modo a impedir fruí-la sozinho. É interessante observar semelhantes idéias no discurso do sujeito A.B.R., que não permite que o filho alimente os pássaros, por medo de que este os solte. Em alguns momentos, os sujeitos manifestam a consciência de que prender as aves é “errado”, mas não as libertam, em virtude do apego, e/ou, conforme justificam nos trechos de fala a seguir, acreditam que elas não mais sobreviveriam fora do cativeiro.

Aqui um pássaro dura muito mais tempo do que se estivesse solto. Porque ele chega ao ponto em que ele nem encontra mais comida lá fora. Essa graúna que eu tenho, você acha que ela vai se adaptar à natureza ainda? Não vai. Um pássaro desse na natureza entre os outros é rejeitado, os outros matam. Eles não têm mais a habilidade que tinham antes pra viver, pra adquirir a subsistência deles. É incrível! (C.M.L.).

Eu acho que esses pássaros que são recém-pegados, ainda precisam da liberdade, né? Mas os que já tão acostumados na gaiola, esses não conseguem mais viver fora (F.C.T.).

Diante do depoimento de C.M.L., pus-me a questionar o que seria melhor para um ser vivo: estar em liberdade, ainda que corra determinados riscos, ou ter maior longevidade entre as grades de uma clausura? Em minha compreensão, uma vida realmente plena deve permitir ao ser a realização de suas potencialidades. Para um pássaro, cujos potenciais básicos incluem a capacidade de voar, a segunda opção é, definitivamente, limitante. No entanto, concordo com a opinião dos sujeitos de que as condições de soltura para uma ave que já se encontra há anos em cativeiro devem ser cuidadosamente pensadas. Penso que é necessário estudo profissional, com acompanhamento de biólogos e veterinários especializados em fauna silvestre. Apesar dessa justificativa, há momentos em que os sujeitos demonstram ter consciência de que as circunstâncias de vida numa gaiola não são ideais para os pássaros:

Eu penso assim: solto, ele tá arriscado a levar tiro de baladeira. Mas ninguém quer ser preso, né? Principalmente um pássaro. Eu acho que se ele soubesse falar ele chegava pra pessoa e dizia: “ se você tivesse uma vida assim livre, você achava bom ser colocado numa gaiola? Porque minha vida é pra viver livre!”. Eu sei que eu crio, eu tô errado mesmo. Mas se eu soltar, ele não sabe mais se virar sozinho (C.R.O.).

Acho que ele vive bem, aqui. Mas ele seria mais feliz se vivesse assim, solto com os outros, ele ia tá com a turma dele, né, mas se tirarem ele daqui ele morre, eu tenho certeza! (I.R.M.).

Até mesmo o sujeito A.M.D., que costuma libertar os pássaros após recuperarem a saúde, considera que, em determinadas situações, é mais prudente manter a ave em cativeiro, devido a danos irrecuperáveis provocados a algum pássaro, vítima de maus tratos:

O problema é que tinha alguns que já tavam tão maltratados, que eu não tinha coragem de soltar. Se eu soltar um animal desse, eu tenho certeza que ele vai ser presa fácil pra um predador, por exemplo. Ou até mesmo, vai ter dificuldade de se alimentar, não vai ter a mesma destreza de um outro pássaro (A.M.D.).

Já o sujeito A.B.R., apesar de todo o apego que vinha afirmando, admite que há um conflito moral em relação à sua atitude de manter as aves engaioladas. Ele resolve esse conflito, aparentemente, apontando que tal atitude é reflexo de uma perversidade natural do ser humano:

Eu sinto muitas vezes que é errado, que isso não pode acontecer, porque prisão não é bom, não. Você amanhecer e anoitecer ali? Não! E os bichinhos passam o tempo todo, a vida toda, muitas vezes, né? Mas... quem gosta, gosta, né?! Eu crio porque eu gosto, mas bom não deve ser não. É por isso que proibem, né? É uma perversidade. Com certeza é. Só em prender, manter eles em cativeiro é uma judiação, é uma perversidade, eu acredito. Talvez essa perversidade seja o instinto do homem. Com certeza, é do ser humano (A.B.R.).

A fala de A.B.R., em princípio, causou-me espanto. Pus-me a refletir sobre suas percepções e senti-me resistente em concordar com a idéia de que somos essencialmente perversos. Além disso, em meu entendimento ele aproxima dois elementos que aparentam uma incoerência: a “perversidade” e o “gostar”, ambos direcionados ao mesmo ser. No entanto, continuando minhas leituras sobre os sentimentos humanos no universo da Filosofia, encontrei uma colocação de Schopenhauer (2000), que condiz com o depoimento de A.B.R. Para o filósofo, o amor é tragicamente falso e enganoso, pois é filho da vontade, e portanto da irracionalidade e do absurdo. Em nome do amor e da paixão o ser humano é capaz de cometer qualquer perversidade e aceitar qualquer sofrimento. Ainda assim, continuei resistente à idéia, pois penso que o amor não leva a nenhum tipo de opressão do ser amado, apenas ao bem-estar. Qualquer sentimento que fira a integridade física ou subjetiva de outrem, em minha compreensão, não pode ser amor, mas alguma forma de egoísmo ou interação doentia.

No entanto, ainda segundo Schopenhauer (2000), há um outro tipo de amor: o vivo sentimento de compaixão²⁷ que o ser humano experimenta quando descobre que a própria dor é igual à dor dos seus semelhantes, dispondo-se à partilha e à solidariedade. É um amor puro, um amor-caridade. Esta definição, proposta pelo filósofo, pareceu-me condizente com o sentimento de amor. Talvez a maneira como o sujeito A.M.D. trata os pássaros que abriga em sua casa seja exemplo disso. Ele afirma sentir compaixão pela dor das aves, e por isso sente-se mobilizado a cuidar de sua saúde, e em seguida libertá-las.

Para além do apego declarado, porém, emergem no discurso dos sujeitos os sentimentos de gratificação e bem-estar experimentados no cotidiano junto aos animais. Os entrevistados

²⁷ Para Abbagnano (2000, p. 154-155), a compaixão é “participação no sofrimento alheio como algo diferente desse mesmo sofrimento. Essa última limitação é importante porque a compaixão não consiste em sentir o mesmo sofrimento que a provoca. A emoção provocada pela dor de outra pessoa pode chamar-se compaixão só se for um sentimento de solidariedade mais ou menos ativa, mas que nada tem a ver com a identidade de estados emocionais entre quem sente compaixão e quem é comiserado”.

afirmam que há uma comunicação entre eles e as aves, e sentem-se reconhecidos por elas, havendo uma exclusividade dessa conexão entre a ave e seu dono. E falam ainda sobre amor, carinho e paixão que nutrem pelas aves. No entanto, em alguns momentos a fala denota um certo egocentrismo, pois os sujeitos manifestam satisfação nesse convívio na medida em que é agradável para si próprios, como se pode perceber nos trechos a seguir:

Se eu falar com ela, a qualquer hora do dia ou da noite, ela me responde. Sempre que eu posso, tô perto, converso, caduco com eles. Isso é caducar, né? O sujeito conversar e brincar com animal!? E para o pássaro é bom também. Eles sentem o carinho da gente com eles, o animal corresponde também! (C.M.L.).

Às vezes, à tarde, eu deito nessa rede e eles vêm e ficam andando em cima de mim. É tão gratificante, tão gostoso! Porque é uma confiança que eles têm em mim. Eles voam dentro de casa! E eu sei que eles sentem o mesmo amor, porque eles dão muito carinho pra gente! Pode ter 15 pessoas aqui, mas se você soltar os meus bichinhos eles vêm pros meus pés. Todo bicho que eu pego, fica apegado a mim. (L.N.A.).

Para Georgetti (2006), o ser humano é gregário por natureza. Ele busca contato tendo em vista que a solidão é produtora de angústia e ansiedade. Muitos seres humanos apresentam dificuldades de contato inter-pessoal, que podem ser de origem relacional – problemas familiares, ou resultantes de problemas congênitos e/ou adquiridos ao longo da vida, como por exemplo, as deficiências físicas – visuais, motoras, muitas vezes produzidas pelo envelhecimento. A entrevistada R.T.A., de 76 anos, cuida sozinha do neto e da casa, onde mora com o marido e as filhas, que passam o dia trabalhando. Ela relata que a papagaia que possui é a sua companhia e a única que lhe entende, pois as pessoas em casa não procuram ouvi-la nem compreender suas necessidades. O sentimento de auto-estima, portanto, é nutrido na relação com o animal, na qual a pessoa sente-se importante, o que é confirmado pelos seguintes depoimentos:

Quando eu saio pra rua, ela diz: “tenha cuidado, entre pra dentro!”. Ela tem o maior cuidado comigo, aí eu me apeguei demais a ela! (R.T.A.).

A gente se entende. Comigo eles ficam numa alegria doida! E eles notam quando eu tô triste, parece que eles dizem: “ih, hoje o meu dono não tá bom não!”. Aí eu já vou me sentindo melhor, parece que tem alguém ali que quer o bem da gente (C.L.G.).

A questão do contato físico com o animal é interessante. Segundo Mannucci (2005), existem estudos que comprovam que acariciar e falar com um gato contribui para a redução da pressão arterial, e fazer carinho em um animal reduz a ansiedade, ajuda crianças com dificuldades de aprendizagem, assim como idosos depressivos e doentes físicos e/ou mentais, e produz uma reação hormonal (produção de serotonina) que ajuda no combate à depressão.

Martins (2006) aponta que os animais de estimação podem enriquecer os sentimentos de auto-estima e agir como facilitadores e catalisadores para relacionamentos inter-pessoais, satisfazendo as necessidades emocionais significativas de seus proprietários, quando são reconhecidos como amigos ou companheiros. Segundo o autor, os animais são fonte de relaxamento, por proporcionarem relacionamentos de certa forma descomplicados, sem cobranças e críticas.

Para Nunes (2009), a interação homem-animal proporciona a sensação de felicidade, amor incondicional e sem preconceitos, segurança, companheirismo, socialização, motivação e responsabilidade. Percebo que, ao tratar todos os dias de seus pássaros, os entrevistados demonstram esse senso de responsabilidade, pois têm consciência de que a vida do animal depende exclusivamente de seus cuidados. E daí vem a socialização, que sentem ao se perceberem reconhecidos pelas aves:

Eles me conhecem! Eu mal chego em casa, eles respondem logo. Se meu filho chegar, ou a minha mulher, eles não dão nem notícia, mas se eu chegar em casa, eles já começam logo a fazer zoadas. E eu acho bom, acho bonito! É uma coisa compensadora! Tem uma amizade entre nós. Eu fico fazendo carinho. O carinho é fazer eles cantarem pra gente! Eu assobio, eles respondem. Aí eu me sinto feliz! E eu sei que eles se alegram comigo, porque eles ficam cantando! O golinha fica todo inchado, quando eu falo com ele, se arrepiá todinho, chega fica redondo! (A.B.R.).

Nesta fala de A.B.R., porém, fica evidente que para além do afeto dedicado às aves, o “carinho” que ele dá aos pássaros confunde-se com o prazer próprio, ou seja, dar carinho é, para o entrevistado, obter da ave o canto que lhe agrada, lhe satisfaz: “O carinho é fazer eles cantarem pra gente! Eu assobio, eles respondem”. A entrevistada S.V.A. demonstra, no depoimento a seguir, que o carinho, a atenção para com as aves, implica em satisfação mútua, ou seja, ela é atenciosa, e também se sente importante para os pássaros, pois eles lhe retribuem, reconhecendo-a como dona e, segundo ela, respondendo à sua comunicação:

O meu Negão [um bigodeiro], quando é de manhã, se eu falar com os outros e não falar com ele, ele fica com raiva, fica de costas pra mim, passa o dia todo emburrado igual a menino. Eu digo e o pessoal não acredita, mas é. Aí eu digo: “bora, dançar pra mamãe?”. Aí eu começo a cantar, e ele fica pulando pra lá e pra cá e rodando. Aí eu me sinto feliz porque pra mim eles entendem o que eu vou falando. Com o meu marido ele não fica assim não, só comigo. E o pessoal ainda diz que eles não entendem! (S.V.A.).

S.V.A. sente-se identificada com seu papel de “mãe”, a ponto de conhecer as particularidades de cada um de seus pássaros. Sente-se integrada com os hábitos das aves. Neil Smith (1984, p.27) retrata a concepção social da natureza como um jogo de duas forças conceituais que diferem entre si quanto à participação do homem no contexto natural. Porém, segundo o autor, ambas as concepções seriam geradas a partir da lógica do capitalismo. Ele afirma que “tanto para o apologista quanto para o detrator, a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza”.

Para o autor, o dualismo entre as concepções se expressa da seguinte maneira: há o modo de conceituar a natureza como externa, ou seja, sem a participação do homem como ser integrante. Porém, há a noção de natureza universal, que admite o homem como parte do mundo natural. Em alguns momentos, os entrevistados expressam uma compreensão condizente como primeiro modo, isto é, não se colocam como integrantes deste conjunto, na medida em que consideram a criação de aves como um lazer ou um esporte (algo sobre o qual ditamos regras). Em outras passagens do discurso do grupo, porém, identifico uma compreensão de natureza como universal, como, por exemplo, nos momentos em que se colocam como pais/ mães das mesmas, ou quando afirmam se comunicar verdadeiramente com elas. Se há a possibilidade de

comunicação e de senti-las como filhas, isto indica que há algum nível de identificação com esses seres, um sentimento de níveis de semelhança que permitem que estas relações ocorram.

Latour (2004) confirma a instabilidade da noção de natureza, apontando que, segundo o naturalismo, a palavra natureza designa uma parte do mundo submissa à estrita causalidade e somente ao reino da necessidade – o que a faz oposta ao reino da sociedade humana – e, também, o conjunto formado pela reunião da natureza não social e da natureza social. Portanto, a palavra natureza designa tanto a parte quanto o conjunto, pois a sociedade humana não pode ser concebida fora do quadro da causalidade.

Quando os autores acima abordam a dualidade homem/natureza, ou seja, um conceito de natureza da qual o homem é separado, entendo que estejam retratando um pensamento que ainda expressa uma visão mecanicista do mundo. Quando utilizamos a expressão “ter contato com a natureza”, estamos manifestando esta mentalidade.

A ambivalência também se manifesta no pensamento dos sujeitos no seguinte aspecto: eles expressam repúdio às atitudes dos traficantes, mas não associam essa prática ao seu hábito de criar suas aves, que são oriundas do próprio tráfico:

A quantidade de pessoas a perseguir pra pegar os passarinhos é muito grande. Eu sou contra o aprisionamento de pássaros. Mas quem tem seus pássaros não quer perder, não! A minha graúna só sai daqui se me matarem! Eu tenho muito relacionamento com caras que vendem pássaros. Tem um ali que até no banheiro dele tem gaiola, de todo tipo de passarinho, a casa é lotada de gaiolas! Ele compra pra vender. Mas é uma pessoa que tem uma visão diferente da minha, é um semi-analfabeto (C.M.L.).

O sujeito C.M.L. coloca-se como uma pessoa diferenciada em relação ao traficante ao qual se refere. No entanto, apesar de o referido amigo ser um semi-analfabeto, ambos mantêm um relacionamento antigo, baseado na compra das aves, que C.M.L. sempre realiza através do mesmo. O entrevistado é um policial militar da reserva (aposentado), o que lhe confere a condição de conhecedor das leis, inclusive a Lei dos Crimes Ambientais. Além disto, possui graduação em Filosofia, Pedagogia, História e Administração de empresas, formação acadêmica suficiente para que pudesse apresentar um comportamento ético em relação ao cumprimento das leis que conhece. Apesar disto, coloca-se em posição superior em relação ao semi-analfabeto já citado, que pratica o comércio ilícito. Enquanto critica o amigo e os demais traficantes, C.M.L. continua

mantendo a graúna em cativeiro, como se isto não fizesse parte, em absoluto, da teia de relações que compõem o tráfico.

Passa na televisão, papagaio morrendo. Pegaram numa blitz agora, papagaio, passarinho, não sei quantos só numa gaiola, uns 200... a gente se sente mal de ver isso. Os pobrezinhos indefesos, né, não têm como se proteger. Desses caras eu só compraria pra criar, se eu pudesse depois tirar o documento deles também. Qualquer dia eu vou tirar o documento da minha papagaia no IBAMA (W.L.T.).

Para W.L.T., “tirar o documento de sua papagaia” seria algo equivalente a eximi-lo de sua participação no tráfico. Mas a ave foi comprada por ele a um policial civil que, mediante uma blitz numa estrada que liga Fortaleza ao sertão central, tomou para si a ave ainda em suas primeiras semanas de vida, com o objetivo de comercializá-la. W.L.T. diz que, na época em que comprou o papagaio, tinha conhecimento de que isto era ilegal, além de estar ciente dos malefícios pelos quais os animais passam até chegarem ao local da venda. Todavia, ainda assim o adquiriu, pois a vontade de presentear à avó prevaleceu sobre sua consciência. W.L.T. afirma que o fato de cuidar bem do animal é uma compensação que ele e a família lhe dão por haver sofrido o drama de ser capturado e transportado tão indevidamente, tendo sido afastado de seu habitat e de seus pais. Porém, parece não atribuir um elo significativo entre sua atitude de comprar e a manutenção do tráfico. Vejamos o que diz o sujeito C.R.O., a seguir:

Passa no jornal, a apreensão do IBAMA, pegando esse pessoal que traz esses bichos pra vender por aí, né? Eles não já sabem que é proibido? Tão se arriscando demais, né? Acho que a revolta maior do pessoal do IBAMA é quando eles chegam na feira e vêem o pessoal dando bebida pros passarinhos ficarem mais mansos, né? Ou então, numa gaiola apertada, morrendo sufocados, no calor. Eu crio o meu campina só pra criar, mesmo, não é com intenção de vender, não. Eu nunca vendi um passarinho na minha vida! (C.R.O.).

Novamente, um discurso que não associa a atitude particular à problemática maior. C.R.O. condena as ações dos traficantes, mas parece sentir-se isento de responsabilidade sobre o problema, ou parte dele, por não exercer a atividade da venda ilegal dos animais. “Criar passarinhos só para criar, mesmo, sem a intenção de vender”, é uma expressão que parece lhe conferir uma tranquilidade de consciência. C.R.O. afirma saber que possuir aves silvestres

ilegalmente é proibido, mas não atribui ao fato de possuir um galo-de-campina nenhuma importância na cadeia de relações e acontecimentos do tráfico. Ele não se vê como um ator social que efetivamente participa desse processo. Outras falas também exemplificam a questão:

Pra acabar esse negócio de tráfico tinha que acabar na raiz, que é o rapazinho que pega os bichos lá no habitat deles. Eu só sei que comigo eles são felizes. Já que existe um sujeito que retira os pássaros do ninho, é melhor trazer e cuidar bem deles em casa do que deixar maltratados na mão de um traficante! Eu sei que tem gente que gosta de comprar. Mas aí é que tá, né? Aí é difícil responder (C.L.G.).

Passa na televisão sempre, né? Tá passando. Mas eu acho que é errado quando é comercializado. Eu não tenho eles como um comércio, é só com a intenção de criar (D.U.J.).

Há, portanto, uma incoerência no comportamento dos sujeitos. Ou, pelo menos, não possuem a consciência de que, com suas atitudes, estão cooperando para que o tráfico continue ocorrendo. Este processo se assemelha, em minha compreensão, a diversas atitudes que as pessoas apresentam em relação ao meio ambiente, em nosso cotidiano. Por exemplo, jogar lixo nas ruas e, quando da chegada da estação chuvosa, reclamar diante das ruas alagadas devido aos bueiros obstruídos, sem no entanto associar sua atitude anterior ao resultado que observam, e que lhes desagrada. A atitude de dispensar o lixo nas ruas talvez seja considerada, por elas, como algo pequeno, insignificante, e que não deve ser incluso no *hall* das atitudes realmente prejudiciais ao meio. De forma semelhante, os sujeitos entrevistados parecem se eximir das implicações de seus atos, como se pudessem se constituir numa legítima exceção, basicamente porque se consideram donos carinhosos para suas aves. Contudo, ainda que lhes dêem total atenção, tendo por referência seu ponto de vista, o ato de adquirir aves silvestres prossegue alimentando o comércio ilegal. Há, porém, uma exceção no grupo: o sujeito A.M.D., que se opõe à criação de aves por motivos mercantilistas e apenas as mantém enquanto cuida de seus ferimentos:

Essa sabiá branca aqui oh, quando eu descobri ela, ela já era cega de um olho. Um rapaz parece que furou o olho dela pra poder deixar o pássaro manso. Rapaz, onde já se viu uma coisa dessas? Ou então outros queimam o bico... (A.M.D.).

Porém, levanto a possibilidade de ele não se reconhecer como alguém que também pode estar, indiretamente, alimentando esse mercado, pois à medida em que compra aves maltratadas dos traficantes, está dando uma destinação àquelas aves que, sem sua intervenção, iriam a óbito. Mas sua compra termina por dar ao traficante um lucro extra. Da mesma forma, ao comprar baladeiras das crianças, pode estar incentivando-as a fazer e usar mais baladeiras, pois estas chamariam novamente sua atenção, e ele mais uma vez lhes faria uma proposta de compra.

Os sentimentos envolvidos na criação das aves também remetem à origem cultural/familiar desse hábito, entre os entrevistados, bem como à questão dos custos e da praticidade em cuidar das aves. Quando os questionei sobre a possibilidade de possuírem um outro animal de estimação, como um cão ou um gato, os sujeitos se remeteram às lembranças de sua infância (surpreendi-me ao verificar que a grande maioria deles era oriunda de municípios do interior do Estado). Criar aves na capital seria uma forma de dar continuidade e de manter o vínculo com uma antiga tradição com a qual conviveram desde tenra idade:

Meu pai tinha uns 200, era viveiro, gaiola, tudo. A gente é de Sobral. Eu era pequeno e via ele limpando as gaiolas. Ainda hoje eu guardo as faquinhas que ele usava pra limpar. Cansei de fazer gaiola com ele. Ele fazia e eu ia vendo (C.L.G.)

Nós somos do interior. Aí, toda vida meu pai gostou de criar aves. Era todo tipo de passarinho, era rolinha, azulão, gola, bicudo, canário... no interior tem muito! Quando eu vim de lá, eu era pequena. Aí quando chegou aqui, meu pai começou a criar umas rolinhas, mas não deu certo, aí ele deixou... A família toda é assim, apegada com bicho, todos eles têm. Ou passarinho, ou qualquer outro bicho (L.R.D.).

De acordo com Mannucci (2005), na história evolutiva do homem a relação dos seres humanos com os animais, em termos de convivência, interação e domesticação, constitui-se num dos eventos mais significativos. Os animais são parte integrante das culturas de todo o mundo, independentemente do grau de civilização alcançado. Compartilhar o ambiente com outros animais é algo que tem raízes profundas na evolução humana, e foi com base nesse hábito que se desenvolveu nosso renovado interesse pelos animais de estimação.

Penso que, quando os entrevistados ressaltam o fato de serem “do interior”, talvez haja aí um indício de que, nos municípios situados fora dos grandes centros urbanos, ainda prevalecem

vestígios mais fortes desse convívio. Talvez porque nas grandes cidades praticamente não há mais espaços onde se possa admirar a beleza da fauna nativa. Daí ser mais recorrente entre as pessoas oriundas “do interior” o hábito de conhecer as aves, apreciar seu canto, e desejar tê-las em casa. O depoimento a seguir ressalta essa questão:

Eu sou do interior, e povo de interior gosta muito de passarinho, de gaiola, dos passarinhos cantando de manhã bem cedo, é bonito! (F.R.N.).

Mannucci (2005) acrescenta que os animais sempre fizeram parte da vida do homem, seja na caça, pesca, tração, locomoção, bem como guarda e companhia, e que a domesticação de algumas espécies transformou não apenas a domesticada, mas também os hábitos e o estilo de vida das pessoas. Desse modo a vinculação humana com animais de estimação – tais como cães e gatos – acrescentou um novo tipo de relação que tem complexidade e características próprias. Essas considerações são condizentes com o que dizem os entrevistados a seguir:

Sempre gostei porque sou do interior, e convivi muito tempo lá, e sempre a mãe criou, então já é desde pequena que eu convivo com eles. No interior tinha mais facilidade da gente possuir esses bichinhos, porque eu morava na serra mesmo, na Serra do Araripe, elá tem muito esses bichinhos. Mas a gente nunca criou em gaiola, sempre criamos com amor, assim, na liberdade deles, soltos. Nunca exploramos eles, era só por amor, por gostar de conversar com eles... (D.U.J.).

Quando a gente era menino, no interior, a gente criava umas rolinhazinhas, criava soltas, elas comiam com os pintos. A gente botava o xerém pros pintos, eu e meus irmãos, aí as rolinhas vinham e comiam junto. Toda vida eu gostei de passarinho, toda vida (A.B.R.).

Estes depoimentos vêm corroborar com a afirmação que fiz na Introdução deste trabalho (pág. 13), sobre a criação de aves silvestres no Brasil como um hábito cultural. Ao conviver, desde a infância, com pessoas que já possuíam este hábito, e que por sua vez já o haviam herdado de seus pares, ao longo da vida, os sujeitos terminaram por desenvolver também o mesmo padrão.

Além disto, fatores econômicos e a questão da praticidade também constituem motivo para a preferência desses sujeitos em possuir um pássaro a um cão ou um gato:

Passarinho é um bicho que não dá trabalho, os gastos são poucos, a gente não gasta muito pra criar eles. É o melhor meio de se criar bicho hoje em dia, principalmente em apartamento. É isso, não tem problema, é um negócio fácil de criar (C.L.G.).

Eu tinha um pastor alemão, mas hoje eu não posso mais banhar. Eu tô velha, minha querida! O cachorro precisa de muito cuidado. Dos passarinhos é mais fácil a gente cuidar (R.T.A.).

Dá muito trabalho criar cachorro. Tem que dar banho, tem que sair pra passear e não sei quê mais, e a idade não me permite mais esse cuidado todo. Então eu achei que já não era mais o caso de criar cachorro (D.U.J.).

Uma última e curiosa observação fala de uma questão de gênero: em algumas passagens do discurso dos sujeitos, há diferenças entre homens e mulheres sobre o hábito de criar aves. Entre os entrevistados homens, há referências ao fato de que suas esposas não compartilham de seu gosto pelas aves. Por sua vez, as mulheres observam que a atratividade que há nos pássaros é diferente entre os gêneros:

Eu sei que no dia em que eu morrer, a minha mulher dá os passarinhos porque eles dão trabalho. Ela vai dar pros irmãos dela, que gostam de passarinho, eu tenho certeza que ela não vai cuidar deles (C.M.L.).

Passarinho que canta, eu não me apego, não gosto. Eu acho que essas aves seriam mais pra homem, canário, campina, essas coisas, e botar pra brigar também, essas coisas, competição de canto, não gosto disso. É um carinho que a gente tem, mas não pra essas coisas (D.U.J.).

Eles tomam banho e molham tudo! A minha mulher fica danada! Mas quem varre a área sou eu, quem limpa sou eu, ele molha, eu vou e limpo! [risos] (A.B.R.).

Após a apresentação dos principais elementos que permeiam o convívio entre essas pessoas e suas aves, no próximo item explorarei a questão da compreensão dos sentimentos desses animais, que os sujeitos mencionam saber com convicção. É talvez o aspecto relacional mais profundo, pois diz respeito à própria condição de vida em que se encontram esses animais.

3.3. O olhar questionador: quem pode falar pelos animais?

A leitura de autores como Georgetti (2006), Martins (2006) e Nunes (2009), começou a trazer-me novas possibilidades de compreensão da vivência dos sujeitos da pesquisa, promovendo uma certa reconfiguração da questão dos animais em cativeiro. Inicialmente, a idéia de manter qualquer animal preso em poder do ser humano soava-me completamente repulsiva e absurda. Porém, ao visitar os entrevistados, e testemunhar, em vários casos, o carinho trocado entre a ave e seu dono, comecei a pensar na possibilidade de, em alguns casos, o cativeiro não ser, necessariamente, uma forma de sofrimento para o animal.

No entanto, compreendo que há uma distinção entre a questão do tráfico, que ocorre de forma a destruir massivamente a diversidade faunística de nosso país, e a de se pensar na possibilidade do convívio entre humanos e animais silvestres, fora de seu habitat natural, desde que seja benéfico para ambas as partes, e não apenas para o ser humano. E sob a condição de que o convívio seja balizado por regras que venham a ser respeitadas, mediante controle e fiscalização governamental. Daí se pensar, conforme propôs o IBAMA por meio de consulta pública em 2008, em uma possível criação de espécies silvestres como animais de estimação. Em princípio, eu também discordava completamente desta possibilidade levantada pelo IBAMA. Porém, repito, após testemunhar a relação de respeito, cuidado e carinho em algumas residências dos entrevistados, e após a leitura de alguns textos acerca do convívio entre espécies, sobretudo acerca da zooterapia, sobre a qual discorrerei no presente subcapítulo, levaram-me a repensar a questão, de forma que, dentro de certos parâmetros, atualmente penso (após cerca de dois anos de construção desta dissertação), que é possível um convívio benéfico para ambas as partes envolvidas.

O que realmente se modificou em meu olhar, por assim dizer, foi que, se antes considerava impossível provar, categoricamente, que a vida de uma ave presa em cativeiro fosse algo benéfico, hoje penso que não posso, igualmente, afirmar categoricamente que esta mesma vida lhe é um mal. Penso que cada caso possui suas peculiaridades. E daí surge a questão: o que, então, define a felicidade ou infelicidade desses pequenos animais, vivendo numa gaiola, ou mesmo soltos em casa, mas num ambiente que não é o seu de origem? E mais ainda: quem pode garantir isto? Quem pode falar pelos animais? Discutirei sobre as motivações que me levaram a esse novo direcionamento em minha compreensão desse assunto.

Os proprietários de aves se colocam, de maneira consciente, a respeito do fato de possuírem aves silvestres como algo ilegal, bem como consideram que a condição natural e ideal de vida para essas aves seria a liberdade. Porém, alegam que os motivos que os levam a criá-las são, basicamente, afetivos e culturais, ou seja, essas pessoas gostam da companhia das aves em casa, de seu canto e beleza, e preferem possuir um pássaro a um cão ou um gato (animais já domesticados), por terem recebido, muitas vezes desde a infância, a influência do convívio em família, no qual o hábito de criar pássaros fazia parte da vida social. Além desses elementos do discurso dos sujeitos, também verificamos que há em várias falas um conflito consciencial, ou seja, os sujeitos afirmam saber que as aves certamente prefeririam viver em seus habitats naturais, no entanto não as soltam porque, além do apego que sentem não lhes permitir tal feito, afirmam com convicção que, se o fizessem, as aves não conseguiriam sobreviver sozinhas na mata, devido à dependência que já fora gerada durante o cativeiro, no qual recebem de seus donos o alimento diário.

Proponho-me, a abordar outros elementos que foram surgindo na fala dessas pessoas, e que chamaram a atenção, pois trata-se de suposições e questionamentos acerca das aves que possuem, e de como essas se sentem na condição de cativeiro e no convívio com o ser humano. Alguns questionamentos chegam a níveis de um profundo pensar filosófico: quem pode afirmar ou negar algo, categoricamente, acerca de como se sentem estas aves? Apresentarei casos, contando as histórias das pessoas, sua relação com as aves e minhas percepções durante as entrevistas em suas casas. Descrevo ainda um interessante caso com o qual tive contato através da mídia para contribuir com o tema. Em seguida, discutirei as idéias que os sujeitos trouxeram em seu discurso sobre a liberdade, e como supõem que suas aves sentem-se em cativeiro. Por fim, faço considerações a respeito da zooterapia, como fonte inspiradora para se pensar na possibilidade de um saudável convívio entre humanos e outros animais, de forma a promover não apenas o bem-estar de ambos, como também a nossa empatia por esses seres.

Primeiro caso: Sra. L.N.A., 63 anos, dona de casa. Escolaridade: nível médio.

L.N.A. recebeu-me calorosamente em sua casa, e logo convidou-me a conhecer seus “bebês” (a forma como se refere aos dois papagaios), que vivem em sua companhia há vinte anos. Apesar de terem poleiros à disposição, sobre os quais passam uma parte do dia, os papagaios não são presos por correntes, e segundo L.N.A., em alguns momentos eles chegam mesmo a voar pela casa. Em certa ocasião, um deles voou até a árvore da calçada, o que a deixou apavorada diante da possibilidade de fuga da ave. No entanto, segundo ela, o próprio papagaio pôs-se a gritar em desespero, como se estivesse perdido e sem conseguir voltar para casa, de forma que aceitou passivamente que o filho de L.N.A. o tomasse nas mãos e o levasse de volta. Enquanto a ave gritava, ela assegurava: “Meu amor, a mamãe tá aqui! A mamãe tá aqui!”. Apesar de amar os dois papagaios como filhos, “respeita a vontade de Deus”, ou seja, se as aves viessem a fugir, iria sentir muito sua falta, mas compreenderia que aquele haveria sido o destino das mesmas.

Diante de meus olhos, acariciava as aves, passando os dedos sobre seus corpos, cheirando-lhes e beijando o rosto e as penas e até mesmo seus bicos, sem que elas apresentassem qualquer tipo de reação defensiva ou mesmo de agressividade. Ao contrário, suas penas se ouriçavam, eles ofereciam o pescoço aos beijos da dona, e fechavam os olhos enquanto os recebiam, numa manifestação de interação que, segundo L.N.A., era a expressão do prazer que sentiam, em virtude dos carinhos recebidos. Essa demonstrava conhecer muito bem as preferências de cada um, no sentido de quais carinhos mais apreciavam, quais seus alimentos favoritos, e a quais palavras e expressões melhor reagiam.

L.N.A. aponta que, em sua compreensão, os animais que são tirados de seus habitats e passam a conviver com os humanos acabam por ver, na pessoa que cuida, uma mãe, pois “na medida em que nós os adotamos, eles também nos adotam. É uma troca”. As palavras de L.N.A. mostram uma outra possibilidade na esfera da criação de animais silvestres: a de que esses animais não estejam simplesmente vivendo em cativeiro e sofrendo as conseqüências da perda de sua liberdade. Para além disso, nas palavras da entrevistada, há um benefício para o animal também, que recebe o carinho e cuidados que perdeu ou que sequer teve a oportunidade de conhecer no ninho materno. Em determinado momento da entrevista, quando perguntei se, em sua compreensão, os papagaios eram felizes vivendo naquele contexto, ela refletiu por um instante e ponderou:

Eu não vou dizer que eles têm tudo o que eles precisam, porque mesmo que eu fosse uma pessoa que tivesse estudado o assunto, eu não me acharia com essa capacidade de dizer isso, porque nem o ser humano se realiza por inteiro, né? Eu acho que seria um atrevimento da minha parte afirmar uma coisa dessa. Eu posso dar tudo de mim, tudo, tudo... mas mesmo assim eu não poderia dizer se eles são satisfeitos. Só quem sabe são eles e Deus, né? Não sei... talvez, do mesmo jeito como o ser humano sente falta de procurar uma praia, eles talvez sintam falta dos lagos, da mata, a liberdade em si. Mas eu acho que nada nem ninguém é perfeito. Só Jesus mesmo, e o povo fez foi crucificar (L.N.A.).

A partir deste questionamento de L.N.A., senti que em meu raciocínio investigativo começava a ser despertado um campo de reflexões ao qual eu ainda não havia dado atenção, questões verdadeiramente filosóficas sobre *o quê* se poderia e *quem* poderia, de fato, falar acerca de como se sentem os animais – de maneira geral – e, especificamente, os que vivem em cativeiro. Afinal, como poderíamos captar com absoluta segurança o modo como estes se sentem no convívio humano, sendo sua linguagem tão diversa em relação à nossa? Quem poderia afirmar, categoricamente, que animais cuja liberdade foi cerceada vivem com bem-estar ou em sofrimento? O que me proponho fazer nesse trabalho, muito aquém de responder a essas indagações, é reunir percepções de diferentes sujeitos e colocar minhas descobertas, que foram amadurecendo ao longo da pesquisa, de modo a provocar discussões, ao invés de posicionamentos fechados a respeito do assunto.

No próximo caso, a entrevistada D.U.J. traz questionamentos instigantes a respeito de uma suposta compreensão, por parte dos animais, sobre o significado da felicidade.

Segundo caso: Sra. D.U.J., 59 anos, cozinheira. Escolaridade: nível médio.

D.U.J. possui quatro periquitos silvestres, todos comprados em feiras, e da mesma forma que L.N.A., mantém as aves soltas em casa, sem nenhuma forma de gaiola, viveiro ou correntes em seus pés. Passam o dia no quintal, onde há jarros de plantas e uma bacia de água que a dona coloca à sua disposição para que se banhem quando queiram. Somente à noite, D.U.J. os coloca dentro de casa para dormirem. No entanto, o acesso das aves ao interior da casa é livre, e a qualquer momento podem andar por esse ambiente. Em virtude disto, D.U.J. afirma que, apesar

de viverem em sua casa, não estão em cativeiro, pois as aves podem ir embora a qualquer momento, se for essa a sua vontade.

Os periquitos andam pelo chão, emitindo sons e o tempo inteiro interagindo com os moradores, uma família de cinco pessoas. Segundo a Sra. D.U.J., as pequenas aves são sua companhia durante o dia, referindo-se a elas como filhas. A entrevistada é viúva, e seus filhos costumam passar o dia fora de casa, enquanto prepara marmitas sob encomenda, com o auxílio de duas funcionárias. Ao cessar o movimento do horário de almoço, ela volta à companhia das aves, com quem conversa em voz alta, sentindo-se mais confortada e entretida em seus momentos de solidão.

A entrevistada mostrou-se bastante solícita ao responder minhas indagações, mas assim como L.N.A., trouxe-me outras questões ainda maiores. Ao ouvir minha pergunta quanto à possibilidade de as aves serem felizes vivendo em sua casa, devolveu-me outra, profunda e mobilizadora: “E será que eles sabem o que é felicidade?”. E após algum tempo, ponderou:

Eu acho que eles vivem felizes. Eles só não têm a liberdade de viverem na mata, mas são soltos, não vivem em cativeiro. Comem na hora que querem, comem o que gostam, porque até a alimentação eu compro da que eles gostam: semente de girassol, essas coisinhas... então eu acho que eles são felizes (D.U.J.).

D.U.J. levanta, portanto, uma questão à qual não podemos oferecer uma resposta segura, mas apenas cogitações pessoais: “E será que eles sabem o que é felicidade?”, é a sua pergunta. Para além dessa, porém, lanço a seguinte: a compreensão, a *saber* sobre o que é felicidade é uma condição para que o sujeito – qualquer que seja sua espécie – *sinta-se* feliz? É necessário compreender racionalmente ou pensar sobre a felicidade para senti-la ou experienciá-la?

Reafirmo, com esses pensamentos, que o depoimento de D.U.J., assim como o de L.N.A., vieram trazer-me questionamentos que antes eu não havia levantado. Meu objetivo ao registrá-los é trazer ao texto diferentes aspectos acerca da vivência dos sujeitos possuidores de aves silvestres.

D.U.J. acrescenta ainda que existe uma espécie de compensação para a restrição da liberdade, que é oferecida aos periquitos em forma de comida, já que eles comem o que gostam e na hora em que querem comer. A questão do alimento está bastante presente no discurso desta Sra., em vários momentos de sua fala. Como psicóloga, eu poderia observar que, tendo um profundo valor em sua vivência profissional como cozinheira, o alimento entra em seu discurso

como um elemento projetivo, ou seja, ela enxerga, na experiência dos animais, uma valoração que ela mesma atribui à comida. Uma valoração tão forte que pode equiparar o alimento à própria liberdade desses animais.

Outro momento interessante na fala da entrevistada, e que também remete à questão do que podemos afirmar sobre a vivência pessoal dos animais, diz respeito ao que ela deduz ser a escolha das aves em permanecerem em sua casa. Ela afirma que os periquitos não vivem cativos. Porém, quando fala sobre a possibilidade de eles irem embora quando quiserem, ela não põe em consideração as adversidades que eles poderiam enfrentar no ambiente urbano. O trecho de entrevista a seguir vem explicitar esta questão:

Eu tenho eles até no dia que der certo. Quando for pra Deus levar, eles voam. Eu já criei outros bichinhos que chegaram na idade de voar e foram embora! Tem tanta mata aqui perto! Eles não vão é voltar pro interior, mas eles têm como conviver por aqui, tem muita casa, tem muita coisa. Eles não vão ser obrigados a ficar presos. Vão pras árvores! Vão de árvore em árvore até chegar onde eles querem! Vão viver livres. Livres da cidade, porque aqui em casa eles são livres (D.U.J.).

É interessante observar que, neste último comentário (“Vão viver livres. Livres da cidade, porque aqui em casa eles são livres”), D.U.J. aborda a possibilidade de que existam diferentes níveis de liberdade. Seus periquitos vivem um nível ou dimensão de liberdade que é circunscrito à sua residência: não estão acorrentados ou engaiolados.

Para Abbagnano (2000, p.606), a liberdade pode ser definida como “autodeterminação ou autocausalidade, ausência de condições e de limites, sendo, portanto, absoluta, incondicional”. No entanto, coloca que o termo pode, ainda, ser interpretado como “possibilidade ou escolha, sendo limitada e condicionada, isto é, *finita* (...).É uma medida de possibilidade, portanto escolha motivada ou condicionada. Livre é quem possui, em determinado grau ou medida, determinadas possibilidades” (p. 613). Portanto, o autor também admite que podem existir níveis de liberdade, da mais absoluta abertura à parcial restrição de opções.

Segundo a Sra. D.U.J., depende exclusivamente dos periquitos a escolha de experimentar outras esferas dessa liberdade, isto é, a liberdade de conhecer o entorno urbano, e até mesmo as paisagens naturais. E ela atribui às aves total capacidade de realizar tal intento:

Eles podem, sim, sobreviver sozinhos! Por que não? Talvez os que não conseguem sejam aqueles que já são presos há muito tempo, pássaro antigão, já velho numa gaiola. Mas esses novinhos assim, pode soltar que ele vai embora! (D.U.J.).

O entrevistado C.L.G., cujas percepções apresento no próximo caso, coloca-se, também, como intérprete dos sentimentos de suas aves. Acredita que esses animais possuem livre-arbítrio, e que permanecer em cativeiro é uma escolha dos mesmos.

Terceiro caso: Sr. C.L.G., 58 anos, servidor público aposentado. Escolaridade: nível médio.

O Sr. C.L.G. recebeu-me de modo bastante solícito, fazendo questão de logo me apresentar seus pássaros, todos engaiolados: um abre-e-fecha, um galo-de-campina e um caboclo lino, além das rolinhas livres que diariamente vêm pousar sobre a mureta de sua varanda em busca do xerém que ele lhes disponibiliza.

Ele pareceu-me bastante franco quando colocou suas motivações na criação das aves: são um auxílio terapêutico para que se mantenha ocupado e livre da depressão. Porém, falou também dos benefícios que oferece aos pássaros, sob a forma de alimentação, limpeza das gaiolas e a comunicação que estabelece cotidianamente, considerando estes fatores como suficientes para que as aves ali vivam felizes.

A comunicação entre C.L.G. e as aves é clara, segundo ele. O entrevistado afirma que percebe quando elas estão admiradas, prestando atenção no que ele faz, quando estão contentes com sua presença, ou quando estão entristecidas ou doentes. Em contrapartida, os pássaros também percebem quando o dono está tranqüilo, ou quando está triste ou com raiva (nesses momentos, segundo C.L.G., as aves permanecem caladas, fitando-o como se expressassem respeito e preocupação com seu estado de espírito). Um aspecto que chamou a atenção na fala de C.L.G. é o conflito em relação aos desígnios de Deus, quando se refere ao Livro do Gênesis e às recomendações divinas acerca da relação dos homens com os demais seres vivos:

Às vezes eu penso e soltar, mas eu fico com medo deles morrerem. Eu penso em soltar porque Deus mesmo disse: “domai todos os seres vivos”. Mas é pra domar, não é pra maltratar. Deus não disse pro homem ter o poder de domar todos os bichos da Terra? E pra mim, domar é cuidar, não maltratar o bichinho, é como tomar conta de uma pessoa, é

perguntar: “o que é que essa pessoa precisa?”. É fazer do mesmo jeito com um bicho (C.L.G.).

Nessa fala, C.L.G. parece refletir sobre sua atitude, pois, apesar da “autorização” divina expressa na escritura sagrada, demonstra dúvida a respeito da vida em cativeiro: seria esta uma atitude de maus-tratos para com os pássaros? C.L.G. possui a compreensão de que domar os animais deve incluir a empatia por eles, ou seja, a compreensão de suas necessidades. Porém, se em alguns momentos ele se posiciona de modo a compreender a necessidade do pássaro em ser livre para voar, em outros ele entra em contradição, afirmando o contrário:

Às vezes eu quero soltar, mas eu nem sei de onde eles vieram, o habitat deles. Como é que eu vou fazer? Eu só sei que aqui comigo eles são felizes. Agora, eu acho errado o cara pegar um bicho lá no habitat dele pra maltratar. Mas se for pra criar com carinho... aí, não sei o resto. Aí é com Deus. Um dia Deus vai julgar: “Tu tava errado”. Mas Deus disse que era pro homem domar, todos os bichos do mundo, então... mas domar, não é maltratar! Mas eles aqui têm liberdade! Eu abro a porta da gaiola e eles não saem! Já tão acostumados, o habitat deles já é aqui. Já tão há cinco ou seis anos com a gente, eles se acostumam, é como um cachorro ou um gato. Se você soltar um gato lá longe, ele volta pra sua casa! Volta! É por causa do carinho daquela pessoa com aquele bicho, se não tiver, ele não volta! Eu tô rezando o terço e pedindo a Deus o perdão dos meus pecados. Se eu estiver errado, que ele me perdoe, por tudo o que eu faço, fiz e vou fazer (C.L.G.).

Nesta última fala, o que mais chamou a atenção foi sua compreensão sobre o que é liberdade. C.L.G. afirma que, no interior das gaiolas, seus pássaros são livres, porque freqüentemente mantém as portinholas abertas enquanto faz a limpeza, e as aves jamais tentaram escapar. Para ele, a liberdade manifesta-se na “escolha” de permanecerem nas gaiolas, apesar de possuírem a opção de voarem. Este pensamento é semelhante ao da Sra. D.U.J, sobre o qual escrevi no caso anterior. Além disto, C.L.G. afirma que seus pássaros “não sabem que aquilo é uma gaiola, eles pensam que ali é a casa deles, pois já estão acostumados”. E acrescenta que eles sequer pensam sobre isso, ou seja, sobre o cativeiro, e que apenas dão atenção à comida que recebem todos os dias, pois se o cocho do alimento for retirado, eles manifestam um comportamento agitado, que para o entrevistado denota ansiedade diante de uma possível perda da comida. É interessante a recorrência do fator “alimento” no discurso dos sujeitos como algo primordial e que suplantaria a importância da liberdade na vida de suas aves.

C.L.G. arrisca-se a interpretar o que “pensam” seus pássaros, mas deixa em aberto esta interpretação, pois, segundo ele, somente Deus detém as respostas certas e a justiça sobre nossos atos para com os animais. Assim como a Sra. L.N.A., o entrevistado coloca a impossibilidade de afirmarmos categoricamente algo a respeito da vivência dos animais. Então, se não podemos afirmar, nem negar, a existência do bem-estar destas aves no cativeiro, o que fazer diante do hábito de criá-las, que é tão difundido e tem implicações ecológicas e bioéticas tão profundas, como colocado na Introdução deste trabalho?

No próximo caso, narro a experiência de um casal de psiquiatras que possui aves silvestres em cativeiro de forma legal, fazendo do convívio com as mesmas um benefício não apenas para si próprios, mas estendendo-o aos seus pacientes. É um caso particular, a partir do qual passei a refletir acerca das possibilidades de interação entre humanos e outras espécies de animais, no contexto da zooterapia, bem como trouxe-me questionamentos sobre a legalização do comércio desses animais, que discutirei no capítulo 4.

Quarto caso: Dr. Irineu Reis e Dra. Sibebe Buzo, médicos. Escolaridade: nível superior.

No dia 12 de agosto de 2009, no programa Mais Você, veiculado pela Rede Globo de Televisão, a reportagem intitulada “Aves exóticas” foi ao ar. De fato, havia algumas espécies da categoria das aves exóticas no vídeo, mas também aves silvestres (ver definições destes termos na página 26). Nesse caso particular, essas aves vivem em seu poder dentro das normas legais, isto é, são oriundas de criadouros comerciais. No entanto, o caso vem ilustrar este subcapítulo por me ter chamado a atenção durante a pesquisa, e ainda, por acrescentar mais elementos à busca de respostas que me motivaram à escrita deste subcapítulo.

Tratava-se de algumas aves que apresentavam comportamento diverso em relação aos demais indivíduos de suas espécies, chegando a ações bastante curiosas, como a cacatua²⁸ que conseguia abrir o cadeado e depois a porta da gaiola na qual vivia, tudo com alguns movimentos do bico. Os donos, um casal de psiquiatras, Dr. Irineu Reis e Dra. Sibebe Buzo, afirmavam que o animal havia aprendido a executar tal tarefa a partir da observação, pois todos os dias eles abriam a portinhola a fim de realizar a higienização da gaiola e a troca de água e alimentos. A ave passou,

²⁸ Segundo a Nova Enciclopédia Barsa, vol 1 (2001, p. 195), a cacatua é uma “ave psitaciforme da família dos cacatuídeos, originária da Austrália, com cerca de 30 espécies. Sua plumagem pode ser branca, cinzenta, vermelha ou preta, com cauda curta e crista frontal que eriça”.

então, a realizar todos os passos para abrir a porta: tomava em seu bico a chave, girando-a na direção correta, retirava cuidadosamente o cadeado, abria o ferrolho e em seguida empurrava a porta, saindo da gaiola e chegando ao topo da mesma, onde permanecia. Se colocada novamente no interior da gaiola, a cacatua gritava ruidosamente.

A dona logo se comunicava com ela, afirmando que iria soltá-la, desde que ela cessasse o barulho, pois era insuportável aos ouvidos das pessoas. Ela falava calmamente, erguendo o dedo como se pedisse a atenção da ave, que silenciava, e em seguida emitia sons incompreensíveis, mas num tom suave que se assemelhava à forma humana de dizer que concorda com algo que foi proposto, e que vai cumprir sua parte no acordo. Dra. Sibebe afirmava ainda que, ao andar com a ave (um macho, de nome Nick) dentro do elevador, ele via sua imagem refletida no espelho e verbalizava: “Oi! Tudo bem, Nick?”. Durante a entrevista, Nick subia no punho e depois no ombro do repórter, e sonorizava: “Deixa eu falar um negócio pra você!”. O repórter interpretou o comportamento da ave como sendo um gosto pela companhia dos humanos, e que a ave queria participar da entrevista. O casal de psiquiatras possuía ainda outros espécimes, como araras vermelhas. Seu interesse pela criação dessas aves começou como um gosto pessoal, e eles as levavam de casa para o consultório para que pudessem dar-lhes maior atenção. No entanto, começaram a perceber que os pacientes que sofriam de ansiedade e depressão passaram a manifestar melhoras em seus quadros clínicos na medida em que tomavam contato com as aves, acariciando-as ou simplesmente contemplando sua beleza e ouvindo seus sons. O casal de médicos, então, incorporou à sua prática clínica o acesso dos pacientes a esse contato com as aves, de modo que estas ganharam um amplo espaço na clínica, especialmente ambientado para acomodá-las.

Esta prática, já bastante difundida no mundo sob o nome de zooterapia, deve ser devidamente acompanhada por profissionais capacitados. Há que se compreender essa relação como possibilidade terapêutica para o homem, mas que também respeite os limites e hábitos dos animais com a ajuda dos quais se realiza a terapia. A Dra. Sibebe afirma que “a gente tende a ver os animais como brinquedos à nossa disposição, mas temos que respeitar o fato de que são seres vivos e que têm instintos”. Foi então que comecei a buscar fundamentação acerca da zooterapia, ou Terapia Assistida por Animais (TAA). Kobayashi (2009, p. 632), a define da seguinte maneira:

A TAA é uma intervenção direcionada, individualizada e com critérios específicos em que o animal é parte integrante do processo do tratamento. Esta

intervenção deve ser aplicada e supervisionada por profissionais da saúde, devidamente habilitados, sendo todo o processo documentado e avaliado periodicamente, objetivando promover a melhora da função física, social, emocional e/ou cognitiva dos pacientes.

De acordo com Oliva (2008) e Martins (2004), a TAA foi utilizada de forma pioneira e intuitiva em 1792 no tratamento de doentes mentais, por William Tuke. A equoterapia, uma modalidade da TAA que se realiza com o auxílio de cavalos, teve seus primeiros relatos como tratamento médico no século XVIII, com o objetivo de melhorar o controle postural, a coordenação e o equilíbrio de pacientes com distúrbios articulares.

Na década de 1960, o psiquiatra Boris Levinson desenvolveu a Psicoterapia Facilitada por Animais, utilizada no tratamento de transtornos de comportamento, déficit de atenção e problemas de comunicação em crianças (MARTINS, 2004).

Segundo Juliano (2008) e Vaccari (2007), em decorrência dos resultados dessas experiências, nas últimas décadas a TAA tem sido aplicada em diferentes programas que auxiliam a recuperação da saúde mental, obtendo melhora na comunicação, auto-estima e capacidade para assumir responsabilidades; nas interações sociais e também reduzindo a violência em pacientes e presidiários.

No Brasil, a psiquiatra Nise da Silveira encontrou na TAA uma forma de tratamento para a esquizofrenia. Entre outras atividades, gatos foram utilizados para o tratamento de doentes com distúrbios mentais (JULIANO, 2008). Em São Paulo, a médica veterinária e psicóloga Hannelore Fuchs coordena o projeto Pet Smile há dez anos, onde voluntários levam animais para interagir com crianças em hospitais (VACCARI, 2007). Em 2000, foi fundada a Organização Brasileira de Interação Homem-Animal Cão Coração, que promove o Projeto Cão do Idoso, também em São Paulo. Tal atividade é aplicada em casas de repouso ou abrigos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, o bem estar, integridade e respeito ao idoso (JULIANO, 2008; MARTINS, 2004).

Segundo San Joaquín (2002), a utilização do estímulo sensorial do tato com a presença e interação dos animais, pode recuperar a auto-estima e a sensibilidade, além da reintegração à sociedade por meio da melhora do contato social que o animal permite. Para Vaccari (2007), é indicada para auxiliar nas diversas situações clínicas, pois proporciona benefícios emocionais e espirituais para os pacientes de modo geral.

A TAA pode ser aplicada em várias faixas etárias e em diferentes locais, tais como: hospitais, ambulatórios, casas de repouso, escolas, clínicas de fisioterapia e de reabilitação. São utilizados todos os tipos de animais que possam entrar em contato com os humanos sem proporcionar-lhes perigo. O cão é o principal animal, pois apresenta uma natural afeição pelas pessoas, é adestrado facilmente, cria respostas positivas ao toque e possui uma grande aceitação por parte das pessoas. Estudos demonstram que o auxílio de animais que podem ser tocados resulta numa terapia mais efetiva (KOBAYASHI, 2009). Porém, a Fundação Selma, em São Paulo, conta com o auxílio não apenas de cães e cavalos (equoterapia), como também, na área da educação, de ratos, coelhos, porquinhos-da-índia e até algumas aves, em trabalhos com crianças e adolescentes com problemas de linguagem, de percepção corporal e de controle da ansiedade. A experiência mostrou-se promissora no tratamento de crianças com hiperatividade e com quadros depressivos (JULIANO et al., 2007).

Tendo verificado estas e tantas outras referências à zooterapia, pus-me a cogitar o quão benéfica essa relação terapêutica pode ser para ambos os envolvidos. Segundo Juliano (2008), os benefícios devem ser estendidos ao animal, que deve ser tratado com cuidados específicos, carinho e respeito. No caso das aves, há para mim um conflito, pois penso que não é possível respeitarmos completamente seus hábitos, já que mantê-las engaioladas priva-lhes a liberdade. Porém, a partir dos depoimentos dos sujeitos abordados, questiono se, de fato, os cuidados e atenção oferecidos poderiam suprir essa falta, pois o comportamento das aves é nitidamente alterado na presença do dono, como testemunhei em algumas residências. A docilidade para com o dono é inegável.

Esses quatro casos relatados vêm mostrar o contexto de pessoas que vivem com suas aves uma relação de cuidado, dedicação e, segundo suas palavras, de amor. Em alguns casos, relações nas quais os sujeitos sentem-se respeitando as necessidades de liberdade das aves, deixando-as “livres dentro de casa”, ou seja, sem correntes em seus pés, gaiolas ou viveiros. E, segundo esses sujeitos, esse nível de liberdade seria suficiente para o bem-estar do animal. Há uma proximidade tão intensa das aves em relação aos seus donos que observamos, em alguns casos, a troca de carinhos físicos e comportamentos nos quais o animal parece muito à vontade para permanecer sobre o corpo do dono, ou mesmo para estreitar o convívio diário com outras pessoas que se aproximem do ambiente. Esses sujeitos afirmam que se dedicam ao máximo para que suas aves sintam-se felizes.

Para além disto paira a incerteza a respeito dessa felicidade. Como coloca L.N.A., “nem mesmo o ser humano se realiza totalmente”. Como podemos, então, afirmar se esses animais podem se sentir plenos? Ou ainda, como questiona D.U.J., “será que eles sabem o que é felicidade?”. Para o casal de psiquiatras que contam com a ajuda das aves para a recuperação de seus pacientes, podemos, sim, criá-las em cativeiro, desde que respeitemos seus instintos e não as vejamos como brinquedos à nossa disposição. Que dizer, então, do instinto de viver em liberdade, em seu habitat original, voando e buscando seu próprio alimento? Respeitamos este instinto ao aprisionarmos estes animais, ainda que lhes concedamos o espaço da casa por inteiro? E o que dizer da declaração do Sr. C.L.G., que afirma, com muita convicção, que, na percepção daqueles pássaros, a gaiola não é uma prisão, mas já é a sua própria casa, sem a qual eles se sentiriam inseguros?

Mesmo que não possamos afirmar a existência de sofrimento em qualquer contexto de cativeiro, isto justifica a continuidade dessa prática? Seremos carinhosos com animais silvestres, fornecer-lhes a alimentação adequada e banhos de água e de sol, bem como procurar interagir com eles por meio da fala, todas estas atitudes nos conferem o direito de retirar-lhes de seu habitat natural e do convívio com seus pares, transferindo-os para o nosso? Seremos substitutos perfeitos, ou ao menos razoáveis, para o contexto original de vida dessas espécies? Para esses sujeitos, há uma legitimação do cativeiro que se faz exatamente por conta de toda esta dedicação, que em verdade oferecem às aves tomando por base os valores humanos (conversar, estar presente, higienizar e alimentar, etc.). As demais necessidades das aves não são observadas neste contexto. É exatamente aqui que cabe a compreensão da Bioética.

Tomando por referência as concepções de Peter Singer (2004), nenhuma atitude desses sujeitos, ainda que seja oriunda das mais elevadas intenções, e que tenham o suporte de um forte e sincero afeto, pode justificar ou legitimar o aprisionamento dessas espécies. Ainda que as tenham em casa fora de gaiolas ou viveiros. Isto porque, segundo o filósofo, pensar eticamente, neste caso, implica em considerar os interesses que sejam próprios dos sujeitos com os quais estamos lidando, neste caso, as aves (SINGER, 2004).

Tomar em consideração seus interesses seria permitir que vivessem, integralmente, sob os desígnios de sua própria natureza, isto é, de tudo aquilo que lhe é próprio: o instinto de viver em liberdade para voar, se movimentar como lhe convenha e até onde lhe seja possível alcançar; buscar seu alimento nos locais e momentos que espontaneamente lhe ocorrerem; buscar

acasalamento e reprodução na época e local que lhes sejam adequados; manifestar comportamentos outros que sejam próprios de sua espécie, como lutas por território, migrações, revoadas em bando, criação dos filhotes, aprendizado do voo e das demais habilidades necessárias à sobrevivência, o que, em cativeiro, ainda que sejam cercadas de cuidados humanos, definitivamente não podem realizar.

Ao oferecermos a estes animais todas as atitudes descritas pelos sujeitos como suficientes ao seu bem-estar, estamos tomando por base o referencial humano, e não o do animal. Estamos atribuindo à ave sentimentos de gratificação – e mesmo de gratidão ao dono – a partir da visão de mundo oriunda da posição humana neste mundo, e não da posição do animal. Ao deixar de perceber a importância da liberdade para os animais da maneira como descrevi no parágrafo anterior, estamos deixando de oferecer-lhes um nível mais profundo de empatia, ou seja, deixamos de compreender o referencial e as necessidades dos animais, e colocamos nossos valores como centrais e definidores do que seja bom ou mau para os outros seres.

Na tentativa de solucionar este conflito, cheguei ao seguinte ponto: penso que os princípios da Bioética continuam sendo válidos. Porém, há que se distinguir, cuidadosamente, o tráfico de animais silvestres, que traz prejuízos massivos ao meio ambiente devido à morte de milhões de animais por ano em todo o mundo, e a proposta de se ter, como animais de estimação, mediante controle e fiscalização, algumas espécies que possam contribuir para a saúde e o bem estar de nossa própria espécie. Para isto, porém, são necessários critérios rigorosamente definidos, para que não haja os prejuízos que o tráfico acarreta.

Há, porém, o problema já abordado no capítulo 2 desse trabalho: sobre a falha na fiscalização e cumprimento das leis em nosso país. Isso é um fator que torna árdua a tarefa de estabelecer, com razoabilidade, a posse de animais silvestres no Brasil. Esse fator, porém, no momento está além de minhas possibilidades de abordagem nesse trabalho. Continuo considerando a Bioética como um forte referencial teórico para refletir acerca de nossas ações, pois provavelmente ainda não contamos com estrutura sócio-político-cultural para definir uma conduta em relação aos animais silvestres para além das leis estabelecidas. Além disso, o tema central deste trabalho continua sendo o tráfico de animais silvestres, e não podemos olvidar que este se trata de atividade criminosa, danosa aos ecossistemas, realizada sem cuidados para com a vida dos animais, e portanto, extremamente antiética. Quanto ao tráfico, definitivamente penso que deve ser combatido, não apenas por meio da fiscalização, mas também por meio da

prevenção, ou seja, do esclarecimento, da reflexão, da educação. A Bioética pode ser uma forte auxiliar nesse processo preventivo. A esfera educativa da Bioética é o tema sobre o qual discorrerei no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

ASAS ABERTAS: A BIOÉTICA COMO PERSPECTIVA DE MUDANÇAS.

Diante das considerações expostas nos capítulos anteriores, como pensar o tráfico de animais silvestres? Em minha compreensão, como um fruto da racionalidade mecanicista, que coloca o ser humano à parte da natureza, e, portanto justifica sua coisificação, a partir da noção de que o homem é superior aos demais seres vivos. E considerando-se superior, o homem acredita-se no legítimo direito de dominá-los e utilizá-los na satisfação não apenas de suas necessidades, como também de seus caprichos, como colocou um sujeito entrevistado (A.B.R.).

No entanto, para além do tráfico de animais silvestres, há uma outra forma de dominação que desejo abordar no presente capítulo: trata-se da criação de animais silvestres em cativeiros autorizados pelo IBAMA para comercialização. Seria esta prática, que ocorre em relação a diversas espécies, a solução para a problemática do tráfico? Por um lado, podemos pensar que, ao adquirir um animal silvestre legalmente, o comprador não estaria contribuindo para a retirada maciça de tantos outros animais de seus habitats. Contudo, há que se considerar que, apesar de estar em conformidade com as leis, esta compra continuaria a contribuir para a privação de liberdade do animal “adquirido”.

Na busca de uma resposta ética, devemos ter em mente que, independente de se ter um ou mil papagaios privados de liberdade, por exemplo, cada um deles estaria passando pela mesma restrição. É verdade que o dano ambiental é incomparavelmente maior no caso da captura dos mil papagaios. No entanto, podemos questionar: o combate ao tráfico de animais silvestres deve ser justificado apenas pela noção de se preservar a biodiversidade, ou seja, as espécies como entes coletivos? Não seria ainda mais relevante pensar no bem-estar individual e imediato dos próprios seres que compõem estas espécies, seres sencientes, sensíveis, capazes de sofrer, de sentir dor, e portanto com interesses próprios? O termo “interesses” é aqui utilizado como referência à visão de Peter Singer (2004) em relação ao que move os seres vivos a lutarem pela sobrevivência. Ao invés de falar sobre direitos, o autor trata do termo interesses, significando a autonomia que cada ser vivo possui de empreender esforços na busca daquilo que lhe for essencial. A igualdade de consideração entre o homem e os outros animais refere-se, portanto, a uma igualdade de consideração de interesses: todos devem ter seus interesses igualmente respeitados, seja o interesse pela vida, seja pela liberdade (SINGER, 2004).

No capítulo anterior, escrevi acerca de compreensões a partir da observação da troca afetiva entre algumas aves e seus donos. Contudo, gostaria de deixar claro que, apesar de haver compreendido que é possível um convívio benéfico para ambos, homem e ave, e apesar de compreender os efeitos igualmente benéficos da zooterapia, penso que não devemos interferir nas vidas desses animais. Ou seja, aqueles animais que se encontram no convívio humano há tempo suficiente para ter se adaptado a esse contexto, poderiam continuar vivendo desse modo, tendo em vista que, muitas vezes, o animal não mais apresenta condições de sobreviver sozinho em seu habitat de origem. Da mesma forma, aqueles que se encontram integrados ao convívio humano na zooterapia, desde que já exista um vínculo entre o animal, a equipe que lhe dedica cuidados, e os pacientes que recebem as sessões terapêuticas. Excetuando-se esses casos, minha compreensão é de que não devemos prosseguir com as ações de captura, tampouco com a criação em cativeiro para fins comerciais. E isto, para mim, se justifica pelo fato de que estes animais têm vidas, dotadas de seu próprio plano de existência, sobre as quais não devemos intervir. Penso que nada legitima nossa atitude de dizermo-nos donos de um outro ser vivo, como se fossem mercadorias inertes fabricadas pelo homem, e que podemos vender e comprar.

Além da questão da ilegitimidade de qualquer comércio ou apropriação sobre outras vidas, penso que há, ainda, o custo de uma ave silvestre nascida legalmente em cativeiro que é altíssimo em relação ao de uma ave obtida através de um traficante, podendo chegar a alguns milhares de reais em função da espécie procurada. Isto implica exclusão social, ou seja, apenas pessoas dotadas de mais elevado poder aquisitivo poderiam comprar animais silvestres. Cheguei a esta reflexão a partir da fala do entrevistado F.C.T., que verbalizou sua indignação contra o IBAMA e as leis que proíbem os cidadãos de capturar ou comprar as referidas aves sem a devida autorização do órgão, pois isto impossibilita os sujeitos socialmente desfavorecidos de terem seus passarinhos cantando em casa. Então, a política de legalização do comércio é excludente, nesse aspecto. Logo, há que se pensar: se apenas uma reduzida parcela da população tiver acesso a compras como essas, seria mais justo que ninguém tivesse? Ou ainda, que houvesse subsídios governamentais para que as pessoas socialmente desfavorecidas pudessem também adquirir seus pássaros? Isto seria uma continuação da mesma racionalidade, ou seja, continuaríamos enxergando os animais como objetos de consumo. Talvez apenas sob um olhar um pouco mais preocupado com a conservação das espécies, mas ainda assim enxergando-os como mercadorias passíveis de compra. Neste caso, o que fazer?

Não sendo meu intento apresentar uma solução final para estes questionamentos, que requerem decisões coletivas, venho apenas expor essas questões e fomentar o ato de refletir, aos que tiverem contato com a presente leitura. Do mesmo modo, a educação pautada na Bioética, sobre a qual discorrerei ainda neste capítulo, oferece condições para que os educandos, a partir de sua discussão, possam construir, de forma autônoma, suas próprias respostas.

Tendo em vista que o tráfico de animais silvestres promove uma intensa corrente de violência impingida a esses seres, como exposto na Introdução e Capítulo 2 deste trabalho, compreendo a compra por meio do tráfico como um ato antiético, ainda que os compradores não possuam a consciência de que são um elo que mantém essa cadeia de violência. Daí a necessidade de um processo educativo, que facilitaria a tomada de consciência do ser humano acerca desses elos. Nesse processo, o ensino formal de Bioética tem papel fundamental. É esse assunto que desenvolveremos a seguir.

4.1. A Bioética na educação, ou a educação baseada na Bioética?

Envolvendo profissionais da tecnociência, humanidades, ciências sociais, direito e política, a Bioética propõe a aplicabilidade de seus estudos a partir de quatro grandes áreas: 1) Pessoal (questões como, por exemplo, a relação médico-paciente), 2) Social, econômica e política, que envolve temas como a justa alocação de recursos para pesquisas em biotecnologia, 3) Pedagógica (os modos de se promover o ensino da disciplina) e 4) Ecológica. A dimensão ecológica da Bioética, que está mais diretamente relacionada a esta investigação, aborda temas como a proteção ao meio ambiente, a exploração de recursos naturais, desertificação, poluição, extinção de espécies, utilização em condições éticas de animais e plantas, proteção da qualidade de vida dos animais e proteção da biodiversidade (ARCHER, 1996). Portanto, o tráfico de animais silvestres constitui-se como temática relevante para o estudo bioético, pois contribui sobremaneira para a extinção de espécies, além do comprometimento do bem-estar dos animais envolvidos.

Sobre a questão do tráfico, uma postura que definitivamente se opõe ao aprisionamento de qualquer espécie animal é o movimento de defesa dos direitos dos animais, também conhecido como movimento da libertação animal ou abolicionismo animal, que tem em Peter Singer²⁹ e Tom

²⁹ Singer é filósofo e professor de origem australiana. Leciona na Universidade de Princeton (EUA) na área de ética prática, tratando questões de ética sob uma perspectiva utilitarista. O Utilitarismo, corrente do pensamento ético inglês dos séculos XVIII e XIX, supõe a coincidência entre a utilidade individual e a utilidade pública, isto é, que a

Regan³⁰ seus principais representantes. Foi a partir das considerações desses dois autores que consolidei minha compreensão sobre o caráter antiético do tráfico de animais silvestres, compreensão que já trazia comigo, mesmo quando ainda não havia tomado contato com maiores informações a respeito dessa realidade.

O abolicionismo constitui-se num movimento de luta contra qualquer uso de animais não humanos que os torne propriedade de seres humanos. É um movimento que não se contenta em regular o uso de animais, como na pecuária e nos experimentos científicos, por exemplo, tornando-o “humanitário”, mas que procura incluí-los numa mesma comunidade moral que os humanos. Em sua obra *Libertação Animal*, Singer (2004) propõe uma reflexão sobre o estatuto moral³¹ dos animais não humanos. Ele parte do princípio de que, se não podemos fazer diferenciações morais entre seres humanos em virtude de características como cor ou sexo, então também não se justifica que façamos diferenciações entre seres vivos devido a uma particularidade biológica, ou seja, a espécie à qual pertencem. A rejeição ao racismo (depreciação daquele que não pertence à mesma etnia do grupo de referência) e ao sexismo (depreciação daquele que não pertence ao mesmo sexo do grupo de referência), são exemplos do reconhecimento da igualdade moral entre os seres humanos. O autor explica que isso não se constitui numa suposta igualdade factual entre os seres humanos, mas na prescrição de que devemos atribuir igual consideração aos interesses de quaisquer seres humanos, independente de sua raça ou sexo. Dessa forma, propõe que temos de estender essa compreensão aos animais não humanos, pois do contrário estaremos sendo especistas, ou seja, estaremos estabelecendo uma fronteira baseada na espécie. E para Singer, esta fronteira é totalmente arbitrária.

Singer (2004) trata basicamente de duas formas de exploração animal, por serem as que mais provocam sofrimento a um maior número deles: a pecuária e a experimentação científica. Assevera que existem diversas outras práticas especistas, e que devem ser abolidas. No entanto, se

felicidade alheia seria baseada em circunstâncias semelhantes às que se associam à felicidade do próprio indivíduo (ABBAGNANO, 2000).

³⁰ Tom Regan, filósofo estadunidense especialista na teoria dos direitos dos animais, é professor emérito de Filosofia da Universidade da Carolina do Norte. Ativista dos direitos animais, publicou, entre outros, *The Case for Animal Rights*, *Animal Rights and Human Obligations*, este organizado com Peter Singer, e *Jaulas Vazias*, seu primeiro livro publicado no Brasil.

³¹ Para Abbagnano (2000, p. 367), a palavra *estatuto* designa o “conjunto de normas que definem o estado, ou seja, a condição ou o modo de ser de um grupo social”. Já o vocábulo *moral* pode significar, como substantivo, o objeto de estudos da Ética, ou seja, “conduta dirigida ou disciplinada por normas”; ou ainda, como adjetivo, aquilo que é “atínente à conduta e, portanto, suscetível de avaliação” (p. 682).

começarmos pelas duas citadas, as demais não tardarão a ruir. Ele destaca que em toda a história humana houve uma repetida negação da igualdade em relação ao outro, e portanto o não reconhecimento do respeito devido a esse outro. E acrescenta que todos os seres que possuem interesses devem ser respeitados, e para com eles temos a obrigação de dispensar consideração. Para o autor, o que distingue os seres que possuem interesses dos que não os possuem é a capacidade de sofrer ou de sentir prazer (senciência). Ou seja, se um ser vivo é capaz de fugir da dor ou de buscar o bem-estar, então deve ter sua vida preservada. Isto me faz pensar nos milhares de animais silvestres que chegam a óbito, anualmente, devido à captura e condições de transporte, no tráfico. Esses seres, dotados de sensibilidade à dor e às ameaças às suas vidas, as têm sacrificadas sem que possam se defender. Seu interesse pela manutenção da vida é deliberadamente desrespeitado.

Para uma melhor compreensão do que seria a igual consideração de interesses diferentes, cito um exemplo que o referido autor coloca: não devemos tratar dois seres ou dois grupos diferentes da mesma maneira, mas observar o que a sua natureza requer de nós. Em relação a crianças em idade de alfabetização, nossa responsabilidade sobre seu bem-estar exige, além de outras ações, que as ensinemos a ler. No entanto, o bem-estar de porcos famintos exige que os alimentemos, mas não que eles aprendam a ler. Desta forma, a igual consideração de interesses requer o reconhecimento das necessidades de cada um, e a igual valoração dessas necessidades, ainda que sejam diferentes das nossas. No entanto, o interesse em evitar o sofrimento é pertinente a todos os seres capazes de senti-lo (SINGER, 2004).

Tom Regan, por sua vez, chega a criticar Peter Singer devido ao critério da sentiência. Para Regan (2006), há interesses que devem ser respeitados, ainda que não sejam vinculados às categorias dor ou prazer. O que realmente importa, para o filósofo, é que o ser se constitua como *sujeito de uma vida*, isto é, que seja capaz de diferenciar, por sua própria experiência, aquilo que lhe causa bem ou mal segundo sua própria vida individual. Isto, em minha compreensão, abrange, mas vai além, da fuga da dor. Diz respeito à realização de todos os potenciais inerentes àquele ser.

Porém, o autor dá um passo além do individual, pois coloca que não apenas os sujeitos de uma vida devem ter seus interesses considerados. Para além disso, propõe uma verdadeira ética ambiental. Regan (2006) coloca como participantes da comunidade moral, ou seja, do grupo de seres que possuem estatuto moral, todos os dotados de valor inerente. Este conceito é de vital importância em sua teoria. Ele considera que existe um valor inerente em cada modo de vida

específico, seja de natureza humana, animal, ambiental ou paisagística. Tudo o que possui valor inerente deve fazer parte da comunidade moral, sendo considerado digno de respeito, e portanto de ser preservado. O filósofo defende que o estabelecimento de uma ética ambiental deve observar a significância de todos os seres vivos, humanos e não-humanos, e reconhecer que a classe dos seres que possuem estatuto moral inclui, mas ultrapassa, o conjunto de seres que possuem consciência, alcançando seres não conscientes, como plantas e ecossistemas.

Em sua obra *Jaulas vazias*, ele argumenta que devemos reconhecer que os animais também têm direito à vida, à integridade física e à satisfação de necessidades biológicas, individuais e sociais. Estas necessidades são as mesmas que os seres humanos não admitem perder: os direitos relativos à liberdade de mover-se para prover seu próprio bem-estar (REGAN, 2006).

O autor defende, portanto, a abolição total do aprisionamento de animais. Em vez de jaulas maiores, conforme defendido por bem-estaristas e humanitaristas, ele propõe abrir definitivamente as jaulas nas quais animais de todas as espécies se encontram aprisionados por humanos, porque, por mais que o disfarcem em discursos humanitários, aqueles que mantêm animais confinados jamais alcançam oferecer realmente aos animais o bem-estar próprio de sua espécie. Não é em jaulas que os animais podem encontrar conforto e viver de acordo com sua natureza. Em *Jaulas vazias*, discorre a respeito de onze práticas contemporâneas de abuso e exploração de animais que qualquer relutante pode abolir. O fim dessas poucas práticas já representa um avanço no percurso da defesa de direitos animais. São elas: o uso de animais em espetáculos; o aprisionamento de golfinhos em parques aquáticos; a caça em cercados; a criação de galgos (raça de cães esguios e velozes) para corridas; a industrialização de peles em curtumes e engenhos; o abate de focas; a dissecação obrigatória; as experiências de laboratório com cães; os testes de toxicidade em animais; a detenção de animais; o comércio clandestino de animais (REGAN, 2006).

Na compreensão de Sônia Felipe (2006), o valor da vida está na vida mesma, ou seja, não está confinado no corpo, que é apenas uma configuração, uma manifestação que só aparece por causa da própria vida. A partir dessa premissa, a autora coloca que, se o valor moral é invariável, e se a vida é a detentora desse valor, então qualquer configuração da vida, seja vegetal, seja animal não-humana, ou humana, tem valor moral. Se a ética deve servir para preservar o que tem valor, não há como se colocar critérios discriminadores para preservar o mesmo valor, somente

porque determinada forma de vida não se apresenta sob uma configuração que elegemos, tradicionalmente, como definidora do valor da vida, ou seja, a forma humana. Em consequência desse pensamento, assevera a autora, há que se rever toda a filosofia moral tradicional.

Para Peter Singer (2004) e Tom Regan (2006), critérios como os da razão, consciência, intelecto, linguagem e pensamento, não são válidos para definir o caráter dos membros da comunidade moral. Eles justificam essa negação com base no argumento de que esses critérios excluem da comunidade moral não apenas todas as espécies não-humanas, como também muitos humanos que não os possuem ou os perderam, em virtude de doença, idade ou acidente. Considerando-se que a ética e a justiça são a expressão máxima da razão humana, lembra Felipe (2006), a discriminação moral de seres semelhantes, por parte dos humanos, deve ser questionada.

Singer (2004) e Regan (2006) indicam, portanto, outros critérios para definir os participantes da comunidade moral: a vida, a autonomia prática, isto é, a capacidade de mover-se para se autoprover de acordo com sua espécie, a vulnerabilidade e o valor inerente. Logo, segundo esses autores, nossas ações devem respeitar, e não violar ou prejudicar, sujeitos vivos, livres e vulneráveis.

Segundo Felipe (2006), o grande e atual desafio da ética é o de considerar a existência não apenas de sujeitos morais racionais, mas também o de sujeitos morais naturais. A autora explica que o termo *sujeitos morais naturais* é uma designação para indicar o sujeito moral que, para os critérios humanos, é destituído de racionalidade. Acrescenta que foi exatamente esta barreira da racionalidade que utilizamos desde os antigos textos do judaísmo para tratar os animais como objetos de propriedade humana, utilizando-os sem nos questionarmos sobre seu valor moral. Ela concorda com Regan no sentido de que a senciência, proposta por Peter Singer, não é critério suficiente para fundamentar a definição de limites à liberdade humana, pois há casos nos quais os seres humanos podem fazer mal a outros seres vivos sem causar-lhes dor e sem tirar-lhes a vida. De acordo com a autora, uma vida pode ser privada das condições necessárias à sua expressão plena, específica, sem necessariamente representar dor ao sujeito privado dessas condições.

Aqui novamente lembro a questão da privação de liberdade que, sobretudo no caso das aves, considero uma restrição das mais graves. Mesmo reconhecendo o esmero dos sujeitos entrevistados quanto às aves que têm em casa, e ainda que não possamos saber se estas aves vivem com real felicidade (e se este termo lhes pode ser aplicado da mesma forma como o compreendemos para nós, humanos), meu entendimento é de que nenhum convívio fora de seu

habitat e de sua liberdade original, por mais profunda que seja a dedicação humana, substitui a condição de viverem na plena realização de seus potenciais.

Por essas razões, Tom Regan leva em conta não apenas a senciência, mas a vulnerabilidade ao dano. O sujeito moral racional (o homem), portanto, deve levar em conta a vulnerabilidade dos sujeitos morais naturais aos desdobramentos dos seus atos. O filósofo coloca que a ética deve estabelecer padrões para guiar as ações humanas em todas as suas dimensões. Tirar a vida e causar dor e sofrimento são ações humanas que devem ser reguladas por um princípio moral. Mas há uma infinidade de outras ações que causam mal ou danos a outros seres vivos sem tirar-lhes a vida nem causar-lhes dor, e que devem ser igualmente proibidas. Para definir que interações seriam essas, o critério utilizado é, novamente, o da vulnerabilidade, isto é, a capacidade de sofrer em consequência da intervenção indevida de sujeitos racionais em seu ambiente natural. Ou seja, toda forma de abuso, exploração, maus-tratos, privação, restrição, e finalmente morte (REGAN, 2006).

Figueiredo (2005, p.160) tece comentários sobre o tratamento que devemos prestar aos animais: “somos da opinião de que todo animal deve ser tratado com respeito, pois são criaturas dotadas de sentimento e sensíveis à dor”. Da mesma forma, a opinião de Romanowski (1997, p.66):

Toda a forma de vida tem o mesmo direito à vida. Além disto, uma vez que o *Homo sapiens* é presentemente a espécie dominante no planeta, temos o dever moral de garantir a sobrevivência dos únicos companheiros vivos conhecidos no Universo. Esta responsabilidade, cremos, é inquestionável, profunda e além de qualquer medida ou lógica científica convencional.

A Carta das Nações Unidas para o Meio Ambiente preconizava o mesmo pensamento: “toda forma de vida é única, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem; e para oferecer tal reconhecimento a outros organismos, o homem deve ser guiado por um código moral de ação” (ESCOSTEGUY, 1997, p.62).

Tendo em vista as considerações dos autores citados, e as consequências desastrosas do tráfico, verifico que há uma oposição entre o ideal ético e o que ocorre na prática. Considerando a importância da educação como promotora de reflexão e mudança, compreendo que a Bioética pode ser um elemento vital nesse processo de transformação da realidade. Nesse sentido, apresento a seguir algumas considerações de autores que vêm se debruçando sobre a questão da

inserção da Bioética nos currículos escolares, seja como disciplina oficial, seja como norteador filosófico ao processo educativo como um todo³².

Apesar de possuir minhas convicções particulares a respeito do aprisionamento de animais, trago as considerações desses autores no sentido de discutir o ensino de Bioética como promoção de uma educação libertadora, por meio da qual os sujeitos têm a oportunidade de refletir sobre a vida e realizarem seu próprio julgamento e suas escolhas. Afinal, a proposta da disciplina de Bioética promove o diálogo, a troca, a interdisciplinaridade. Não haveria outro modo de ser realizada que não por meio do respeito à diversidade de opiniões.

De acordo com Lenoir (s.d.), a Bioética tem por objetivo alertar a sociedades acerca das conseqüências de seu avanço incontrolado. Penso que a manipulação genética de alimentos, o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, as tecnologias que facilitam a reprodução humana, por exemplo, são expressões desse avanço, sobre as quais precisamos refletir. No caso dos animais silvestres, para além do tráfico, há outras formas de intervenção humana sobre suas vidas, que incluem, por exemplo, a introdução de espécies exóticas nos ecossistemas, bem como a manipulação genética visando o comércio. Alterar geneticamente determinadas espécies é uma expressão de avanço das biotecnologias, de consideráveis conseqüências éticas, que devem ser colocadas em pauta. Atualmente, muitos criadores de pássaros canoros encomendam a criadouros uma pequena ave que é resultante do cruzamento entre o pintassilgo (*Carduelis sp*) e o canário belga (*Serinus sp*), chamada de pintagol. Tratando-se de uma ave híbrida, é estéril, ou seja, não possui a capacidade de gerar descendentes. Também não possui canto próprio, isto é, somente consegue cantar a partir do som que capta dos outros pássaros (informações sobre a ave declaradas pelo sujeito entrevistado C.M.L., que possui em casa alguns desses híbridos). Ainda que esta comercialização seja legalizada, há que se pensar nas questões éticas envolvidas nesta intervenção que, com recursos científicos cada vez mais aprimorados, alcança o nível da decisão sobre as vidas de tantos seres. O que, afinal, legitima essas nossas ações?

Para Azevêdo (1998), reflexões e análises à luz dos valores morais vigentes estão se tornando parte essencial da formação profissional em diversas áreas da saúde, meio ambiente, direito, economia, comunicação, dentre outras. Isto se dá devido à necessidade dos profissionais

³² Ressalto que, neste capítulo, trato do assunto de modo ainda inicial, por se tratar de um possível desdobramento a ser desenvolvido posteriormente, e portanto sem a intenção de discutir o tema em profundidade, tampouco de esgotar suas possibilidades.

estarem preparados para seu exercício não apenas em relação ao conhecimento técnico, mas também aptos ao reconhecimento de conflitos éticos, utilizando seu senso de responsabilidade e obrigação moral ao tomar decisões relacionadas à vida. A autora aponta que diversas universidades do continente norte-americano e europeu, bem como australianas, vêm oferecendo o ensino de Bioética na graduação e na especialização, mestrado e doutorado. Em países do primeiro mundo, este ensino volta-se sobretudo aos problemas éticos gerados pela implantação de novas tecnologias. Contudo, no Brasil os problemas bioéticos apresentam maior amplitude, com problemas nacionais específicos da esfera social, econômica e ambiental. Isto implica que os problemas brasileiros sejam analisados à luz de valores morais que prevalecem na nossa sociedade.

Lenoir (s.d.) aponta que a questão da necessidade do ensino de Bioética é tão relevante, que a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO tem se engajado nessa direção, no sentido de promover a concretização da natureza interdisciplinar do ensino, tendo em vista que a Bioética é uma disciplina de abertura ao diálogo. Para a autora, a sociedade inteira é afetada pelos novos poderes originários do progresso das ciências da vida, portadores de transformações sociais consideráveis, interferindo em nosso cotidiano. Daí a importância de que os cidadãos tenham acesso ao conhecimento científico e técnico, para que possam exercer sua responsabilidade sobre a tomada de decisões que envolvem a vida, seja ou não humana. A autora ressalta que a mídia tem sua contribuição em termos da divulgação de fatos, mas é incapaz de instigar no cidadão a capacidade reflexiva, daí a necessidade de que a Bioética integre verdadeiramente o ensino formal, o que já ocorre, porém em escala reduzida, pois que restrita a cursos de nível superior (referindo-se ao estado do ensino de Bioética, de modo geral). Ela coloca, ainda, que o ensino de Bioética é, em última análise, a chave para acessar a problemática mais geral entre ciência e sociedade, ou seja, a questão da ambivalência do progresso: de um lado, fator de bem-estar e emancipação em relação às restrições da natureza, mas de outro, portador de conseqüências ambientais sobre as quais nos queixamos. Dessa bipolaridade resultam questionamentos a respeito da própria finitude da espécie humana. A tomada de consciência desses desafios planetários abriu o campo da reflexão ética, ou seja, o estudo teórico dos princípios que guiam as ações humanas.

A grande e prática questão passa a ser, então: de que maneira podemos promover o ensino de Bioética? Deve ser abordada como uma nova disciplina na escola ou funcionar em caráter

transdisciplinar? Lenoir (s.d.) sugere que não é preciso escolher apenas uma opção, sendo essencial trazer esclarecimentos pluridisciplinares. O objetivo é fazer com que os alunos tenham a capacidade de articular diferentes visões disciplinares. Sugere ainda que é sempre interessante se realizar esse tipo de discussão através de estudos de caso, bem como estabelecendo parcerias entre a escola e institutos de pesquisa ou indústrias. A autora lembra que o ensino de Bioética deve, através das bases científicas e técnicas, desencadear interrogações que promovam uma ética da liberdade e da responsabilidade. Assim, o ensino de Bioética se faz necessário em todos os níveis de escolaridade, desde o fundamental até o superior.

Messias et al. (2007) lembra que a UNESCO, em sua *Declaracion sobre la Ciencia* de 1999, postula que qualquer prática de investigação científica e utilização do saber deve se fundamentar no respeito aos direitos dos seres humanos, ao meio-ambiente e aos outros seres, priorizando a responsabilidade e o compromisso ético de buscar o bem-estar da humanidade e de preparar as futuras gerações para agirem adequadamente com relação à vida.

Para Azevêdo (1998), a Bioética, sendo uma nova e complexa área do saber, com uma história que sequer completou quatro décadas de existência, conta atualmente com uma série de questionamentos sobre seu próprio significado, o que por sua vez implica em questionamentos no plano pedagógico, isto é, em desafios sobre o seu modo de ensino. Que concepção pedagógica seria mais adequada a seus propósitos? A autora aponta que, no contexto das universidades estadunidenses, num conjunto de quarenta e quatro cursos de Bioética atualmente oferecidos, a maioria não define a concepção da disciplina, e em apenas 11% dos mesmos o termo interdisciplinaridade está presente para definir a concepção didática do curso. Aponta, ainda, que é necessário não apenas dominar os conceitos de cada disciplina envolvida no ensino (interdisciplinaridade), mas perceber a unidade conceitual entre as disciplinas que compõem um curso de Bioética (transdisciplinaridade). De qualquer modo, ressalta a autora, uma concepção multidisciplinar não contemplará as necessidades deste ensino. Apenas justapor conhecimentos de antropologia filosófica, biologia, genética, ética, filosofia e direito, sem que os professores percebam a interdependência conceitual entre estas, sua unidade conceitual e a especificidade de seus conteúdos, não promoverá um ensino eficaz.

Quanto aos Ensinos Fundamental e Médio no Brasil, Dumaresq et al. (2009) afirmam que o tema Ética ganhou espaço na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1999, como possibilidades de abrir discussões no meio escolar,

espaço privilegiado para uma educação em valores, proporcionando condições para o desenvolvimento da autonomia das crianças e adolescentes, ou seja, do desenvolvimento de suas escolhas diante da realidade, participando das ações coletivas. Além disso, complementam os autores, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam a viabilidade de uma educação bioética, pois objetivam alcançar a formação do cidadão, destinando-se a todos os brasileiros.

A Bioética tem como objeto de estudo os valores que movem a sociedade. Logo, não almeja uma padronização de valores, mas exige uma reflexão sobre eles, que implica em escolhas mais responsáveis. Não há educação sem liberdade, assim como não há Bioética sem liberdade. As escolhas devem ser feitas sem preconceito, coação ou coerção (AZEVEDO, 1998). No entanto, a autora aponta falhas nos dois documentos citados, pois apesar de propiciarem abertura para o tipo de educação referida, não promovem nem obrigam a educação bioética, prevalecendo o caráter ideológico da lei, que não responde às reais necessidades da população brasileira. Tudo passa a depender das medidas tomadas pelos gestores do sistema.

Messias et al. (2007), também referindo-se à LDB e aos PCNs, aponta que a educação no Ensino Médio deve estar integrada à formação ética, entendendo que os conteúdos do ensino devem instrumentar os educandos para exercerem suas competências cidadãs, por meio de compromissos individuais e sociais, interagindo na vida da comunidade na qual estejam integrados. A partir disso, a autora questiona: é possível trazer aos alunos do Ensino Médio a compreensão de que o desenvolvimento científico tem colocado a humanidade frente a problemáticas nunca antes enfrentadas? E, para além disto, de que maneira realizar esta comunicação? Incluindo-se a Bioética como disciplina ou abordando-se seus referenciais de modo transversal? Apesar de ressaltar que as respostas a estas questões se encontram em plena elaboração, aponta Paulo Freire como referencial por excelência, devido à sua visão a respeito da indissociabilidade entre ensino de conteúdos e formação ética, pois Freire defende a necessidade de instrumentalizar o aluno para exercer sua cidadania, sua autonomia, e exige que ele seja preparado para tomar decisões e assumir responsabilidades. O que a autora sugere, portanto, não é a inclusão da Bioética como disciplina nos cursos e currículos escolares, mas a possibilidade de se entender o ensino da Bioética como amalgamada à educação integral, que possa fundamentar a formação de futuros cidadãos.

Penso que, seja como disciplina formalmente estabelecida nos currículos escolares, seja como tema transversal, a Bioética deve estar presente em sala de aula. As duas maneiras podem ser interessantes. No entanto, tenho a compreensão de que, como tema transversal, pode fomentar a participação de um maior número de sujeitos, pois todos os professores estariam envolvidos com as temáticas propostas, podendo contribuir em maior grau com a difusão da reflexão ética. Porém, entendo que o trabalho seria melhor desenvolvido se cada docente da equipe participasse de uma capacitação para compreender os temas freqüentemente abordados, como aborto, eutanásia, biodiversidade, biotecnologias, etc. Essa capacitação poderia ser bem dirigida por um professor da área de Ciências Biológicas.

Silva e Ribeiro (2009) apontam que, para a eficácia do ensino de Bioética, é necessário, inicialmente, a preparação do professor, a quem cabe não apenas o desenvolvimento de conteúdos, mas, sobretudo, o redimensionamento de suas ações, de modo a voltá-las para o trabalho com valores. Ao educador cabe pensar ações que possam conduzir os educandos a buscar respostas para a pergunta: “Que tipo de homem e de sociedade queremos? A partir de que valores?”. Para tanto, é necessário espaço para a construção dessas respostas. Uma educação voltada para a Bioética promove a autonomia de pensamento. Porém, assim como Dumaresq et alli (2009), Silva e Ribeiro (2009) apontam as dificuldades nesse caminho, isto é as divergências entre a lei e a realidade de nossas escolas. Há necessidade, portanto, de proposições políticas articuladas que garantam a qualidade social da educação.

Wilges (2007), por sua vez, questiona qual seria a forma mais adequada de implementar a Bioética nos currículos formativos dos professores, sobretudo de Ciências e Biologia, uma vez que estas áreas do saber ainda se encontram vinculadas às questões bioéticas mais propaladas nas discussões em sala de aula: aborto, eutanásia, transgenia, biodiversidade. A autora realizou um trabalho a partir de entrevistas com professores destas áreas, e analisou em seu discurso, além de outros aspectos, anseios e receios envolvidos na prática docente no contexto da Bioética. Ela aponta, como resultado de sua investigação, que talvez o receio de trabalhar questões conflitantes de caráter ético, ou de envolver-se mais com os temas surgidos, seja o entrave que dificulta o fazer pedagógico desses professores, pautado numa ação que tende a ser mais pragmática em sala de aula. A autora coloca ainda que conhecer os conteúdos abordados em Ciências e Biologia pode se fazer por meio de leituras. Porém, a condução das aulas de modo a conduzir à formação integral do aluno não pode ser ensinada através de textos ou livros. Daí a importância de que a

própria formação desses professores seja contemplada com vivências das mais variadas situações, o que facilita a assimilação emocional da tarefa docente.

Espera-se que o professor esteja preparado para orientar e organizar qualquer discussão sobre temas relevantes no contexto da Bioética. No entanto, muitos profissionais da educação não se consideram aptos a enfrentar uma turma de alunos que debatem, divergem das idéias dos professores ou que discutem a validade de conceitos e leis encontrados nos livros didáticos (WILGES, 2007).

A partir disso, reflito: como modificar a formação dos professores sem que antes os próprios professores desses cursos de formação venham a redimensionar sua atuação docente? E como promover a mudança nesses indivíduos sem que antes ocorra a mudança no próprio sistema educacional? Para esta questão não encontro resposta imediata, mas prossigo acreditando na possibilidade de mudanças, seja a partir da educação formal, ou das diversas experiências em nosso cotidiano. Ao longo desta pesquisa, por exemplo, tive algumas experiências que reforçam esta compreensão pessoal. É o que relato nos próximos parágrafos.

Gostaria de apontar aqui um fato interessante a respeito de uma entrevistada. Cerca de um mês após a realização da entrevista, voltei a conversar ocasionalmente com a Sra. D.U.J., e para a minha surpresa, ela começou a contar-me as novidades de sua casa: um de seus periquitos – os quais ela mantinha soltos no quintal – havia fugido, o que a deixou um tanto triste. Porém, diante da vontade de possuir um outro animal que o substituísse, ela lembrou-se da entrevista que havíamos realizado, na qual eu lhe perguntei a respeito da possibilidade de ela possuir um cão ou um gato, já que se tratam de espécies domésticas e que não lhe trariam nenhuma implicação legal ou mesmo consciencial (a Sra. D.U.J. havia declarado que sabia das ressalvas aplicadas à criação de animais silvestres).

Lembrando-se, portanto, da entrevista, pôs-se a refletir: “Por que não ter um cachorrinho?”. Ela então foi presenteada com um filhote de poodle, que hoje é, segundo suas palavras, a alegria da casa, pois todos o estimam. Afirmou, ainda, que tem planos de procurar algum local para soltar os outros três periquitos, pois dessa forma iriam “voltar pra natureza, porque liberdade é muito bom. E assim ele [o cãozinho] vai preenchendo a falta que ficou por causa do outro que fugiu, e eu não tiro mais a liberdade de ninguém [referindo-se às aves]”.

Outro acontecimento marcante me ocorreu durante uma viagem ao interior do Estado. Ao observar o quintal de casa, percebi algo que jamais havia testemunhado na casa de minha avó:

uma gaiola na qual havia, tentando voar no espaço apertado, uma graúna. Ao descobrir que se tratava de uma captura feita pelo filho de um senhor que ali trabalhava, um garoto de 10 anos de idade, decidi conversar com ele. Procurando não ser invasiva, pedi-lhe que soltasse a graúna, dizendo-lhe o quanto a ave encontrava-se restrita em seus movimentos e, provavelmente, estristecida, pois nem mesmo cantava. Ele afirmou que iria soltá-la, e saiu para o quintal. Eu havia me questionado se realmente isso se cumpriria. Para a minha surpresa e contentamento, momentos mais tarde avistei a gaiola vazia.

O depoimento da Sra. D.U.J., bem como o fato ocorrido com o garoto no sertão representam, para mim, a possibilidade de mudança de atitudes e, sobretudo, da compreensão de mundo do ser humano, que é permanentemente passível de transformação, como sugere Carvalho (2008, p. 33-34):

Somos, de certa forma, reféns das nossas visões ou conceitos, ângulos sempre parciais que usamos para acessar o mundo (...) Justamente porque não temos essa visão final e permanente das coisas, estamos sempre compelidos a rever, ou seja, interpretar os sinais que despontam do real, sem nunca esgotá-lo em uma palavra ou imagem final e inconteste.

Pensando a respeito desta flexibilidade do ser humano, deixo aqui semeada a idéia de que apostar na educação voltada à Bioética é uma perspectiva real, concreta, e não apenas um ideal distante, para a mudança de diversas atitudes humanas no relacionamento com os demais seres vivos. Em minha compreensão, o tráfico de animais silvestres é uma dessas atitudes, e sua abolição deve se justificar através de um argumento bioético, acima da questão ecológica mais geral. Isto porque, percebendo o sofrimento vivenciado pelos animais vítimas do tráfico, o ser humano mais facilmente poderia ser mobilizado no sentido de reconhecer a unidade natural que há entre si e as demais espécies: a unidade que se funda no interesse pela vida, a ser vivida de acordo com as características próprias de cada um. Esta mobilização traria, a meu ver, uma mudança de racionalidade, uma passagem do pensamento mecanicista (que nos desobriga do respeito à vida dos outros seres) ao pensamento bioético, que nos leva a respeitar a vida por haver compreendido, de modo mais profundo, a união fundamental entre o homem e os outros animais, através da percepção do sofrimento alheio, isto é, através da empatia.

Passando ao pensamento bioético, então haveria a real possibilidade de mudança de atitudes, não apenas em relação à posse de animais silvestres, que é essencialmente o que mantém

o tráfico, mas também quanto a mudanças nos padrões de consumo, na consciência quanto ao uso de recursos, à produção e manejo do lixo, e até mesmo nos hábitos alimentares³³. Enfim, de modo mais profundo, uma mudança dos padrões de pensamento antropocêntricos, que privilegiam a existência humana em detrimento das demais. Uma consolidação daquela racionalidade citada por Camargo (2003, p. 17): “o fluir com a natureza, adaptando-nos a ela e vivendo dentro de seus limites”. Entendo que somente este posicionamento perante a natureza é realmente capaz de nos levar à tão propalada sustentabilidade. De outro modo, continuaremos a debater e a propor leis que dificilmente serão cumpridas, como a Lei de Crimes Ambientais.

Assim como a Sra. D.U.J. e o garoto com quem conversei, estamos todos mergulhados no contato com experiências que podem nos influenciar e até mesmo nos levar à reconfiguração de nossos conceitos. É acreditando nestas possibilidades de mudança que prossigo com este trabalho, na esperança de que o despertar de um novo nível conciençial de um ser humano possa, como a luz de um farol, iluminar outras consciências ao redor, tocando os ouvidos e corações que estejam pré-dispostos a isso. No próximo item, Considerações Finais, discorrerei a respeito das possibilidades para esta continuação.

³³ Sabe-se que a pecuária de corte é uma das principais atividades causadoras do desmatamento na Amazônia (INSTITUTO NINA ROSA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa investigação partiu de um questionamento sobre as motivações que levam pessoas a possuírem aves silvestres, adquirindo-as ilegalmente e, dessa forma, contribuindo para a continuidade do tráfico desses animais. No contexto do grupo de sujeitos entrevistados, encontrei respostas reveladoras e, para mim, surpreendentes. Essas respostas fazem parte da realidade do grupo abordado e não podem ser tomadas como verdades universais. Porém, penso que podem ser auxiliares à compreensão de um contexto mais amplo, isto é, da vivência de outras pessoas que têm o hábito de criar animais silvestres.

Em princípio, imaginara que o principal fator que motivaria esse público seria uma espécie de consumismo, a partir do qual o sujeito se sentiria portador de um status especial, em virtude de possuir em sua casa um animal exuberante, muitas vezes em risco de extinção. Porém, tão logo comecei a ouvir os entrevistados, percebi que suas motivações estão focadas, basicamente, em dois fatores: afetivos e culturais.

A afetividade é, sem dúvida, para esses sujeitos, o principal motivo que os leva a buscar a companhia desses animais: a necessidade de receber atenção e troca de carinho, como em qualquer relação com animais de estimação. Por vezes, deparei-me com pessoas que haviam perdido entes queridos e colocaram no animal a expectativa de que suprissem suas necessidades emocionais. Ou ainda, pessoas idosas que, passando seus dias em casa, não se sentiam mais ouvidas e compreendidas pelos familiares, ou queixavam-se de solidão e tendências depressivas.

O segundo elemento, que aqui denominei de cultural, diz respeito à vivência social desses sujeitos que, desde a infância, observavam entre os familiares e outros adultos o hábito de criar aves silvestres em casa, para que pudessem admirar seu canto e estética. Dessa forma, cresceram em ambientes, geralmente cidades do interior do Estado, nos quais se desenvolveu uma tendência à escolha dessas aves como animais de estimação.

Atrelado a esses dois fatores, há ainda um terceiro, mais recorrente entre idosos, que denominei de praticidade e economia. Os que se referiram a estes motivos alegavam que, além das despesas para a criação de uma ave serem inferiores em relação à criação de cães ou gatos, a praticidade era maior, pois cuidar de uma ave envolve, basicamente, a limpeza diária da gaiola ou poleiro, e a alimentação igualmente renovada a cada dia. No entanto, possuir um cão, por

exemplo, implica em ter de sair para levá-lo a um passeio, idas ao banho e tosa em pet shops, visitas mais frequentes ao veterinário e vermifugação.

Além de instigada pelas respostas, senti-me bastante surpresa diante de minhas próprias mudanças, ao longo da pesquisa. O presente trabalho é fruto de uma longa jornada que, de modo dialógico, fui desenhando em minha vida, e que me trouxe a novos lugares. Não imaginei que mudaria determinadas concepções pessoais, como a visão a respeito da interação entre um animal silvestre e o ser humano que o adota como possibilidade de bem-estar para aquele (ainda que isso não tenha modificado minha convicção de que devemos romper com esse hábito cultural). É interessante verificar que estamos sempre aprendendo, sempre diante de novas possibilidades de mudança.

Alguns apontamentos são também necessários nesse momento, em virtude de determinados aspectos da pesquisa terem sido pouco explorados, pela própria natureza da investigação. Se por um lado não pude abordar todas as ramificações que despontaram neste trabalho, por outro lado isso é um bom indicativo de que outros momentos de fertilidade poderão surgir ao longo de meus estudos – ou de outros pesquisadores, pois determinados assuntos têm sempre a possibilidade de ser posteriormente trabalhados.

Inicialmente, aponto a questão da atuação das polícias no combate ao tráfico. Em princípio, eu intencionava pesquisar também a atuação da Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. No entanto, isto tornaria o trabalho desnecessariamente denso, se eu permitisse espaço para uma abordagem profunda de cada instância policial citada. Optei por não abordá-las de modo superficial. Ambas as formas poderiam comprometer a qualidade do trabalho. Logo, decidi discorrer apenas a respeito da atuação da Polícia Militar, que de fato se apresenta mais ligada ao trabalho ostensivo de fiscalização e apoio ao IBAMA, enquanto as demais se apresentam mais relacionadas ao trabalho investigativo (Polícia Civil e Federal), ou um pouco mais restrito (Polícia Rodoviária Federal, em sua fiscalização nos postos, nas estradas). Este é um aspecto interessante do trabalho, no sentido de melhor conhecer a atuação dessas instituições; porém, não se configura como uma intenção imediata para meus próximos estudos.

Também coloquei a intenção, no início do trabalho, de abordar não apenas os compradores de aves, mas também os vendedores (traficantes), bem como pessoas que, vivendo nas proximidades dos habitats naturais dessas aves, as capturam como meio de sobrevivência ou renda complementar. Contudo, isso demandaria, igualmente, tempo e espaço considerável no

âmbito desse trabalho, o que o tornaria demasiado volumoso e, talvez, irrealizável num período de dois anos. Este desdobramento é realmente instigante, e sobre o qual gostaria ainda de me aprofundar. Relacionada a esse aspecto, há a questão das famílias que migram de seus municípios de origem para a capital cearense. Pessoas que cheguei a entrevistar, e que alegaram ter nas aves que possuem uma terna lembrança de sua vida no sertão. Sinto-me impelida a investigar os fatores de expulsão do homem do campo, fatores que provavelmente têm ligação com as mesmas condições de vida que levam tantas famílias à captura de pequenas aves em seus ninhos para obtenção de algum recurso financeiro.

E por fim, como maior foco de meus interesses no sentido de dar continuidade a esta produção, a questão da educação pautada na Bioética. Tendo abordado o assunto nos momentos finais deste trabalho, senti-me fascinada diante da possibilidade de contribuir para a construção dessa experiência em nossas escolas. Tive a oportunidade de participar de um módulo de estudos em Bioética no contexto de uma disciplina, em nível de graduação. Este módulo, que sequer estava oficialmente proposto na ementa da disciplina, ocorreu a partir da percepção do docente sobre a relevância de abordar o assunto. Foi a partir desta atitude do professor que decidi aprofundar-me, tendo esse estudo me guiado até aqui. Ponho-me a imaginar, portanto, que resultados maravilhosos poderíamos presenciar se a Bioética fosse de fato pensada e instituída nos currículos escolares. Tenho o desejo de testemunhar este acontecimento. E tenho certeza de que terei oportunidades para colaborar com sua gestação.

Escrever este trabalho foi uma realização planejada e executada com muito carinho. Com amor, de fato. Apesar dos momentos em que me senti destituída de criatividade (e até mesmo de competência!), devido à sua magnitude, segui em frente sustentada por uma vontade maior que o cansaço e que a saturação mental. Uma vontade que se originava do acreditar; acreditar firmemente que o que eu estava escrevendo iria, em algum momento, de alguma forma, chegar a beneficiar os seres que são a razão desse empreendimento: os animais, sobretudo as aves, a quem desde cedo dedico meu amor e minha admiração, a quem considero como verdadeiros irmãos. Desta vontade de advogar em seu nome, nasciam novas forças a cada vez em que me sentia desmotivada, cansada. Então Fênix dava o ar de sua graça, e fazia surgir das profundas camadas do meu ser as idéias, as palavras, a ordem certa das coisas, e então eu me via novamente livre, escrevendo, criando, compreendendo.

Chegar aos momentos finais (finais temporários, é claro!) de um trabalho como esse me desperta sentimentos de alegria, comoção, auto-estima, surpresa, satisfação e, principalmente, a sensação de dever cumprido e de fechamento de um belo ciclo, para então permitir a abertura de um outro, igualmente belo e renovador. A partir deste ponto, novos vôos virão. Novas surpresas, novos destinos, novos ângulos de ver o mundo. Talvez nisto esteja a certeza de se estar vivo: se permitir migrar, cada vez que se fizer necessário. E se permitir respirar os novos ares, ser perpassado pela corrente, experimentar outras altitudes. E deixar que a Vida tome conta das sementes que se plantou a cada paragem. Em mim ela já fez desabrocharem algumas que outros seres deixaram. Espero que essas que lancei também venham contribuir com a germinação de outras criações, pois o conhecimento que todas as pessoas acessam, e para o qual contribuem, é manifestação de uma única fonte. Platão (1978) diria que essa fonte é o mundo das idéias. Jung (2000), que se trata do inconsciente coletivo. Para mim, ambas significam o mesmo: é a luz da sabedoria divina, que vivifica os pássaros, os homens, os oceanos e as florestas. A mesma centelha da qual emana a vida de todos os seres, tornando-nos irmãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**Livros:**

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 4ª ed. São Paulo: Martins Fonte, 2000.

ALMEIDA, Danilo Sette. Recuperação ambiental da Mata Atlântica (vol. 1). Ilhéus: Editus, 2000.

ARCHER, L.; BISCAIA, J. & OSSWALD, W. Bioética. Lisboa: Ed. Verbo, 1996.

BECHARA, Erika. A proteção da fauna sob a ótica constitucional. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL (1988). Constituição Federal de 1988 / org. Pedro de Milanélio Piovezane; coord. Dulce Eugênia de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Rideel, 1999.

BUENO, Eduardo. A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral. Coleção Terra Brasilis, vol. 1. Rio de Janeiro: objetiva, 1998a.

_____. Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil: 1500 - 1531. Coleção Terra Brasilis, vol. 2. Rio de Janeiro: objetiva, 1998b.

CAJAZEIRAS, Francisco. Existe vida...depois do casamento? Capivari: Editora EME, 2001.

CAMARGO, Ana Luiza de B. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas – SP: Papyrus, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASCUDO, L.C. Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973.

COLLINGWOOD, R. G. Ciência e filosofia. 5ª ed. Lisboa: ed. Presença, s.d.

DESCARTES, René. As paixões da alma. In: Os pensadores. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DOTTI, Jerson. Terapia & animais. Osasco: Noética, 2006.

ESCOSTEGUY, Ângela (coord.). Queridos animais. Relação humanos & animais: novas áreas profissionais sob enfoque ecológico. Porto Alegre: L&PM, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo de (org.). Bioética nas profissões. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisas. São Paulo: Pioneira, 1997.

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Cia. das Letras, 1995

GIBRAN, Gibran Kahlil. O profeta. São Paulo: Martin Claret, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HEIDEGGER, M. A idéia da fenomenologia. São Paulo: Cortez, 1984.

IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil, 2008. – Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 479 p. – (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450; n.5)

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru – SP: EDUSC, 2004.

LEVAI, L.F. Direito dos animais. Campos do Jordão, SP.Ed. Mantiqueira, 2004.

LEOPOLD, Aldo. A sand county almanac, and sketches here and there. New York: Oxford, 1989.

LOUREIRO, Carlos F. Trajectoria e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MAIA, Margareth P. Conservação e manejo de aves silvestres. In: OLIVEIRA, José M. L (org.). Quintas ambientais no CRA: síntese das palestras. Salvador: CRA, 2004.

MAJOR, István; SALES JR., Luís Gonzaga; CASTRO, Rodrigo. Aves da caatinga = Birds of the caatinga. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Associação Caatinga, 2004.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARTINS, Maria de Fátima. Animais na escola. In: DOTTI, Jerson. Terapia e animais. Osasco: Noética, 2006.

MEDAUAR, Odete (org.). Coletânea de legislação de direito ambiental. 5ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MILARÉ, Edis; COSTA JR, Paulo José da. Direito penal ambiental: comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002.

NOGUEIRA-NETO, P. A criação de animais indígenas vertebrados. São Paulo: Edições Tecnapis, 1973.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, vol 1. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial LTDA, 2001.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, vol 2. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial LTDA, 2001.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, vol 11. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial LTDA, 2001.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. Problemas atuais de Bioética. São Paulo: Loyola, 1995.

PLATÃO. A República. In: Os pensadores. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

POTTER, Van R. Bioethics, bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1971. Disponível em <http://www.ufrgs.br/bioetica/bioet71.htm>

POUGH, F. Harvey; JANIS, C. M.; HEISER, J. B. A vida dos vertebrados. 4ª Ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008.

REGAN, Tom. Jaulas Vazias: Encarando o Desafio dos Direitos Animais. Porto Alegre: Lugano, 2006.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. Coleção Primeiros Passos; 292. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 489p.

SANTOS, Eurico. Da ema ao beija-flor: vida e costumes das aves do Brasil. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1938.

_____. Pássaros do Brasil: vida e costumes. 3ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1960.

SCHOPENHAUER, Artur. Metafísica do amor, metafísica da morte. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SÉGUIN, Elida. O direito ambiental: nossa casa planetária. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SICK, Helmut. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997a.

_____. Tukani: entre os animais e índios do Brasil central. Rio de Janeiro: Marigo Comunicação Visual, 1997b.

SILVA, Américo Luís Martins. Direito do meio ambiente e dos recursos naturais. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol.2, 2005.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Olmiro Ferreira da. Direito ambiental e ecologia. São Paulo: Manole, 2003.

SINGER, Peter. Libertação animal. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPINOZA, Baruch. Ethica. Edição bilíngüe latim-português. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2007.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, K.F.P. Viagem pelo Brasil, v. 3. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

WILSON, Edward Osborne. Diversidade da vida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Artigos, dissertações e teses:

ALBANO, Ciro; GIRÃO, Weber. Aves das matas úmidas das serras de Aratanha, Baturité e Maranguape, Ceará. Revista Brasileira de Ornitologia, 16(2):142-154, junho de 2008.

AMATUZZI, Mauro Martins. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. Estudos de psicologia, Campinas, v. 13, n. 1, p. 5-10, mai/ago, 1998.

AZEVÊDO, Eliane Elisa de Sousa e. Ensino de Bioética: um desafio transdisciplinar. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, vol.2, no.2, Botucatu, Feb. 1998.

BERTONATTI, C. Mercado negro de fauna y flora: negocio salvaje. Revista SOS Vida Magazine Ecológico. III (18): 28-32, Buenos Aires, 1995.

BERZINS, Marília A.V. da Silva. Velhos, cães e gatos: interpretação de uma relação [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

CARVALHO, Fernanda M. F.; PESSINI, Léo; CAMPOS JR., Oswaldo. Reflexões sobre Bioética Ambiental. In: CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO. O mundo da saúde. São Paulo – Brasil – ano 30, v. 30, n. 4 – out/dez de 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr/jun. 2001, pág. 43 – 51.

CARVALHO, José Cândido de Melo. Relações entre os índios do alto Xingu e a fauna regional. Publicações avulsas do Museu Nacional, n. 40. Rio de Janeiro, 1951.

COIMBRA-FILHO, Ademar Faria. Mamíferos ameaçados de extinção no Brasil. In: Espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, editado pela Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, p. 13-98, 1972.

_____. Exploração da fauna brasileira. Encontro nacional sobre conservação da fauna e recursos fanásticos, IBDF/ FBCN, Rio de Janeiro, p. 28-54, 1977.

_____. O aspecto negativo da participação de pássaros de procedência selvagem em competições de canto. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, Rio de Janeiro, p. 191-200, 1986.

COSTA, S.I.F.; DINIZ, D. Mídia, clonagem e bioética. Cadernos de saúde pública, v. 16, p.155-162, 2000.

DUMARESQ, Maria Isabel Alves; PRIEL, Margareth Rose; ROSITO, Margarete May B. A Educação Bioética no Ensino Fundamental: um estudo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. CONTRAPONTO – Centro Universitário São Camilo. Volume 9 nº 2 – pp. 66 - 76 - Itajaí, mai/ago 2009

FELIPE, Sônia T. Valor inerente e vulnerabilidade: critérios éticos não-especistas na perspectiva de Tom Regan. Ethica., Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 125-146, jul/2006.

FRAGA, Helena do Carmo da Silva. Fatores determinantes e influenciadores das atitudes de compra dos consumidores de “pet shops”. Anais do Simpósio Internacional de Gestão de Negócios em Ambiente Portuário: estratégias para inserção global e sustentabilidade. Universidade Católica de Santos – Santos – SP, 5 a 7 de outubro de 2005.

FUCHS, Hannelore. O animal em casa: um estudo no sentido de desvelar o significado psicológico do animal de estimação [tese]. São Paulo: Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1987.

GEORGETTI, M.A.M.; TABATSCHNIC, J. Emoções humanas na interação com animais. Trabalho de conclusão do curso de Psicologia. 75f. Centro Universitário de Santo André – UNIA, 2006.

GLIESCH, R. Animais úteis ao homem. Revista da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, v.XVIII, n. 3, p. 101-126, 1933.

GOLDIM, José Roberto. Bioética: origens e complexidade. Revista HCPA; 26(2), p. 86-92, 2006.

_____. Revisiting the Beginning of Bioethics: The Contribution of Fritz Jahr (1927). Perspectives in Biology and Medicine - Volume 52, Number 3, pp. 377-380. Summer 2009.

JAHN, Fritz. Bioética: um panorama sobre as relações éticas do ser humano com os animais e as plantas. In: Kosmos: guia para amantes da natureza e veículo central de formação e coleções em Ciências Naturais. Ed. Kosmos, nº 24, 1927. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/jahr-port.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2009.

JULIANO, R.S.; FIORAVANTI, M.C.S.; PAULO, N.M.; ATHAYDE, I.B. Terapia Assistida por Animais (TAA): uma prática multidisciplinar para o benefício da saúde humana. Disponível em www.vet.ufg.br. Acesso em 26.12.2009.

JUPIARA, A.; ANDERSON, C. Rio é o centro internacional de traficantes de animais. O globo, Rio de Janeiro, 21 de julho, 1991.

KOBAYASHI, Cássia T. et alli. Desenvolvimento e implantação de Terapia Assistida por Animais em hospital universitário. Rev. Bras. de Enfermagem. Brasília, 62(4): 632-6, jul-ago 2009.

LENOIR, Noelle. Promover o Ensino de Bioética no Mundo. Disponível em <http://www.portalmedico.org.br/revista/bio1v4/promov.html>. Acesso em 10.01.2010.

LIMA-TAVARES, Marina de; EL-HANI, Charbel Niño. Um olhar epistemológico sobre a transposição didática da Teoria Gaia. Investigações em Ensino de Ciências – V6(3), pp. 299-336, 2001.

MACHADO, J.G.S. et alli; Análise bioética da legislação brasileira aplicável ao uso de animais não-humanos em experimentos científicos. Revista de Saúde do Distrito Federal, v. 15, n. 3/4, jul/dez, p. 9-21, 2004.

MANNA, Roberta Elias. O animal de estimação: elemento transicional no cotidiano terapêutico. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: SP. Trabalho de conclusão do curso de Psicologia, 1996.

MANNUCCI, Anna. Fazendo amigos. Viver Mente & Cérebro. Edição n. 152, set de 2005.

MARINI, Miguel Ângelo; GARCIA, Frederico I.. Conservação de aves no Brasil. Megadiversidade. Volume 1 | Nº 1 | Julho 2005.

MARQUES, Maria Inês Burger; MENEGHETI, João Oldair. Portaria de caça: um instrumento para conservação da fauna. Natureza em revista. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, n.9: p.14-20, 1982.

MARTINS, M.F. Zooterapia ou terapia assistida por animais (TAA). Revista Nosso Clínico 2004; 40: 22-6.

MESSIAS, Telma H.; ANJOS, Márcio F.; ROSITO, M. M. Bioética e educação no ensino médio. Bioethikos, ;1(2):96-102 - Centro Universitário São Camilo - 2007

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary. In: Inquiry, n. 16, p. 95-100, 1973.

NORTON, B. Mercadoria, comodidade e moralidade: os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade. In: WILSON, E.O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

NUNES, Pamella J. S. Terapia Assistida por Animais com crianças com necessidades especiais do Centro de Atenção Psicossocial Infantil de Patos – PB. Patos, Universidade Federal de Campina Grande. Trabalho de conclusão do curso de Medicina Veterinária, 2009.

OLIVA, V.N.L.S. A terapia assistida por animais: o papel do médico veterinário. Boletim informativo ANCLIVEPA – SP 2008; 35. Disponível em www.anclivepa-sp.org.br/inicio.htm

PAIVA, M. A vida dos animais da Amazônia: suas lendas e superstições. Oficinas gráficas da Revista de Veterinária. Belém, 1945.

PEREIRA, Patrícia. Ciúme: dá para controlar? Revista Filosofia: Ciência & Vida, São Paulo, edição 31, p. 20-28, fevereiro de 2009.

PIERANGELI, José Henrique. Maus-tratos contra animais. Revista dos tribunais, ano 88, n. 765, p. 481-498, jul 1999.

POLIDO, A.P.; OLIVEIRA, A.M.M. O comércio ilegal de animais silvestres no Brasil. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Biológicas das Faculdades Integradas São Camilo. 70p. São Paulo, 1997.

PORTO, Rosane T.C.; CASSOL, Sabrina. Zooterapia, uma lição de cidadania: o cão sociabilizador e a criança vítima de violência intrafamiliar. Revista Disciplinar Jurídica Campo Mourão, v.3, n.2, p. 46-74, jul/dez. 2007.

POTTER, Van R. Bioethics, the science of survival. In: Perspectives in biology and medicine, nº14, p. 127-153, 1970.

ROMANOWSKI, Helena Piccoli; BUSS, Gerson. Biodiversidade e conservação. In: ESCOSTEGUY, Ângela (coord.). Queridos animais. Relação humanos & animais: novas áreas profissionais sob enfoque ecológico. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SAN JOAQUÍN, M.P.Z. Terapia assistida por animales de compañía: bienestar para el ser humano. Temas de hoy 2002: 143-9.

SCHWEITZER, Albert. The ethic of reverence for life (1923). Disponível em: <http://www1.chapman.edu/schweitzer/sch.reading4.html>. Acesso em 26.12.2009.

SICK, Helmut; TEIXEIRA, D.M.. Notas sobre as aves brasileiras raras ou ameaçadas de extinção. Publicações avulsas do Museu Nacional, n. 62. Rio de Janeiro, 1979.

SILVA, Edson Vicente. Dinâmica da paisagem: estudo integrado de ecossistemas litorâneos em Huelva (Espanha) e Ceará (Brasil). Tese de Doutorado. 436 f. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1993.

SILVA, Rildo Pereira; RIBEIRO, Victoria Maria Brant. Inovação curricular nos cursos de graduação em medicina: o ensino da bioética como uma possibilidade. Revista brasileira de educação em medicina. vol.33 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2009.

SOINI, Pekka. The capture and commerce of live monkeys in the Amazonian region of Peru. International Zoo Yearbook, 12: p. 26 -36, 1972.

TOUFEXIS, Anastasia. All God's creatures priced to sell. Time, july19, no. 29, p. 36-41, 1993.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Proclamada em sessão realizada em Bruxelas em 27 de maio de 1978. Disponível em <http://www.vnet.com.br/amigos-deniteroi/declarao.htm>. Acesso em 27.04.2008.

VACCARI, A.M.H.; A importância da visita de animais de estimação na recuperação de crianças hospitalizadas. Einstein 2007; 5(2): 111-6.

VASEN, Juan; MASSEI, Hugo. Reinserción social en adolescentes através Del programa "Cuidar-cuidando". VERTEX – Revista Argentina de Psiquiatria. 2006, vol. XVII: 432-439.

WILGES, Lia Bárbara M. A Bioética num enfoque educacional: implicações na formação de professores de Ciências e Biologia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

WILMUT, I.; SCHINIEKI, A.E.; McWHIR, J. et al. Viable offspring derived from fetal and adult mammalian cells. Nature, v. 385, p. 810-813, 1997.

Sites:

<http://www.dpf.gov.br> (Departamento de Polícia Federal). Acesso: outubro de 2008.

<http://www.ibama.gov.br> (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, IBAMA). Instrução Normativa nº 169, de 20 de fevereiro de 2008. Acesso: abril de 2009.

http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_legislacao/19_legislacao18122008092548.pdf (Ministério do Meio Ambiente - Legislação). Acesso: setembro de 2009.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5197compilado.htm (Governo Federal - Legislação). Acesso: setembro de 2009.

<http://www.pm.ce.gov.br> (Polícia Militar do Ceará). Acesso: outubro de 2009.

<http://www.renctas.org.br> (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres). Acesso: outubro de 2008.

<http://www.ufrgs.br/bioetica/schweitz.htm>

<http://video.globo.com/Videos/Player/Entretenimento/0,,GIM1102206-7822-AVES+EXOTICAS,00.html> (Rede Globo – Programa Mais Você). Acesso: agosto de 2009.

<http://ciroalbano.multiply.com/photos/album/4/Landscapes#photo=9>. Acesso em 19.02.2010.

Outros:

FIGUEIREDO, José Ricardo de. Notas de aula. Fortaleza, 2007.

INSTITUTO NINA ROSA. A carne é fraca. Documentário (DVD). 54min. 2004.

ANEXOS

Anexo I: Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA****MESTRANDA:** Luiza Amélia Oliveira Batista

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Telefone(s): _____
4. Sexo: () feminino () masculino Idade: _____
5. Nível de escolaridade: _____ Profissão: _____

6. Espécies que possui em casa / quantidade:

7. Observações gerais:

Responsável pela aplicação do questionário:

(*) Acomodação: Gaiola, Viveiro, outro (especificar)

	Acomodações				
	Tipo (*)	Espécie(s)	Tempo de Cativoiro	Forma /Local de obtenção	Ambiente de Origem
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Anexo II – Roteiro de entrevista

- 1) O que significa, para você, possuir aves? Por que você as possui?
- 2) Como se sente no convívio com elas?
- 3) Há quanto tempo você cria aves silvestres? O que o levou a iniciar esta atividade?
- 4) Você acredita que elas vivem bem, que sentem um bem-estar vivendo em cativeiro?
- 5) Você acredita que elas necessitam de algo além dos cuidados que você lhes dedica? O que seria?

Anexo III – Termo de consentimento livre e esclarecido

O presente instrumento de pesquisa (entrevista) tem como objeto de estudos a vivência de um grupo de pessoas que possuem aves silvestres, na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana. A entrevista é parte integrante de um trabalho de pesquisa a ser apresentado à coordenação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, do qual a pesquisadora faz parte como aluna. A pesquisa tem como objetivo compreender as motivações, sentimentos e percepções dos participantes em sua vivência como possuidores/criadores de aves silvestres, bem como as diversas relações que estabelecem com essas aves em seu cotidiano.

As entrevistas serão gravadas e transcritas, para posterior interpretação e apresentação sob a forma de análise de discurso.

Garante-se que a pesquisa não trará prejuízo na qualidade e condição de vida e trabalho dos participantes, salientando que as informações serão sigilosas e que não haverá divulgação personalizada das informações. Todos os participantes têm a segurança de receber esclarecimento a qualquer dúvida acerca da pesquisa.

Os dados e as informações coletadas serão utilizados para compor os resultados da investigação, os quais serão publicados em periódicos e apresentados em eventos científicos, além de proporcionar benefícios para ampliar a visão dos gestores ambientais, a fim de criar políticas que melhorem a qualidade dos serviços.

Coordenadora da pesquisa: Luiza Amélia Oliveira Batista. Tel.: (85)8874-6290.

Eu, _____, aceito participar da pesquisa de forma livre e esclarecida.

Ass./rubrica do participante: _____

Ass./rubrica do pesquisador: _____

Fortaleza, ____/____/_____.

Anexo IV. Espécies encontradas em poder dos compradores e suas características básicas.

1) Galo-de-campina (*Paroaria dominicana* Linnaeus, 1758): **48 indivíduos.**

Família: Emberizidae. Mede cerca de 175mm e alimenta-se de pequenas sementes. Põem de 3 a 5 ovos brancos, em ninho em forma de tigela aberta, bem elaborado sobre um galho. São territorialistas durante a procriação. O casal alimenta os filhotes com sementes e insetos (Major, 2004).

Habitat: ambientes de campos de dunas, manguezais e tabuleiros litorâneos (Silva, 1993). Mata baixa e rala, caatinga (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão, 2008).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

2) Sabiá (*Turdus sp e Mimus sp*):

Distribuídas em quatro espécies:

2.1. Sabiá laranjeira ou gongá (*Turdus rufiventris* Cory, 1916): **15 indivíduos.**

Família: Muscicapidae. Corpo: 255mm. Alimenta-se de frutos e sementes. Põem ovos verde-azulados, com incubação de 12 dias, em ninhos em forma de tigela funda, de paredes grossas, feitos de raízes, musgos e barro. o ninho é construído somente pela fêmea. É considerada atualmente a ave símbolo do Brasil.

Habitat: pós-praia, campos de dunas, tabuleiros litorâneos, manguezais e ecossistemas lacustres (Silva, 1993). Matas, caatinga, campos e cidades ajardinadas (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

2.2. Sabiá da mata (*Turdus leucomelas* Spix, 1824): 11 indivíduos.

Família: Muscicapidae. Corpo de 238mm. Alimentação à base de frutos e insetos. Põem de 2 a 3 ovos esverdeados, incubados pela fêmea por 14 dias. No entanto, ambos, macho e fêmea, cuidam da prole.

Habitat: caatinga densa e aberta, mata úmida e mata seca (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

2.3. Sabiá papa-sebo (*Mimus saturninus* Obserholser, 1819): 10 indivíduos.

Família: Mimidae. Corpo de 260mm. Alimenta-se de insetos, aranhas, frutos e sementes. Constroem ninhos em forma de tigela, nos arbustos dos campos dunares. Imitam facilmente o canto de outras aves.

Habitat: caatingas próximas ao litoral (Major, 2004).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

2.4. Sabiá bico-de-osso (*Turdus amaurochalinus* Canabis, 1851): 8 indivíduos.

Família: Muscicapidae. Corpo: 237mm. Apresenta bico branco. Alimenta-se de frutos e insetos. Põem de 2 a 3 ovos esverdeados, incubados pela fêmea por 12 dias. Ninho em forma de tigela funda, construído numa forquilha. Os pais cuidam da prole.

Habitat: caatinga aberta e mata úmida (Major, 2004, Albano e Girão, 2008).

3) Cabocolino (*Sporophila bouvreuil* Muller, 1776): 24 indivíduos.

Família: Emberizidae. Corpo de 96mm. Alimentação à base de sementes. A variedade mais comum na caatinga é marrom-acinzentada. O macho possui um pequeno espelho branco na parte inferior da asa. O ninho tem forma de tigela rasa aberta.

Habitat: caatinga e várzea (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

4) Golinha (*Sporophila albogularis* Spix, 1825): 23 indivíduos.

Família: Emberizidae. Corpo de 106mm. Alimentação à base de pequenas sementes. Ninho em forma de taça pequena aberta, forrada de capim e garranchos. São endêmicos do semi-árido nordestino.

Habitat: brejos, várzea e caatinga (Major, 2004).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

5) Graúna (*Gnorimopsar chopi* Spix, 1824): 20 indivíduos.

Família: Emberizidae. Corpo de 230mm. Alimenta-se de sementes e, esporadicamente, de insetos. Nidificam em árvores ocas, palmeiras, ou podem ocupar ninhos abandonados de João-de-Barro. Põem 4 ovos cinza-azulados.

Habitat: tabuleiro litorâneo (Silva, 1993). Caatinga, mata úmida e várzea (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

6) Sanhaço (*Thraupis sp e Tangara sp*):

Encontrei duas espécies:

6.1. Sanhaço-azul (*Thraupis sayaca* Linnaeus, 1766): **17 indivíduos.**

Família Emberizidae. Corpo de 170mm. Alimenta-se basicamente de frutos e insetos. Põem 3 ovos branco-esverdeados com pintas e traços marrons. Incubação pela fêmea, de 12 a 14 dias. Ninho em forma de cesto aberto e bem elaborado, com folhas longas e estreitas. Ocorre nas serras o *T. palmarum*, semelhante ao *T. sayaca*, mas de cor marrom. Ambos não se misturam.

Habitat: campos de dunas e manguezais (Silva, 1993). Matas secundárias, caatinga, praças e quintais (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

6.2. Sanhaço macaco (*Tangara cayana* Gmelin, 1789): **2 indivíduos.**

Família Emberizidae. Corpo de 135mm. Alimenta-se de frutos e insetos. Põem de 2 a 3 ovos. Só a fêmea choca e cuida da prole. Ninho como uma profunda tigela.

Habitat: mata úmida, caatinga e cerrado. Apesar de serem aves tipicamente serranas, podem chegar à mata seca (Major). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

7) Bicudo (*Oryzoborus maximiliani*): 16 indivíduos.

Família Emberizidae. Até o presente momento não encontrei informações mais ampliadas acerca desta espécie.



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

8) Bigodeiro (*Sporophila lineola* Linnaeus, 1758): 10 indivíduos.

Família Emberizidae. Corpo de 110mm. Alimenta-se de pequenas sementes. Põem 2 ovos brancos com incubação de 12 dias. Ninho em forma de tigela rala, bem fina e transparente. São migratórios, reproduzindo-se na Região Nordeste e Centro-Sudeste do Brasil. Chegam ao Brasil logo no início das chuvas. Originários, provavelmente, do Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela. As populações do Nordeste apresentam vocalização diferenciada em relação às do Sudeste.

Habitat: mata úmida, caatinga e várzea (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).

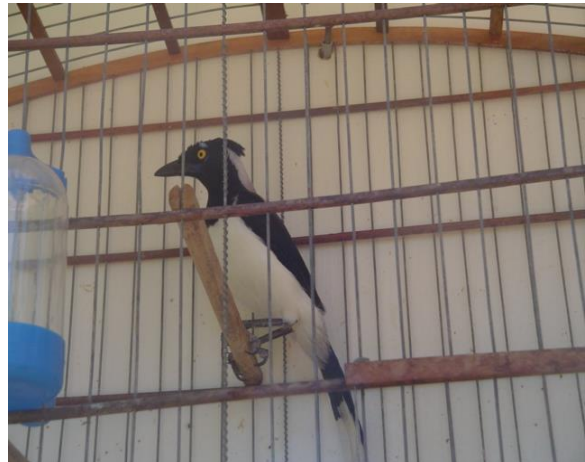


Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

9) Cancão (*Cyanocorax cyanopogon* Wied, 1821): **12 indivíduos.**

Família Corvidae. Corpo de 337mm. Alimenta-se de insetos, vermes, sementes, frutos, e atacam ninhos de outras aves. Nidificam de setembro a outubro, com incubação de 15 a 18 dias. Ovos brancos rosados pintalgados de castanho escuro. Ninho frágil, bem pequeno e ralo, na forma de tigela. O casal o constrói, choca e cuida da prole. São considerados o alarme da caatinga, pois acusa a aproximação de qualquer predador com sua gritaria. Possui hábitos gregários, vivendo em grupos de até 8 indivíduos.

Habitat: caatinga (endêmicas) e esporadicamente no cerrado (Major, 2004).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

10) Currupião (*Icterus icterus* Gmelin, 1788): **10 indivíduos.**

Família Emberizidae. Corpo de 225mm. Alimenta-se de frutos diversos, seiva e fruto do mandacaru (*Cereus jamacaru*), flores do ipê amarelo e insetos. Põem ovos alongados e fortes.

Apresentam parasitismo de ninhos, atacando-os para pôr seus ovos e chocá-los. Atacam os ninhos de João-de-pau de crista (*Pseudoseisura cristata*), xexéu (*Cacicus cela*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) e João-de-barro (*Furnarius leucopus*). Pode imitar o canto de diversas aves. Quando em cativeiro, suas penas vermelhas se tornam amarelas, em virtude da falta de proteínas (insetos).

Habitat: caatinga (Major, 2004).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

11) Abre-e-fecha (*Coryphospingus pileatus* Wied, 1821): 10 indivíduos.

Família Emberizidae. Corpo de 137mm. Alimenta-se de sementes e insetos. Ninho em forma de tigela e bem forrado com material macio.

Habitat: caatinga. A variedade vermelha é originalmente abundante no Cariri; porém, o tráfico vem diminuindo bastante as populações (Major, 2004).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

12) Azulão (*Molothrus bonariensis* Gmelin, 1789): **7 indivíduos.**

Família Emberizidae. Corpo de 200mm. Alimenta-se de sementes e insetos. São parasitas dos ninhos de diversas aves. Ciclo reprodutivo de 3 meses, com alta poligamia. Suas penas são de um azul resplandescente.

Habitat: caatinga (Major, 2004).



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

13) Canário-da-terra (*Sicalis flaveola* Gmelin, 1789): **7 indivíduos.**

Família Emberizidae. Corpo de 135mm. Alimenta-se de pequenas sementes de gramíneas e ciperáceas. Os filhotes são alimentados com sementes e insetos pelos pais. Nidificam em buracos ou ocos, podendo ocupar ninhos de João-de-Barro, caixinhas ou bambus perfurados. As populações têm sofrido forte declínio, devido às derrubadas de árvores com ocos e à vasta captura.

Habitat: campos de várzeas, com carnaubeiras, e caatinga (Major, 2004).



Fonte: Google imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

14) Rolinhas (*Columbina sp* ou *Scardafela sp*).

Encontrei 2 espécies:

14.1. Rolinha-caldo-de-feijão (*Columbina talpacoti* Temminck, 1811): **5 indivíduos.**

Família: Columbidae. Corpo de 185mm. Alimenta-se de sementes que coleta no solo. Põe 2 ovos brancos num pequeno ninho em forma de tigela, feito de garranchos. São bastante comuns nas cidades.

Habitat: caatinga, zona urbana e praças (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

14.2. Rolinha-fogo-apagou (*Scardafella squammata* Lesson, 1831): **4 indivíduos.**

Família: Columbidae. Corpo de 210mm, de aparência escamosa. Alimentam-se de sementes pequenas e médias. Põem 2 ovos brancos, que incubam por 14 dias, num pequeno ninho em forma de tigela sobre um ramo. O casal é inseparável.

Habitat: caatinga e zona suburbana (Major, 2004).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

15) Papa-capim (*Sporophila nigricollis* Vieillot, 1823): **6 indivíduos.**

Família: Emberizidae. Corpo de 112mm. Alimenta-se de pequenas sementes. Ninho em forma de tigela aberta e pequena.

Habitat: capinzais, campos, caatinga e mata úmida (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

16) Papa-arroz: (*Agelaius ruficapillus*, Vieillot, 1819): **5 indivíduos.**

Família: Emberizidae. Corpo de 188mm. Alimentação: pequenas sementes. O casal constrói um ninho em forma de cesta bem estofada de lã, em forquilhas de arbustos, e juntos cuidam da prole. Vivem e bandos de até cem indivíduos.

Habitat: campos abertos, áreas suburbanas e várzea (Major, 2004).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

17) Trinca-ferro (*Saltator atricollis* Vieillot, 1817): **2 indivíduos.**

Família: Emberizidae. Corpo de 200mm de comprimento. Consome sementes de gramíneas e ciperáceas. Constrói ninhos em forma de tigela em forquilhas. Costuma descer ao solo, o que facilita sua captura nas estradas.

Habitat: cerrados e caatinga (Major, 2004).

18) Curió (*Oryzoborus angolensis*): **3 indivíduos.**

Família: Emberizidae. Ainda não obtive maiores informações sobre esta espécie.



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

19) Pintassilgo (*Carduelis yarrellii* Audubom, 1839): 3 indivíduos.

Família: Fringillidae. Corpo de 100mm. Alimentação à base de sementes. Ninho aberto, em forma de tigela rasa, com 2 a 3 ovos brancos. Bastante ameaçados de extinção.

Habitat: mata úmida, brejos e várzeas (Major, 2004; Albano e Girão, 2008).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

20) Currupião-preto ou primavera (*Icterus cayanensis* Swainson, 1837): 3 indivíduos.

Família: Emberizidae. Corpo de 200mm. Ninho em forma de bolsa larga, feito de talos largos e secos, suspensos num galho. São solitários.

Habitat: caatinga e mata úmida (Major, 2004). Matas úmidas de serras (Albano e Girão).



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

Quanto aos psitacídeos, a ordem de aparecimento de acordo com as quantidades é a seguinte:

1) Papagaios (*Amazona sp*): 15 indivíduos.

Encontradas duas espécies:

1.1. Papagaio verdadeiro (*Amazona aestiva*): 30 indivíduos;

Família: Psittacidae.



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

1.2. Papagaio verde (*Amazona amazonica*): 1 indivíduo.

Família: Psittacidae.



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2008).

2) Periquitos (*Aratinga SP*, *Brotogeris SP* e *Forpus sp*): 29 indivíduos.

Família Psittacidae.

Habitat: matas úmidas (Albano e Girão, 2008).



Fonte: arquivo pessoal (dezembro de 2008).

3) Jandaia (*Aratinga jandaya*): 4 indivíduos.

Família: Psittacidae.



Fonte: Google Imagens. Acesso em fevereiro de 2010.

4) Maritaca (*Pionus maximiliani*): 1 indivíduo.

Família: Psittacidae.



Fonte: http://www.4elementos.bio.br/trilha-virtual/fauna_flora_html/maritaca.htm